



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Maria Elódia Baêta Gonçalves Ferreira

**A Página Literária do Jornal de Alagoas:  
culturalização da linguagem do escritor na Maceió modernista**

Rio de Janeiro

2017

Maria Elódia Baêta Gonçalves Ferreira

**A Página Literária do Jornal de Alagoas:  
culturalização da linguagem do escritor na Maceió modernista**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Nogueira Soares

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

F383 Ferreira, Maria Elódia Baêta Gonçalves.

A Página literária do Jornal de Alagoas: culturalização da linguagem do escritor na Maceió modernista / Maria Elódia Baêta Gonçalves Ferreira. – 2017.

127 f.

Orientador: Marcus Vinicius Nogueira Soares.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Literatura brasileira - Maceió (AL) - Teses. 2. Jornal de Alagoas (Jornal) – Teses. 3. Modernismo (Literatura) – Maceió (AL) – Teses. 4. Imprensa – Maceió (AL) - Teses. I. Soares, Marcus Vinicius Nogueira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0(813.5)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Maria Elódia Baêta Gonçalves Ferreira

**A Página Literária do Jornal de Alagoas:  
culturalização da linguagem do escritor na Maceió modernista**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Brasileira.

Aprovada em 28 de março de 2017.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Marcus Vinicius Nogueira Soares  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Andréa Sirihal Werkema  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Cristiane Henriques Costa  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2017

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta pesquisa aos meus pais, Manoel Gonçalves Ferreira (in memoriam) e Maria José Assis Baêta Gonçalves Ferreira (in memoriam), pelo amor incondicional com que me apresentaram à vida e sobre o qual nasceu meu despertar jornalístico e literário. Aos meus filhos, Jean Victor Baêta de Saboya e Gabriel Henrique Baêta de Saboya, pela plenitude diária da convicção de minha essência e razão de ser.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos mestres dos Estudos de Literatura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com os quais tive o prazer de conviver, pela recepção às ideias aqui abordadas e pelas condutas acadêmicas a serem seguidas em meu percurso futuro.

Aos professores de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde tudo começou.

À amiga Alessandra Vieira, pelo empenho na produção das imagens fotográficas das páginas literárias do Jornal de Alagoas, sobre as quais esta pesquisa se desenvolve.

Aos meus tios, Hermann Assis Baeta (in memoriam) e Anna Maria Bianchini Baeta, a minha eterna gratidão por tornarem possíveis meus dias no Rio de Janeiro.

## RESUMO

FERREIRA, Maria Elódia Baêta Gonçalves. *A Página literária do Jornal de Alagoas: culturalização da linguagem do escritor na Maceió modernista*. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Na década de 1920, a *Página Literária do Jornal de Alagoas* surgia, na imprensa alagoana, como um ambiente textual pioneiro e oficialmente constituído à promoção, discussão e popularização do fato poético. Editada pelo poeta Pedro Lobão Filho e introduzida no principal matutino do estado à época, circulou em plena vigência do Modernismo Brasileiro e do Regionalismo do Nordeste e diante da repercussão de ambas as correntes na sociedade maceioense. Tal situação mostrou-se significativa ao amparo da relevância da escritura nordestina associada a projetos literários de escritores e intelectuais alagoanos como Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Holanda, entre outros. Mais tarde, reconhecidos como nomes fundamentais à afirmação das letras nacionais. Como publicações sintomáticas do movimento de 22, as páginas do JA se aclimataram ao plano estético lançado sobre a prosa e a poesia modernas, sobre o qual foram embasados os anseios revolucionários das três fases geracionais constitutivas do movimento. Assim, a locução modernista tencionava a resolução do posicionamento da palavra poética por meio do afastamento de um repertório, até então, cultuado pelo verbo solene. Ao mesmo tempo, promovia a abordagem do viver e do homem comuns como matéria fundamental à poesia, o que acarretou na prosperidade do diálogo entre autor e leitor, favorecido pelos jornais, como um dos maiores legados da artística modernista para a literatura brasileira do século XX. A resposta dada por essas publicações, ao promover o estabelecimento do olhar do poeta sobre o habitual a partir de critérios de originalidade sobre os versos ou a narrativa, permite chegar a um entendimento de literatura como prática social capaz de culturalizar a linguagem do escritor na civilização de um povo. Escritor este plausível de ser identificado pelo meio social de seu tempo não mais pela erudição vocabular como principal aspecto de sua ascensão, e sim como desvelador ou porta-voz de uma impressão particular de mundo. Ambos, escritor e literatura, passíveis de serem interpretados pela perspectiva de um sentido moderno sobre o qual passam a se afirmar, não mais referenciados pelas vias do Modernismo.

Palavras-chave: Página Literária. Jornal de Alagoas. Literatura alagoana. Locução modernista. Culturalização.

## ABSTRACT

FERREIRA, Maria Elódia Baêta Gonçalves. *A Literary Page of Alagoas's Newspaper: culturalization of the writer's writing style in the Modernist Maceió*. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

In the 1920's, A Literary Page of Alagoas's Newspaper became a pioneer in the field of writing. And this pioneering is based on fostering discussion and popularization of poetry and related things. This Page was edited by the poet Pedro Lobão Filho and it was published in the most popular newspaper at that time – *Alagoas's Newspaper*. Its city, Maceió, was then in touch with brandnew ideas such as the Brazilian Modernism and the so-called Northeast Regionalism. Such situation could not be better for the literary work of new authors such as Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Holanda, among others. In other words, such authors' work were based on the same aesthetic ideas that were taking place in São Paulo, the city of Brazilian Modernism. This influence was also fundamental for the next three generation of writers from Maceió. Instead of putting forward the formalist Brazilian traditional, the purpose of such writers was to be updated with the modernist writing style. Therefore poetry and everyday life got closer and closer for such writers, which brought the reader closer to the writer – there was no longer a gap between them. Literature was no longer a genre in which this or that writer would get away from life. Quite the opposite: it turned into a way of life done throughout the writer's writing style. Thus this kind of writer is understood as someone who is able to voice a particular understanding of the world. This new relationship between writer and literature in Alagoas, which started because of influence of the paulista modernist movement, becomes more and more independent, leading scholars to call it Northeast Regionalism.

Keywords: Literary Page. Alagoas's Newspaper. Alagoana Literature. Modernist way of voicing. Culturalization.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Página Literária publicada em 25 de julho de 1926. Na coluna Aos domingos, ensaio sobre a importância dos novos poetas para a literatura brasileira ..... 74
- Figura 2 – Página Literária publicada em 22 de agosto de 1926. Na coluna Os outros e eu, entrevista com o intelectual alagoano Demócrito Gracindo ..... 75
- Figura 3 – Página Literária publicada em 29 de agosto de 1926, onde foi veiculado o discurso do historiador Moreno Brandão ..... 83

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 ALAGOAS E AS LETRAS DO NORDESTE</b> .....	15
1.1 <b>Nasce uma literatura na história</b> .....	19
1.2 <b>Modernistas de ideário regionalista</b> .....	24
<b>2 UMA IMPRENSA NA PROVÍNCIA</b> .....	36
2.1 <b>O Iris Alagoense e os jornais oitocentistas</b> .....	37
2.2 <b>Uma aldeia jornalística-partidária</b> .....	42
<b>3 A ERA JORNAL DE ALAGOAS</b> .....	49
3.1 <b>O JA como expressão literária</b> .....	56
<b>4 A PÁGINA LITERÁRIA</b> .....	60
4.1 <b>O escritor e a palavra no jornal</b> .....	61
4.2 <b>Os autores: 1926</b> .....	72
4.3 <b>Os autores: 1946</b> .....	89
<b>5 A POÉTICA DA PÁGINA E A LOCUÇÃO MODERNISTA</b> .....	101
<b>6 A CULTURALIZAÇÃO DA LINGUAGEM DO ESCRITOR</b> .....	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	120
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	124

## INTRODUÇÃO

A leitura biográfica dos anais sobre a civilização da província de Alagoas é demonstrativa de uma índole literária como fator determinante a sua identidade. O historiador Jayme Lustosa de Altavila (1922) referia-se a essa identidade como capaz de conceber nomes, perenizar formas e constituir modelos de escrita, os quais passaram a tomar parte da poética nacional. Durante o seu percurso, iniciado no século XVIII, o poeta alagoano foi se afirmando como um assunto à parte nas origens cultas do estado. E ajudou a consumir o andamento de um processo letrístico que já vinha sendo evidenciado pelo escritor nordestino desde as primeiras composições registradas pela literatura brasileira, então voltada à constituição do caráter afirmador da nacionalidade das letras.

A hegemonia das vias letradas afirmadoras do estado deveu-se, em parte, ao ideário de alagoanos como Graciliano Ramos, Jorge de Lima e Aurélio Buarque de Holanda, e de nordestinos como José Lins do Rêgo e Rachel de Queiroz. Autores cujas lições do intelecto foram compiladas em um conjunto de obras que serviu de auxílio à fixação da fisionomia da literatura exercida do Brasil, sendo assimilada pelo público-leitor por sua constituição original e natureza enformadora.

Essa locução poética – a priori ambientada entre os sacerdotes, nos salões dos conventos da antiga capital da província, a cidade de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul – encontrou nos jornais a consolidação do seu mérito e, principalmente, da imagem do homem-escriptor na sociedade. Diante dessa ocupação dos meios impressos sobre a expressão e a cultura artísticas, a *Página Literária* do *Jornal de Alagoas* surgiu como o mais antigo espaço com esse propósito a circular no estado. Publicadas nas edições domingueiras do JA, foram veiculadas em dois momentos distintos do Modernismo brasileiro: os decênios de 1926 e 1946. Articuladas a uma das mais antigas e prósperas cenas intelectuais de Alagoas: a da instituição do movimento de 22 no estado, as edições de ambas as fases são aqui interpretadas como documentos voltados à publicização da arte e de parte da história literária de Alagoas, fragmentada e ainda por ser escrita, segundo Jaime de Altavila:

A nossa história, mais do que nunca, precisa ser firmada e mais do que nunca merece a justiça dos que a caluniam. Aquele que um dia realizar tão duradouro milagre, terá feito mais por nossa terra que todo o nosso esforço literário, disperso e sem método. A história literária das Alagoas, que ainda está por fazer-se, tem

períodos verdadeiramente notáveis, povoados de grandes pensadores e de grandes poetas. É certo que aparecemos quando os outros já metrificavam, há velhos anos, os seus sentires, e culpa alguma temos nós disso, dada à dificuldade de ser semeada a instrução naquele tempo remoto em que os ouvidores mores eram importados da tradicional Coimbra. Quando os poetas da Inconfidência Mineira tentavam adaptar a nossa gens às ideias em furor pelo velho mundo, em 1789, nós ainda não tínhamos o senso estético capaz de compreender tão alevantados motivos. Terra pequena, perto de Pernambuco, que sempre foi o maior centro intelectual nortista, as Alagoas, mesmo que gerassem grandes capacidades, seriam talvez facilmente ofuscadas e confundidas (ALTAVILA, 1922, p. 8-9).

Mediante à característica insuficiência de registros organizados sobre a literatura caetés, é do interesse desta pesquisa inserir a *Página Literária* do JA no percurso histórico das letras alagoanas, como elemento que serviu de contributo a um destacado período, à medida que avaliza e o reconstitui pelas vias jornalísticas das quais passou a fazer parte como integrante do corpo editorial do principal diário maceioense à época. Editadas pelo poeta Pedro Lobão Filho, as páginas possibilitaram a então capital de Maceió acesso a debates sobre questões envolvendo poesia, conto e romance, assim como a compreensão de fatos literários que caracterizaram o período. Com essa feição editorial, articularam a pena de poetas e intelectuais locais e nacionais, ao mesmo tempo em que priorizavam uma textualidade crítica e ensaística atualizada, representando um estímulo às novas gerações de letrados.

Com essas alusões em vista, tais publicações significaram uma tomada de posição do ponto de vista do poeta, ao ser inserido dentro de um quadro redacional combativo e democrático proposto ao leitor pelo *Jornal de Alagoas* desde a sua fundação, em 1908, pelo pernambucano Luiz Magalhães da Silveira. Foram, ainda, demonstrativas de um agrupamento de jovens e veteranos autores cuja incursão de sua palavra criativa tinha, até então, nas conversas informais nos cafés centrais da capital Maceió ou nos encontros formalizados pelas agremiações literárias principal meio de expandir-se.

Diante da inexistência de pesquisas sobre esses veículos de ideias, que impulsionaram e ajudaram a definir as letras modernas em Alagoas, e considerando sua textualidade como meio evocativo de uma época propícia à discussão diante dos anseios propalados pela tonicidade revolucionária do Modernismo, o percurso analítico das páginas se dará, aqui, em dois sentidos investigativos: 1) Qual a função do escritor e de sua palavra literária constituída por esses espaços, a partir do plano da linguagem modernista e de seu posicionamento diante do fato poético no âmbito jornalístico? 2) Como meio de publicização de ideais artísticos, como a *página* se posiciona na conceituação da literatura como culturalização da linguagem do escritor?

A *Página Literária* do JA, portanto, estabeleceu-se como instrumento documental eficaz à compreensão da efervescência intelectual e da extensão da vida literária diante do provincianismo ainda imperante na Maceió dos anos de 1920. E foi representativa de um elenco de poetas e idealistas desconhecidos ou até mesmo ignorados em uma época em que a abordagem à literatura via-se marcada pela presença e contribuição massivas do escritor às redações dos jornais. Contribuição esta que se constitui em legado ofertado pelo século XIX à imprensa brasileira, por meio da relação entre arte literária e meios impressos, o que resultou no início de uma pontuada aproximação entre autor e leitor, particularmente efetivada pelo Modernismo.

Com vistas ao desenvolvimento da situação histórico-poética sobre com a qual as páginas literárias do *Jornal de Alagoas* foram fundadas e, visando ainda, a uma revisita às bases historiográficas da literatura alagoana, o primeiro capítulo volta-se a uma breve reconstituição cronológica das mais antigas manifestações intelectuais, com base no aparecimento dos poetas-fundadores e no alcance de suas composições no contexto local. Buscamos acentuar como a convivência entre os homens de letras da província e os autores nordestinos, mais tarde considerados, ajudou a demarcar a relevância da escritura literária da região na construção da fisionomia da literatura brasileira. Para tal abordagem, tomamos como base os textos clássicos *Gênese e desenvolvimento da literatura alagoana*, de autoria do historiador Jaime Lustosa de Altavila, resultante de discurso proferido em conferência realizada pelo autor na Sociedade Perseverança e Auxílio (Academia do Commercio de Alagoas), no ano de 1922; e *Presença do Nordeste na literatura*, publicado por José Lins do Rêgo, em 1957.

Tomado em consideração o estabelecimento das páginas como instrumento de difusão do literário em meio aos rumos traçados pela Semana de 22 e ao apogeu da literatura nordestina evocada pelo Movimento Regionalista, foi dedicado um tópico aos conflitos estéticos travados entre a sociedade leitora maceioense, os jovens intelectuais dos grêmios literários e a geração de conservadores parnasianos, como Jorge de Lima, em relação aos preceitos modernistas. Em detrimento, havia uma afinidade de ideário com a corrente sociológica de Gilberto Freire, promissora à composição de importantes romances de cunho social, assim como ao surgimento de grupos de intelectuais decisivos à representatividade da literatura de 1930, originados na capital Maceió. Para isso nos atemos aos estudos de Moacir Medeiros de Sant'Anna *História do Modernismo em Alagoas – 1922-1932* (1980) e *Documentário do Modernismo* (1978). Obras estas interpretadas, durante o desenrolar desta

pesquisa, como referências fundamentais sobre o período constante no acervo bibliotecário e arquivista de Alagoas atualmente disponível.

Neste âmbito de ideias, a condução da imprensa na Vila de Maceió, mediante sua instituição em 1831, proposta no segundo capítulo, afirmou-se como elemento participativo e ao mesmo tempo impulsionador à ativação da palavra do intelectual na província, a partir do aparecimento do primeiro jornal alagoano, o *Iris Alagoense*. O campo jornalístico serve ainda de argumento à lógica de criação dos espaços voltados aos ideais da literatura, entendidos como elementares à fluência da figura do escritor no contexto jornalístico, cuja avidez de ideais demonstrativa do cenário alagoano ressentia-se diante de uma moldura impetuosa, arbitrária e partidária, provocativa à sujeição do homem de jornal ao domínio de determinadas castas.

No capítulo 3, dedicado à era *Jornal de Alagoas*, propomos um entendimento de como o projeto ideológico combativo ao poder das oligarquias do mais importante diário do estado, aliado a propostas gráficas inovadoras, levou-o à condição de veículo determinante à instrução do alagoano, a partir da sua fundação em 31 de maio de 1908. Essa concentração no jornalismo do JA é justificada por várias razões: por sua recepção ao pensar poético, uma vez que foi o introdutor dos primeiros cadernos e folhas literários em circulação em Alagoas; por sua influência na educação e iniciação literárias de festejados autores da terra, como Graciliano Ramos, do qual há registros de suas primeiras contribuições poéticas como um de seus mais prósperos e influentes colaboradores; e, finalmente, por sua páginas terem afirmado uma juventude de apreciados pensadores, críticos e poetas, com exercício da escrita nascido ou amadurecido em terras alagoanas entre as décadas de 1920-1940. Premissas que se encontram situadas na abordagem do *Jornal de Alagoas* como principal meio de expressão literária das primeiras décadas do século XX em complementação ao exposto no referido capítulo.

Essa fonte expressiva da palavra artística encontrou na *Página Literária* um instrumento ativo. Avaliadas como espaços privilegiados à discussão e à repercussão da locução do escritor diante do fato poético, consumadas em textos em prosa e versos e nos fundamentos defendidos pela gestualidade crítica da época, as páginas constituem-se em objeto de análise, nos capítulos 4, 5 e 6, à medida que respondem ao cunho investigativo deste estudo como veículos articuladores de um sentido atualizado do conceito de escritor e de uma forma de exercer uma literatura que se pretende ao entendimento público como prática social, à medida que efetiva a culturalização da linguagem criativa do escritor ao assumir um potencial moderno sem os apelos do Modernismo. Esta era a proposta de Alfredo Bosi (1988,

p. 126) ao revisitar o movimento modernista um século depois da Semana de Arte Moderna de 1922: “Saber descobrir o sentido ora especular, ora resistente, dessa literatura moderna sem modernismo, é uma das tarefas prioritárias da crítica brasileira”.

Ao estabelecermos o perfil autoral das páginas literárias de ambas as fases, assunto do capítulo 4, reconstituímos traços definidores da biografia dos intelectuais mais colaborativos às edições de 1926 e 1946. Isto contribuiu para que a nossa proposta analítica fosse direcionada à busca de indícios enformadores da identificação da figura do escritor e do lugar por ele ocupado na estrutura da sociedade maceioense, a partir do que chamamos de didatismo sobre o mundo e as coisas. Tal didatismo torna-se possível diante da observância da linguagem expressiva do poeta moderno se posicionando de maneira cada vez mais ampla na representação de uma impressão particular da vida e do homem comuns e no emprego da originalidade verbal sobre a decifração do cotidiano brasileiro, acentuado pelos modernistas. O que parece ter sido consolidado no instante em que foi dada vazão ao rompimento das distâncias entre autor e leitor, na medida em que se sobressaía o caráter evolutivo da palavra do escritor em confronto com o uso solene padronizado pelas gerações poéticas mais antigas, tomado pelo senso-comum como traço identitário de uma literatura vista à maneira elitista e conservadora.

No capítulo 5, as observações sobre a linguagem da nova poesia intentam evidenciá-la como o principal apanágio da essência revolucionária do pensamento modernista. Sendo tal essência não só incorporada pelas letras nacionais como capaz de elevar as ideias de ruptura ideológica e de verbalização a patamares que foram além de sua condição de movimento, estética ou período, segundo Alfredo Bosi (1988). A locução modernista afinada às páginas, então, passa a ser revista como “um ponto de vista e um ponto crítico” – tomando de empréstimo as expressões de Bosi (1988, p. 118) sobre o Modernismo – dentro da história cultural e da realidade de Alagoas e do Brasil, ambas identificadas como compromisso literário do século XX em diante.

As inferências até aqui expostas servem de subsídio à hipótese-central constitutiva deste estudo, explorada no sexto capítulo: a da culturalização da linguagem do escritor como o sentido elementar da literatura moderna. Posto em perspectiva histórica, o termo culturalizar permite à literatura manifestar-se como prática social, e não apenas como leitura de entretenimento, à medida que produz efeitos no leitorado que a consome, confirmando, transformando ou redirecionando suas concepções e condutas diante do fato social. A este é permitido repercutir de maneira diferenciada, em comparação com outras práticas artísticas ou científicas, no momento em que é visto e recriado pelo homem-poeta como matéria de poesia

a ser transmitida à sociedade. Ao termo culturalizar, aqui utilizado, recai ainda o sentido de difusão e investigação do gesto literário (ou atitude artística) pelo modelo de consumo de informação aberto pelos jornais. Em relação à *Página Literária*, esse entendimento torna-se evidente quando tomada em consideração a sua constituição textual adaptada aos rigores editoriais do jornalismo de combate, por isso revolucionário e vanguardista, personalizado pelo *Jornal de Alagoas* como fio condutor a sua veiculação.

Diante de tal intenção, esta pesquisa tem como escopo principal propor à reflexão, por meio dos traços linguísticos evidenciados pelas páginas literárias do JA, uma conceituação de literatura demonstrativa do seu caráter enformador do meio ao qual atinge ou foi originada, sendo prevista não apenas como forma de evocação dos aspectos culturais de determinada civilização. O que propomos é a abertura de espaço à arte literária além dos caminhos já consolidados pelas vias da ficção, do imaginário e da verossimilhança. O que significa dar possibilidades de ser prioritariamente interpretada como traço privilegiado da cultura de um povo: a cultura das letras artísticas constitutiva da civilização alagoana.

Sem a intenção de atrelar a literatura a uma visão restrita aos aspectos identitários de um povo ou nação, sobre os quais o escritor brasileiro se viu imbuído como representante maior de uma construção linguística modeladora de um Brasil efusivamente patriótico antes e pós-independência, esta pesquisa propõe ainda, como objetivos específicos: abordar a locução modernista como principal critério revolucionário do ciclo iniciado pelos jovens poetas de 22, interpretando-a tanto como argumento preciso à diminuição das distâncias entre o leitor e a palavra do escritor quanto como elemento crucial ao novo sentido conceitual dado à literatura brasileira; situar a *Página Literária* do *Jornal de Alagoas* como arquivo autenticado pelas principais realizações dos poetas, críticos e prosadores que ativaram o movimento moderno no estado, representativo da formação de toda uma geração de autores afirmados pelas evoluções jornalísticas do século XX; traçar parte da história literária de Alagoas, reconstituindo-a de forma sistematizada a partir da investigação de pontos fundamentais de sua gênese e, ao mesmo tempo, promovendo uma leitura atualizada de obras clássicas de autores pouco abordados, elementares à compreensão do processo civilizatório da poética e do passado do estado; reconstruir a recepção à instituição do Modernismo entre os autores da terra, aproximando de historiadores e pesquisadores referências sobre aspectos fundamentais da corrente de 1922 do ponto de vista regional; contribuir com pesquisas e estudos sobre a formação das letras alagoanas e nacionais a partir da relação sempre possível entre literatura e história.



## 1 ALAGOAS E AS LETRAS DO NORDESTE

A posição distinta ocupada pelo escritor nordestino, na Literatura Brasileira, é reconhecida na origem de uma diversidade de obras, inscritas como paradigma de narrativa incorporado pelo pensamento letrado da nação. José Lins do Rêgo legou aos seus compatriotas texto fundamental a respeito do tom representativo da artística da região a partir de seu ingresso na história das belas artes, no século XVII. Os oito capítulos sucintos da obra, publicada em 1957, no Rio de Janeiro, partem de uma relação entre as letras nordestinas e as brasileiras que não pode ser ignorada, inclusive por sua execução fundadora diante da prosa e da poesia exercidas no Brasil:

A literatura brasileira não era mais que uma modesta sucursal pouco sortida pelos armazéns da Corte. A língua em que escrevíamos quase nada tinha que ver com a língua que falávamos. Os românticos que apareceram nada tinham de romântico... Quem daria, mais tarde, expressão profunda ao movimento, arrancando da nossa sensibilidade a verdadeira expressão de seu tempo? Os nordestinos. Dois homens do Nordeste surgiram em nossa literatura com bastante originalidade de forma e de espírito para nos conduzirem à libertação literária. Foram Gonçalves Dias e José de Alencar. Eis aí duas nascentes. A *canção do exílio* é o primeiro grande poema brasileiro (...) É um estado de alma em eclosão, um surto de ternura humana capaz de nos ligar à terra nativa, de nos arrancar lágrimas, de nos comunicar uma desesperada vontade de retorno aos campos nativos, aos nossos arvoredos e aos nossos pássaros. A palmeira e o sabiá não entram na composição como temas secos, mas como parentesco de sangue e de espírito com o poeta. É um poema de ligações com o chão e a vida distante. A poesia e a prosa brasileira nasceram de Gonçalves Dias e José de Alencar. Foram, os dois, cabeceiras de rios que se alargaram, através de várzeas e vales. Com estes estão as raízes da nossa formação literária (RÊGO, 1957, p. 8-12).

Essa relação hegemônica estabeleceu-se em dois sentidos e épocas específicos: o das artes plásticas, em meados dos anos seiscentistas, e o das letras literárias; estas a partir da genialidade de José Alencar e suas origens cearenses, e de Gonçalves Dias, poeta nascido no Maranhão, ambos popularizados no século XIX, especialmente com a publicação alencariana de *O guarani* (1857) e do poema gonçalvino *Canção do Exílio*, da obra *Primeiros cantos* (1847), enaltecida como modelo poético nacional. *Presença do Nordeste na literatura (1957)* trata-se de uma compilação de autores posicionados por Lins do Rêgo, os quais promoveram uma concepção de literatura “não como composição, e, sim, como vida ou manancial de vida. A literatura como o drama dos conflitos do homem com o meio ambiente: a terra, os costumes, os fatos econômicos e sociais” (RÊGO, 1957, p. 13). No livro, aparecem os

alagoanos Graciliano Ramos e Jorge de Lima, ambos com vínculos perenizados em jornais do estado, além da disposição do saber etnográfico de Ladislau Neto. Há ainda alusões aos sergipanos Sílvio Romero e Tobias Barreto; a Capistrano de Abreu, do Ceará; ao maranhense Raimundo Corrêa e ao pernambucano Massagana de Nabuco; a Augusto dos Anjos e José Américo de Almeida, ambos nascidos na Paraíba; ao maranhense Aluísio Azevedo; a Rodolfo Teófilo, Adolfo Caminha, Domingos Olímpio, Franklin Távora e Papi Júnior, vindos do Ceará; e ainda a Manuel Bandeira, o poeta jamais desvencilhado de suas origens pernambucanas, entre outros. Todos com intenções literárias guardando-se de qualquer regionalismo estreito e cuja autenticidade como distintivo autoral efetiva-se em boa parte do livro:

Os debates filosóficos vieram pela tenacidade e agressividade de Tobias Barreto a provocar no Brasil um clima de agitação revolucionária. Sílvio Romero, primeiro que todos, compreendeu que a literatura não era somente um ofício de eruditos ou um puro deleite de superfície.... Saía do Nordeste a crítica filosófica e literária para um país que ainda se contentava com as sobras da erudição dos mestres de Coimbra. (...) Capistrano de Abreu, do Ceará, com uma superior intuição reveladora, caiu sobre documentos esquecidos e conseguiu os seus capítulos da história colonial, onde se corrigem erros e se descobrem roteiros abandonados. (...) Mas de Pernambuco sairia a página mágica do Massagana de Nabuco, o que há de mais emotivo em prosa brasileira, qualquer coisa como a *Canção do exílio* de Gonçalves Dias. Nabuco dera à biografia de seu pai uma grandeza vitoriana. (...) Pernambuco dos canaviais, das mães-negras, das tias matronas, do esplendor do açúcar, está inteiro na narrativa do neto do morgado do Cabo. Do Engenho Pau d'Arco, o rapaz triste Augusto dos Anjos lançava ao mundo os seus lamentos de desesperado. A poesia brasileira conheceria o mais pungente desabafo da criatura humana. (...) Poderíamos ainda falar de Rodolfo Teófilo, de Adolfo Caminha, de Domingos Olímpio e das remotas tentativas de Franklin Távora, Papi Júnior. Todos estes não chegaram às obras decisivas. Mas teremos que tomá-los a sério pelo tenaz esforço que fizeram para fixar a expressão da nossa realidade (RÊGO, 1957, p. 15-24).

Do ponto de vista da estética plástica, o Nordeste principiou sua participação a partir da construção das raízes do imaginário europeu sobre o Brasil em retratos engenhosos do neerlandês Franz Janszoon Post<sup>1</sup> (RÊGO, 1957), à época da ocupação holandesa da costa nordestina pela comitiva de Maurício de Nassau em 1637<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Artista neerlandês, integrou a missão artística e científica da comitiva de Maurício de Nassau que aportou no Nordeste, no século XVII. Sua pintura, reconhecida por sua natureza descritiva, sedimentou o Brasil na Europa, por meio das especificidades regionais.

<sup>2</sup> Composta de quatro embarcações e 350 homens, chegou à cidade do Recife em janeiro de 1637, com a finalidade de civilizar a região a partir de uma completude de informações sobre a nova terra, a serem reconhecidas e interpretadas pelo europeu.

O inventário de Lins do Rêgo sedimenta e, ao mesmo tempo, evidencia a relevância da escritura literária nordestina para a ascensão das letras nacionais, inclusive na afirmação do caráter de um país predestinado à autonomia da metrópole portuguesa no tocante às letras. Suas reflexões nesse sentido vieram a público cerca de trinta anos após ter residido na capital Maceió, onde chegou a 14 de dezembro de 1926, a bordo do Pará, e lá permaneceu até 1935, para então fixar residência no Rio de Janeiro, de acordo com os registros do historiador Moacir Medeiros de Sant’Ana (1980). Em Maceió, passou a contribuir assiduamente com o *Jornal de Alagoas* como crítico e ensaísta, além de ter influído de maneira decisiva na compreensão dos jovens poetas alagoanos sobre o timbre regionalista. Quando chegou a Alagoas, a província já se demonstrava promissora à produção de literatura. Um ambiente favorável à personalidade do autor paraibano, cuja crônica do então jovem jornalista Valdemar Cavalcanti figura como testemunho visível:

Lembro-me bem: fiscal de banco, de bengala, monóculo e costeletas, chegara ele a Maceió e se pusera a escrever artigos assinados no *Jornal de Alagoas*. Aqueles estudos sobre a conversão poética de Jorge de Lima e a respeito do *Salomão e as Mulheres*, que se leem no *Gordos e Magros*, foram dos primeiros que publicou. Por sinal que criando logo em torno de si um ambiente de inquietude e excitação. É que, afeito à polêmica literária e ao panfleto político, não se mostrava o paraibano de Pilar nada disposto a emitir pontos de vista com panos nem discutir guardando as conveniências (CAVALCANTI, 1960, p. 237).

Outro alagoano, o poeta e prosador Aloísio Branco, uma das influentes mentes influenciadas por Lins do Rêgo, também depôs sobre a virtude literária dos vínculos entre o romancista paraibano – sintonizado com a essência da poesia aloisiana, saída do irrequieto menino que costumava visitá-lo em sua residência – e os jovens maceioenses durante os anos de sua permanência na capital de Alagoas: “Pode-se dizer, sem adulação, que em José Lins do Rêgo teve Alagoas o seu mais interessante hóspede literário. É o escritor paraibano um hóspede de quem se tem vontade de esconder as malas para não vê-lo nunca partir”, como, à época, ressaltava Branco (1980 apud SANTANA, p. 39).

José Lins do Rêgo, aos 25 anos de idade, circulava seus escritos por Maceió convicto dos princípios do Movimento Regionalista do Nordeste. Movimento este a ser incluído na formação letrada do maceioense, como será tratado mais adiante. Os anos vividos na capital alagoana serviram ainda de bastidores para a composição de *Menino de engenho*, seu primeiro romance, inspirado e composto entre os maceioenses. Publicado em 1932, no Rio de Janeiro, traz como inspiração ao seu enredo as conversas habituais entre o autor e os meninotes que

faziam circular o *Jornal de Alagoas* pela cidade sobre a vida em torno das moendas das casas-grandes dos senhores abastados dos redutos interioranos da Alagoas de outrora.

As observações sobre a presença de Lins do Rêgo em Alagoas e a representação do escritor nordestino em geral, no contexto nacional, servem de acento à verificação do desempenho da produção literária ainda nascente como se apresentava a da capital de Alagoas nos primeiros decênios do século 20, produzida por uma juventude já demonstrando um amplo interesse por questões de poesia, favorecida pela convivência com os periódicos locais. Alguns, como Jorge de Lima, já de reconhecido destaque; outros, como o futuro dicionarista Aurélio Buarque de Holanda, ainda em iniciação.

Com essas alusões em vista, este capítulo se propõe a uma noção das origens da experiência literária exercida na antiga província das Alagoas, desde o surgimento das primeiras contribuições poéticas à relação entre os ideais do Modernismo e a sociedade maceioense, com base nos estudos dos historiadores Jayme Lustosa de Altavila (1922) e Moacir Medeiros de Sant'Ana (1980), fundamentais à reconstrução dos padrões da época. O tópico seguinte, trazendo à discussão a sedimentação da estética do Modernismo brasileiro a partir da adesão paulatina dos jovens poetas integrantes das agremiações literárias em atividade durante a década de 1920, emoldura os receios à hospitalidade à nova poesia de autores celebrenmente formados nos preceitos parnasianos, a exemplo de Jorge de Lima, tanto quanto do apogeu dos ideais do Movimento Regionalista do Nordeste contribuindo para a sedimentação do lugar ocupado pelo escritor da região na biografia letrada do brasileiro. O ambiente promissor às letras da Maceió, durante boa parte dos anos novecentos, antecipa e serve de argumento à instituição da *Página Literária* do *Jornal de Alagoas*, no de 1926, como o primeiro espaço destinado ao pensamento artístico em circulação na imprensa alagoana.

Levando-se em conta sua publicação em meio às inquietações dos designios anunciados pela Semana de Arte Moderna de 22, concomitantes à movimentação promovida pelo Congresso Regionalista do Nordeste, será possível identificar o desempenho desses espaços em meio ao ambiente letrado em que o intelecto do alagoano esteve inserido. As alusões à existência de um círculo de escritores nascidos ou vivendo entre os alagoanos, introduzido nos anos de 1930, ratificam a convivência entre a escrita presencial de autores como José Lins do Rêgo e Rachel de Queiroz com propostas literárias e filológicas emblemáticas de alagoanos como Graciliano Ramos e Aurélio Buarque de Holanda por meio de uma intensa iniciação intelectual. Iniciação esta que serve de fundamento ao amadurecimento do percurso destes e de muitos outros escritores da terra intermediado pelos jornais maceioenses, solidificados em uma teia de fatos e nomes, de certa forma,

desconhecidos ou pouco citados, dado ao alcance imprevisto e ao mérito de seus fundamentos para a historiografia da Literatura de Alagoas e do Brasil.

### 1.1 Nasce uma literatura na história

Nos anos de 1920, o historiador Jayme Lustosa de Altavila<sup>3</sup> (1922, p. 8) assinalava a dispersão documental dos escritos dirigidos à gênese e ao desenvolvimento da literatura em Alagoas, levando-se em conta “períodos verdadeiramente notáveis, povoados de grandes pensadores e de grandes poetas”. Tais observações constataam certo apelo dirigido aos conterrâneos no sentido da compilação do percurso sobre o qual a linguagem estética fundou-se e evoluiu entre os alagoanos. Referem-se ainda à escassez de registros sistemáticos concernentes à vocação poética diante da representatividade demonstrada por seus autores primevos. Se tomados como base estudos clássicos sobre as origens da civilização caetés ou dirigidos à formação histórica e artística local, torna-se possível uma aproximação a questões e autores fundamentais aos primórdios da instrução na antiga província.

A princípio concebidas em meados do século XVIII, as gerações da literatura em Alagoas constituíram-se mediante seis ciclos iniciais. O primeiro deu-se a partir de composições surgidas por iniciativa de homens denominados por Altavila (1967, p. 91-92) como “velhos educadores de batina ou poetas místicos dos conventos”, com atuação nos antigos núcleos do povoamento das Alagoas: Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul (a primeira capital da província e atual cidade de Marechal Deodoro), Penedo e Porto Calvo. Ao sustentarem a autoria dos primitivos discursos em verso e prosa, os líderes da igreja estabeleceram uma convivência cordial com a pregação de sacerdotes e jesuítas vindos de Olinda e da Bahia, afinados aos padrões da retórica de seu tempo.

Em 1754 ocorre efetivamente a abertura às letras cultas, quando aparece publicado *Conclusiones varle theilogle, ad mentem subtilissimi doctoris marianni, venerabilis patris joannis duns scoti, etc*, com a autoria do frei João de Santa Angela Alagoas. Editada em Lisboa, a obra lírica em latim figura como a primeira produção livresca publicada por autor alagoano, além de dar início ao conhecimento público conducente às belas letras originadas

---

<sup>3</sup> Professor de História Geral, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) e um dos fundadores da Academia Alagoana de Letras (AAL). Autor de importantes estudos sobre os aspectos civilizatórios e memoriográficos da Província das Alagoas.

naquelas terras, pertencentes ao donatário Duarte Coelho da Costa desde 1534. Embora com referências pouco divulgadas, nas considerações de Lustosa de Altavila (1922), no sentido de seu caráter fundador da arte literária em Alagoas, o nome de Santa Angela guarda um culto ao parnaso e uma desenvoltura sobre as línguas latina e portuguesa velados até então. Houve o aparecimento de outros frades a fomentar o estímulo à poética provinciana, com versos sacros expressivos, porém igualmente esquecidos. Um deles, o frei José de Santa Margarida de Cortona Fiúsa, consagrou-se patriarca da poesia alagoana, cuja larga produção em versos não se encontra vestígio. Outros, como orador penedense João Capistrano de Mendonça, o frei Joaquim da Purificação e o padre Assis Ribeiro prosseguiram sustentando a ascensão da arte escrita em território alagoano que a outros poetas coube suceder.

A segunda fase, ocorrida entre 1802 e 1829, assiste ao aparecimento de intelectuais ilustres mediante a constituição de dados históricos-biográficos peculiares ao processo de povoamento do estado. Isso significou a ocorrência de episódios demarcadores da estrutura social, política e econômica afirmados como emblemas da identidade do alagoano. Em 1815, o então povoado de Maceió atinge a condição de vila após alcançar considerável nível de desenvolvimento. Houve ainda a emancipação de Alagoas da capitania de Pernambuco, em 1817, marcada como um dos maiores feitos dos oitocentos para a história de Alagoas. Desse panorama fizeram parte o diplomata João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (Visconde de Sinimbu), Francisco Ignacio de Carvalho Moreira (o Barão de Penedo), o filólogo José Alexandre Passos, o jornalista Aureliano Cândido Tavares Bastos, entre outros.

Em 1831, surge o *Iris Alagoense* como o primeiro jornal impresso em circulação na província, concretizando a fundação da imprensa em Alagoas, o que favoreceu o florescimento de um ambiente artístico influenciado pelos escritores Antonio Romariz, José Batinga e os três Ignacios (de Barros Accioly de Vasconcellos, de Barros Leite e de Gusmão). A essa terceira geração de poetas coube testemunhar a consagração da vila de Maceió como a capital da província das Alagoas, em substituição à Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, no ano de 1839. A natureza letrista desta época testemunhou ainda a inauguração da Catedral Metropolitana como principal templo católico, erguido em 1859, em substituição à antiga capela de São Gonçalo – pertencente ao engenho que deu origem ao povoamento da cidade –, além da fundação do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano – atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). A instituição, datada de 1869, foi erguida quando só havia no Brasil duas outras com os mesmos fins memoriais: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, surgido em 1838, instalado na corte do Rio de Janeiro, e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, instalado em Recife, no ano de 1862.

Na quarta linhagem de autores-fundadores, insurgiram-se os ideais de Manuel Diégues Júnior e Sebastião Cícero dos Guimarães Passos. Jovens cultores das letras e do passado regional, ambos deram existência a uma instituição que se pretendia histórica a despeito do caráter evolutivo da literatura constituída até então. O primeiro fundou e presidiu o grêmio literário ao qual o segundo emprestou seu nome: o Grêmio Literário Guimarães Passos. Guimarães Passos era identificado como um dos mais importantes nomes do Parnasianismo exercido em Alagoas. Distinguia-se também por ter sido o primeiro intelectual do estado a tomar assento como membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), além de frequentador assíduo do círculo de boêmios da Colombo, principal ponto cultural do Rio de Janeiro do século XX, ao lado de Olavo Bilac, Paula Nei e Pardal Mallet. Nesta época, ainda aparecem assinalados o poeta Cyridião Durval, o prosador Joaquim Diégues, o jornalista Oliveira e Silva, além dos romancistas Antonio Joaquim Alves de Farias e Rodolpho Alves de Farias; este um entusiasta do simbolismo brasileiro, defensor da prosa rimada e aliado do escritor Alphonsus de Guimarães como estudante residente em São Paulo.

O quinto ciclo<sup>4</sup> foi dirigido pela chamada “boemia artística e literária alagoana, da qual fizeram parte os vultos mais em relevo nas letras”, como assinala Jaime de Altavila (1922, p. 15). Tratava-se de uma constituição estética favorecida por uma textualidade publicizada, sobretudo, em jornais recifenses e cariocas. Nem todos chegavam a publicar versos em livro. Vigorava a dicção de alagoanos já acostumados a migrar em busca de horizontes mais promissores. Essa migração acabava levando a um reconhecimento dos seus nomes no cenário nacional. Houve o interesse de historiadores como Moreno Brandão<sup>5</sup> na publicação de estudos conceituais sobre os tempos remotos vividos pelo estado, dentre os quais, *História de Alagoas*, obra basilar publicada em 1909. O professor e jornalista Craveiro Costa<sup>6</sup> também prestou sua contribuição à memória alagoana com a publicação, dentre outras, de *Maceió*, onde reconstrói aspectos marcantes ao processo de fundação da cidade, e outras abordagens de cunho biográfico. Costa e Brandão, no capítulo *Alagoas mental e artística*, ao qual Jayme de Altavila (1967) faz referência em obra sobre a civilização em Alagoas, trazem a peculiaridade de serem dois intelectuais da terra que resistiram à emigração aos quais muitos se renderam.

---

<sup>4</sup> Considerado um dos períodos mais importantes da formação intelectual de Alagoas, constituiu-se por uma textualidade essencial à compreensão do potencial do escritor da terra.

<sup>5</sup> Historiador, jornalista e professor nascido no município de Pão de Açúcar-AL, publicou obras decisivas sobre a biografia de Alagoas.

<sup>6</sup> Jornalista e pesquisador atuante, compôs textos clássicos documentais sobre o estado.

Nas primeiras décadas dos anos noventa, a poesia satírica de João Francisco Coelho Cavalcante (o João Barafunda) ganhou corpo, assim como os versos e o teatro de Goulart de Andrade. Autor das obras-primas *Poesias: 1900-1905*, datada de 1907, e *Theatro – Primeiras Séries*, neste mesmo ano, além de outros textos antológicos, ocupou a cadeira antes pertencente ao escritor Cassimiro de Abreu ao se tornar membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). A época guarda ainda textos de literatura e português didáticos, além de livros de poemas e crônicas assinados pela poetisa Rita de Souza Abreu. Conhecida artisticamente como Rosália Sandoval, participou dos primórdios da literatura em Alagoas, trazendo em sua biografia a contribuição ao *Almanaque Literário Alagoano*<sup>7</sup> e a outros periódicos em circulação no Recife, em Fortaleza e no Rio de Janeiro, onde estabeleceu morada a partir do decênio de 1920.

O círculo das origens da literatura em Alagoas findou-se com a contribuição da chamada “geração contemporânea” emergindo sob a atmosfera da cerimônia de instalação da Academia Alagoana de Letras (AAL), a qual se afiliou boa parte dos pensadores e poetas do estado. Apesar desse último agrupamento de autores-fundadores, o estímulo às letras provincianas ocorreu por parte do poeta Lobão Filho, o qual idealizou a mais antiga *Página Literária* a circular na imprensa alagoana. Cabe mencionar ainda a influência de Romeu de Avellar, autor de obras emblemáticas, como *Coletânea dos poetas alagoanos*, um dos poucos exemplários da constituição poética em ascensão no estado; Octavio Brandão (1916), cujo ensaio sobre o vocabulário tupi integra a série de raridades da revista do antigo Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (IAGA); e Agnelo Rodrigues de Melo, poeta de veias humorísticas, notabilizado pela série de poemas *Caretas de Maceió*, com versos dedicados aos ilustres da terra e ao modo de viver da capital. Assumiu o pseudônimo de Judas Isgorogota um ano antes da criação da Academia dos Dez Unidos (a qual abordaremos mais à frente), da qual foi um dos fundadores. Representaram ainda essa fase final do processo de formação das letras outros intelectuais alagoanos: Osman Loureiro, Guedes Quintella, Silvestre Pércles, Berillo Prates, Silverio Jorge, Joseph Ramalho, Nilo Ramos, Motta Trigueiros, Perilo Gomes, Almeida Lins, Humberto Carneiro, Faustino de Oliveira, Delorizano Moraes, Erico Silveira, Esehias da Rocha, Estevão Pinto, Pires Barbosa, Agnelo de Oliveira e Mendonça Braga.

---

<sup>7</sup> Publicado no início do século 20, circulou com a participação de inúmeros intelectuais da terra em apenas dois números, datados de 1900 e 1901, respectivamente.



No mais amplo sentido, a gênese da literatura alagoana partiu de uma boa maioria de homens de poesia com escrita marcada pelos vigores do lusitanismo e outros estrangeirismos característicos do período oitocentista. Viviam entre o dilema de permanecer em meio ao ambiente literário estreito ou deixar as origens. Muitos chegaram a constituir patrimônio nas letras, com obras dirigidas às suas afinidades literárias ou às reminiscências biográficas do alagoano, mas sem o mesmo alcance dos que decidiram “honrar a terra” em cidades de maior conceito, sobretudo Recife e Rio de Janeiro. A respeito da insatisfação intelectual e da emigração, cujos resquícios repercutiram por todo o caráter pensante do povo alagoano, Altavila faz a seguinte observação:

Desde os primeiros dias do Império que o solo alagoano repercutiu os primeiros passos de homens de elevada atuação mental, embora todos eles tivessem que emigrar para ter melhor projeção no mundo literário, político e administrativo do Brasil que se elaborava. (...) Emigrar, para o espírito do homem de pensamento alagoano, sempre foi a melhor garantia para o seu futuro. Contudo, muitos intelectuais resistiram heroicamente até hoje ao arrocho do meio em que se formam, lutando contra a falta de ambiente literário, contra o descaso do poder público, e o que é mais estranho, às vezes contra os seus próprios confrades. (...) Realizaram, é bem verdade, obra notável, mas sem divulgação, pois a maioria são autores de livros escritos e editados na província, quase sempre por diletantismo, conseqüentemente em edições reduzidíssimas, o que de certo modo vem concorrer para que os seus nomes sejam pouco conhecidos, até mesmo em sua terra natal (ALTAVILA, 1967, p. 97-98).

As bases “do emigrar do alagoano” figuraram como uma espécie de predestinação a qual se via fadado o nordestino instruído no mais amplo sentido. O único destino aceitável a qualquer pretensão intelectual dita promissora. Isso talvez tenha obstruído uma reflexão mais polida sobre os reais efeitos de seus textos para o engrandecimento das letras brasileiras. Dos que persistiram em produzir em sua terra natal, poucos galgaram elevação e incentivo por parte de seus compatriotas. Apesar do “indiferentismo” habitual aos que resistiram à artística do seu tempo, Altavila expôs:

Não faltam, esta é a verdade, talentos em Alagoas. O que tem faltado é incentivo oficial e o encorajamento para a realização das exposições de arte, daí a afirmativa do historiador Moreno Brandão, “de que os maiores talentos que aqui se deixaram ficar foram asfixiados totalmente por um meio sobremodo ingrato e sáfaro”, pois, “nunca houve um alagoano ilustre que devesse sua formação a Alagoas”. Cumpre desfazer esse epíteto de madrastismo, que vai desvirtuando as Alagoas perante alheias terras que tanto sabem prezar os seus filhos e elevá-los acima de suas paixões locais (ALTAVILA, 1967, p. 99-100).

Tomando como base tal panorama, infere-se ter a literatura em Alagoas se desenvolvido mediante dois círculos de escritores: os dotados de uma textualidade exemplar, mas de alcance esquecido, uma vez que envoltos no obscurantismo irremediável diante da opção pela permanência no estado (refiro-me aos já citados poetas-fundadores das letras e entusiastas do passado local); e aqueles cuja consagração só veio a encontrar meios a bordo de navios rumo à corte imperial carioca, a exemplo de Jorge de Lima, Aloísio Branco, Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda, Pontes de Miranda, Lêdo Ivo, Guimarães Passos, Arthur Ramos, entre outros. Escritores sustentados tanto no mérito quanto na presença massiva do autor nordestino na dicção assumida pela palavra poética brasileira.

## **1.2 Modernistas de ideário regionalista**

É historicamente manifesto o fato de a convivência expressiva do alagoano com as letras ter encontrado no Modernismo brasileiro um dos fundamentos a essa expressão. A repercussão dos ideais dos salões paulistas entre boa parte dos jovens literatos serviu de contributo à sedimentação do nome de Alagoas nos anais da literatura brasileira, no sentido de sua efetivação pouco cordial a princípio. Um tom quase uníssono assumido pelo intelectual nordestino em geral, contrapondo-se a um ambiente mais acolhedor à experiência moderna assinalado em outras partes da República.

Os efeitos problemáticos e desconfianças estéticas revelaram-se mediante algumas circunstâncias. Um ponto primordial foi o pensamento de pertencimento dos pilares de originalidade e liberdade da Semana de 22 aos princípios do Futurismo. A corrente surgida do ideário de Filippo Tommaso Marinetti gerou ambiente hostil aos escritores nacionais por ocasião de sua vinda ao Brasil no ano de 1926. A poesia modernista, portanto, parecia guardar em si os fragilizados preceitos marinéticos em conteúdo e forma, favorecendo a posição apática do intelecto do maceioense, o qual procedeu a uma série de inquietações.

No mais estrito sentido, a propagação das intenções do autor italiano de incutir no brasileiro um manifesto assentado na negação subversiva a toda tradição cultural e a uma ideia de arte enegrecida pela ruptura agressiva do ponto de vista da atuação dos meios e iniciativas culturais soou quase como uma insurreição no âmbito literário da província de Alagoas: “Não podia deixar revolucionar os nossos meios, ou os nossos fins intelectuais, um

homem que prega o fechamento de bibliotecas, a extinção de museus e a queima total de academias” (SANT’ANA, 1980, p. 121).

Tomada em consideração, a impressão de desvencilhamento das heranças pretéritas como um dos postulados do Modernismo tanto quanto do Futurismo foi o que gerou a ideia de similitude entre as duas correntes nos redutos nordestinos. Fato inicialmente determinante à rejeição no contexto alagoano. Moacir Sant’Ana (1980) chama a atenção para o Nordeste como um ambiente marcado por um certo resguardo a exotismos comprometedores dos seus valores, lendas, costumes, ritos, transmitidos ao correr das gerações. Nesse sentido, houve um antecedente fulcral: o programa poético da arte moderna inseriu-se, entre os alagoanos, sob a atmosfera da lógica cultural do chamado “fenômeno de 21”, quando os autores da terra viveram um tempo de incursão e favorecimento do pitoresco local e regional, com o retorno da valoração aos predicados e costumes do “ser alagoano” e do “ser nordestino”. Talvez, a mais sentimental projeção da alagoanidade, segundo Sant’Ana (1980). O canto a figuras, personagens, comportamentos, tipos, bairros e pontos peculiares à cidade favoreceu um sentimento pelas origens justificável ante à penetração pouco massiva da constituição modernista, sobretudo por seu alheamento ao passado.

A efervescência modernista, entre os intelectuais da terra, floresceu ainda sobre as bases da convivência com os áureos tempos da literatura nordestina. O Movimento Regionalista do Nordeste funcionou como uma espécie de extensão da voz da tradição iniciada pelos homens de 21. O ideário do jovem Gilberto Freyre provinha de princípios amadurecidos em meio a um distanciamento saudoso da pátria, cujos efeitos trouxeram à tona a inclinação verbalista de uma geração de romancistas vistos sob uma genialidade pungente. Isto é, a força e a autenticidade de narrar do poeta da região, elevadas ao homem rude por meio de manifesto de sua universalização literária, assentaram-se diante da absorção do que “o movimento moderno tinha de mais sério”, como considera José Lins do Rêgo em *Presença do Nordeste na literatura* (1957, p. 23-28).

Tal absorção mostra-se melhor interpretada se observarmos o Nordeste sendo decantado pelos regionalistas modernos sob duas perspectivas, as quais vão além de um simples louvor à terra: 1) o estímulo a uma literariedade de valoração e salvaguarda do pecúlio histórico e artístico do povo nordestino, ofertado ao restante do Brasil; 2) situar a região em um nível igualitário no que concerne à distribuição dos recursos na tentativa de amenizar a soberania até então entranhada de favorecimento ao Sul e ao Sudeste do país. Entretanto, pontuava Sant’Ana (1978), Alagoas – obviamente inclusa no projeto patriótico de Freyre – ainda não havia demonstrado engajamento aos destinos anunciados pelo Centro

Regionalista do Nordeste, instituição sediada no Recife e encabeçada pelo jornalista Odilon Nestor. Nesse sentido, o antropólogo e filólogo Mário Marroquim (1930) chegou a endossar a emergência desse ideal para a problemática deflagrada pelo Modernismo em artigo publicado na seção *Notas e Factos*, do *Jornal de Alagoas*, em 13 de agosto de 1924:

Já era tempo que se unissem os nordestinos para a defesa de suas riquezas artísticas e de sua independência econômica. A raça forte e homogênea que povoa os cinco estados do Brasil, de Alagoas ao Ceará, necessitava de um aparelho de defesa de suas tradições, de resistência à desagregação de suas energias. Aparelho que fosse um auxílio dos governos nas medidas de progresso e engrandecimento da região. O Nordeste, que foi o berço da nacionalidade, conserva ainda intactos, nítidos, o sentimento de brasilidade, o espírito tradicional da raça, que no Sul, ao contato das massas migratórias, já estão quase desaparecendo (MARROQUIM, 1924, p. 15).

Essa relação conflituosa entre a poética do novo insurgindo-se ao louvor às tradições estendeu-se, inclusive, à imprensa local. Nas duas décadas iniciais do movimento houve um único posicionamento simpático, assinado pelo crítico de arte Carlos Rubens e publicado no *Jornal de Alagoas* em 1922. Dizia o artigo tratar-se o Modernismo de um “supremo movimento estilístico que se caracteriza pelo mais livre e fecundo subjetivismo” Rubens (1978 apud SANT’ANA). No ano seguinte, Lima Júnior assumiu o mais remoto ponto de vista crítico aos conceitos modernistas ao comentar o entusiasmo parnasiano de Alberto de Oliveira na obra *Ramo de árvore*, em contraposição à poesia evocadora da desordem dos futuristas. Parte dessa atitude velada a noticiários deveu-se ao prestígio da Academia Alagoana de Letras (AAL), fundada em 1920, sobre o principal diário da cidade. Influência esta sublinhada nos posicionamentos de Tadeu Rocha<sup>8</sup> e do poeta Carlos Moliterno<sup>9</sup>:

Todo o prestígio da academia foi utilizado no sentido de impedir que os jornais dessem qualquer publicidade sobre os acontecimentos. Acadêmicos ligados ao *Jornal de Alagoas* procuravam impedir qualquer noticiário sobre o assunto. A academia orgulhava-se de ser uma fortaleza de pronomes bem colocados à lusitana moda, de palavras difíceis (substantivos desconhecidos e adjetivos preciosos) e de versos perfeitamente metrificados e rimados, conforme convinha aos últimos helenos das margens da lagoa Mundaú e da baía de Jaraguá (SANT’ANA, 1980, p. 67-71).

<sup>8</sup> Autor, entre outros, da obra *Modernismo & Regionalismo*, publicada em Maceió, no ano de 1964.

<sup>9</sup> Um dos intelectuais alagoanos mais respeitados do século 20, notabilizou-se pela autoria do *Hino de Maceió* e por livros como *Notas sobre poesia moderna em Alagoas e A ilha*, fábula com entrecho sobre a relação entre o eu-lírico e a natureza.

Entretanto, em outros periódicos locais, a influência dos acadêmicos não surtiu o mesmo efeito, assim como as atas das sessões, já que em ambos havia a demonstração de um comportamento respeitoso entre o “velho e o moderno”. A *Página Literária* publicada em 25 de julho de 1926 destinou uma coluna inteira ao caráter imprudente da corrente de Marinetti, dissociando-a do timbre da literatura moderna, em artigo assinado por Barreto Falcão:

Não nos devemos servir da roupagem e da indumentária quinhentista dos Camões e dos Barros para vestir nossas ideias, pois seríamos assim tão incoerentes como os futuristas, mas também não podemos nem devemos renegar todo o patrimônio literário que nos legaram despreziosamente, espontaneamente, os nossos avós nem tão pouco formar com a horda irreverente dos revolucionários da pretendida inovação liberal para expulsar do templo da nossa adoração as excelsas figuras que representam e tanto honram a nossa literatura... O passadista é o viajante parésico que, de pé na margem do rio, de braços cruzados, se deixa ficar mumificado, onde o plantou o espírito retrogrado e o mau gosto, sem entusiasmo e insensível à mágica atração da outra margem, e o modernista é o viajante experiente e astuto que lá não vai senão por meio seguro, sem precipitação e com prudência, sem se preocupar com o dia ou a hora da chegada. A questão é que chegue, mais cedo ou mais tarde. Sejamos, pois, prudentes e coerentes, e fiquemos com a época (PÁGINA LITERÁRIA, 25 de julho de 1926).

O rompimento do maranhense Graça Aranha da Academia Brasileira de Letras (ABL), em razão da exaltação ao espírito moderno a partir da renovação de propósitos de seus membros, movimentou outros jornais em circulação na capital Maceió. O *Diário da Manhã*, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal de Alagoas* noticiaram o ocorrido, considerado a Segunda Semana de Arte Moderna. No sertão de Alagoas, o *Correio da Pedra* publicou telegrama anunciando a renúncia. O *bacurau* já tecia críticas ao movimento modernista em épocas anteriores, muitas delas no formato de poemas-piadas, balizados por seu tom humorístico. Ao mesmo tempo, *O semeador*<sup>10</sup> dedicava espaço ao artigo do sociólogo Gilberto Freyre, assinalando “a necessidade duma guerra de gerações. Mas não a que apregoa, num Rio de Janeiro escancarado a todas as futilidades, a voz do sr. Graça Aranha. Voz carnavalesca fingindo mocidade” Freyre (1980 apud SANT’ANA).

Ainda no contexto da Maceió da segunda década do século 20, o caráter modernista deu os primeiros passos a sua afirmação aclimatado pelas tertúlias das agremiações literárias.

---

<sup>10</sup> Periódico pertencente à Arquidiocese de Maceió, chegou a ser considerado, por estudiosos da imprensa alagoana, como o único diário católico publicado no Brasil. Circulou entre os anos de 1913 e 2000, com exemplares impressos no Palácio Episcopal, onde também funcionavam a redação e a administração. Fundado pelos padres Antônio valente e Luiz Barbosa e por Franklin de Lima, tinha como lemas: “Vabum dei non est alligatum” (Sinto-me feliz em suplicar as bênçãos do céu sobre a pena de um jornalista cristão) e “Deus, pátria e família”.

Por um bom tempo funcionando como espaços de favorecimento à discussão entusiasmada dos jovens beletristas, a Academia dos Dez Unidos surgiu em 1923 sob o tradicionalismo e o envolvimento de um grupo de “adolescentes de alto sonho” (SANT’ANA, 1980, p. 24): Agnelo Rodrigues de Melo, Carlos Paurílio, Amarílio Santos, João Soares Palmeira, Astério Machado de Melo, José da Costa Aguiar, Hildebrando Oséas Gomes, além do historiador Félix Lima Júnior, outro nome importante na recomposição da gênese do maceioense. Ao ser fundada pelo poeta e jornalista Agnelo Rodrigues de Melo, o Judas Isgorogota das poesias humorísticas do jornal *O Bacurau* e autor de *A divina mentira*, a Academia dos Dez Unidos promovia reuniões sob o cerne da publicização dos escritos de seus membros em revista de literatura. Anseio não alcançado, em acordo com Moacir Medeiros de Sant’Ana (1980). Sobre seus associados, o historiador os personaliza ainda como os primeiros homens de poesia da província de Alagoas a tomarem conhecimento do Futurismo “antes mesmo da chegada ao Brasil do italiano Filippo Tommaso Marinetti” (SANT’ANA, 1980, p. 19). Talvez por essa razão, o registro da adesão de poucos de seus participantes ao Modernismo.

Em meados de 1926, quando foi criado o Cenáculo Alagoano de Letras como mais um recinto de atuação do intelecto dos mais moços, os ideais incidiam sobre uma capital cuja organização social dos seus saberes viveria a glória de hospedar José Lins do Rêgo como um dos seus residentes mais ilustres. Ao mesmo tempo, ainda sobrevivendo às incertezas da repercussão futurística de Marinetti nos redutos cariocas.

Pela perspectiva sobre a qual os estatutos do cenáculo se fizeram atuar, também é possível abordar o processo de constituição do Modernismo àquele tempo. Em particular, o fato de a motivação para a sua fundação girar sobre a Semana de Arte Moderna e o Congresso Regionalista do Nordeste. Ademais, a postura crítica contundente de seus membros a despeito do conservadorismo dos acadêmicos da AAL. Postura esta cuja distinção a das posições da Academia dos Dez Unidos é digna de nota em virtude de sua evocação a opiniões e conceitos libertários em assuntos literários, como afirma Sant’Ana (1980). O cenáculo teve como ocupantes de suas cadeiras nomes ilustres do estado, a exemplo do orador e poeta oitocentista Cirydião Durval, do desembargador Zeferino Lavenére Machado e de Valdemar Cavalcanti, um dos “meninos impossíveis” de Alagoas (em referência ao poema de Jorge de Lima de adesão ao Modernismo), com trajetória vibrante no jornalismo alagoano desde a adolescência. Após sua aceitação aos preceitos modernistas, Cavalcanti lançou a revista *Maracanan*, considerada porta-voz do movimento, além de auxiliar Graciliano Ramos no processo editorial do romance *São Bernardo*, lançado em 1934, e de empenhar-se na datilografia dos exemplares de estreia de *Menino de engenho*, de José Lins do Rêgo.

O cenáculo guarda outros pormenores a sua existência: entre seus integrantes, surgiu a ideia de ter a figura de Yolanda Mendonça, da Escola Normal de Maceió, como a primeira figura feminina a integrar seu corpo de sócios e a enfrentar os preconceitos provincianos. Foi ainda do seu primeiro-presidente, Mendonça Júnior, a proposta de fazer de Maceió palco para a chamada Festa da Arte Nova, com critérios similares aos da Semana de 22. Quatro de seus membros compuseram a organização do evento de adesão de escritores e artistas ao Modernismo, realizado em junho de 1928, sob o anúncio de Valdemar Cavalcanti:

Um bando de jovens, dos que representam o espírito inquieto da nossa mocidade, vão tentar aqui, no meio provinciano, tão cheio de pudores e de academicismo, realizar a Festa da Arte Nova. Será uma festa original. Linda e bizarra, como uma cantiga de Jorge de Lima. Uma festa de inteligência, de sonoridade, de inquietude (SANT'ANA, 1980, p. 30).

Em linhas gerais, até o Modernismo ser oficialmente aceito e introduzido em Alagoas – o que ocorreu somente em 1928 – sobressaia-se entre os compositores de versos e prosa da Maceió da época um conservadorismo parnasiano. Conservadorismo defendido pelos mais experientes e, por outro lado, servindo de agulhão aos ditames de uma mocidade ainda cultora de “estrangeirismos, de helenismos, de banvilismos, de lecontismos, de besteirismos”, como asseverou Jorge de Lima (1980 apud SANT'ANA, p. 45) em meio à reação também pouco amigável dos seus compatriotas a despeito de sua adesão ao timbre modernista. Ou seja, ao lançar-se aos postulados do Modernismo, no ano de 1927, com o poema *O mundo do menino impossível*, o escritor de União dos Palmares passou a conviver com uma outra forma de sentimento sobre sua obra por parte do leitor de poesia maceioense.

Até então de valor inestimável, o “príncipe dos poetas alagoanos” – posto assumido mediante concurso promovido pelo jornal maceioense *Correio da Tarde*, em 1921 – passou a ser alvo de comentários impostos aos seus versos. Em particular, os assinados por homens da imprensa de Alagoas e do Recife. O motivo era patente: a inadequação de admiradores a um Jorge de Lima não mais ambientado aos “arraiais parnasianos”. Em capítulo intitulado *Algumas críticas contrárias*, Moacir Sant'Ana (1980) faz menção aos pontos de vista do pernambucano Mário Melo e de Nasson Figueiredo como reconstrutores dessas primeiras impressões, as quais também recaíram sobre as páginas da edição inicial de *Poemas*, lançada no mesmo ano de 1927, e ainda sobre *Essa negra fulô* (1928) – considerado o mais representativo poema moderno no Brasil:

Depois de considerar os *XIX Alexandrinos*, quatorze joias de nossa literatura, entre as quais o soneto *O acendedor de lampiões*, na época tão popularizado como o *Ouvir estrelas*, de Bilac, o crítico pernambucano referiu-se aos *Poemas*, segundo sua concepção, como um livro futurista, como uma coletânea de extravagâncias, para finalmente estranhar o fato de haver aquele poeta encontrado quem o (aplaudisse) nesse novo rumo... Já Nasson Figueiredo começa sua crítica dizendo não acreditar que o autor dos aludidos *Poemas* fosse mesmo aquele Jorge de Lima admirável.... (...) A imprensa local não parou de publicar trabalhos críticos a respeito das obras modernistas do poeta Jorge de Lima, escritos por Tristão de Athayde, João Ribeiro, Nestor Victor, Ascenso Ferreira, Jackson de Figueiredo, Aloísio Branco, Carlos Chiacchio, Anibal Fernandes, Múcio Leão, Arnon de Mello, Rui Cirne de Lima, José Lins do Rêgo, Osório Borba, Fábio Luz, Andrade Muricy, Alcântara Machado, Sud Mennuci, entre outros. Todo o mundo escreveu sobre Jorge de Lima – diria Valdemar Cavalcanti em dezembro daquele ano – a sua impressozinha de leitura. Muitas colunas de jornal se encheram com as tais impressões ligeiras (SANT’ANA, 1980, p. 65-127).

Jorge de Lima posicionou-se sobre tais discursos jornalísticos acerca de sua nova “pele literária”, julgada futurista:

Quase tentaram o ridículo contra mim. Eu era o futurista, uma espécie de bobo ou de maluco das letras. O que eu escrevia, um poemeto qualquer que inseria, de propósito, para acostumar e irritar o público, não conseguia nem uma coisa nem outra: despertava uma espécie de compaixão, um coitado dele, um é pena! Que se repetiam aos domingos, depois da leitura do *Jornal de Alagoas* em cada leitor amigo ou inimigo. (...) No entanto, eu não queria então nem futurismo, nem maluqueiras. Eu queria era o clássico. A tradição. O que era nosso. E o que era humano. Eu queria a terra do Brasil. As coisas de Alagoas. O Nordeste. A nossa imperfeição (SANT’ANA, 1980, p. 44-45).

A imperfeição e o Nordeste almejados ganham sentido, nas palavras de Jorge de Lima, ao levar em conta o fato de intelectuais como Rosalvo Acioli Júnior (1988) admitir só ter o autor adquirido posição respeitada após superar a fase parnasiana e ao estabelecer empatias com a vocação regionalista de José Lins do Rêgo – de quem recebeu a já mencionada influência acerca da formação de sua poética moderna –, Manuel Bandeira e Gilberto Freyre. Foi a esses autores a quem Jorge de Lima dedicou os versos sobre a criança arteira que fazia dos brinquedos seu orbe original, a inspiração de *O mundo do menino impossível*. Versos estes os quais se insurgiram numa época assinalada pela abertura de portas do Grêmio Literário Guimarães Passos como principal fato literário.



O Guimarães Passos trazia em sua composição uma juventude de poetas conhecidos como “os meninos impossíveis de Alagoas”<sup>11</sup>. A agremiação teve como fundador o sociólogo Manuel Diéguas Júnior, à época com 25 anos de idade, e entrou em funcionamento em sua própria residência, localizada no bairro da Pajuçara. Compuseram ainda sua formação o poeta Raul do Rego Lima, Arnon Afonso de Farias Mello, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Antônio Saturnino de Mendonça Júnior, Emilio Elyseu de Maya, Paulo Malta Filho, Aloísio Branco Bezerra e Valdemar Cavalcanti. De antemão, todos, como já apontava o ambiente em Maceió, seguidores do Parnasianismo defendido pelo patrono Guimarães Passos, para, somente tempos depois, assumirem-se modernistas pelas vias de Jorge de Lima e Lins do Rêgo. Como espaço de reunião literárias, o Guima trazia “a concretização de um sonho há muito acalentado, que visava a desenvolver a inteligência da gente moça, essa gente que será o futuro do Brasil” Diéguas (1980 apud SANT’ANA, p. 41). Assim, os estímulos da entidade eram norteados pela crença no caráter evolutivo da literatura de Alagoas em função da “aceitação dos postulados do Modernismo” (BARROS, 2015, p. 40), enquanto seus integrantes, aos poucos, rendiam-se à nova corrente, declarada publicamente com a realização da Canjica Literária no dia 23 de junho de 1929. O evento constituiu-se sob uma atmosfera essencialmente nordestina, primando pelas tradições alagoanas, marcadas na figura do caipira, além das iguarias, canções e tipos juninos, ambientados com os apetrechos clássicos dos peões rurais das casas-grandes dos engenhos.

Um dos frutos do evento foi a transformação de certa incredulidade de Jorge de Lima nos rapazes do grêmio em admiração: “Pareciam eles, de verdade, paralisados no parnasianismo, no retórico, enfim nessas velhas coisas detestáveis que constituíram a alegria íntima e o sucesso dos grêmios literários do tempo da boemia letrada. Foi quando mudei de pensar a respeito dos rapazes...” Lima (1980 apud SANT’ANA, p. 41). Esse enfraquecimento das forças parnasianas também foi enaltecido por Tadeu Rocha: “Os moços compreenderam a força telúrica e a mensagem espiritual de Jorge de Lima, enquanto os mais velhos continuavam embalados pelas imagens do Parnaso...” Rocha (1980 apud SANT’ANA, p. 43). Após a adesão declarada às concepções estéticas modernistas dos jornalistas e escritores fundadores do Guima, houve a identificação da instituição não mais como grêmio, e sim como Academia Guimarães Passos, o que ocorreu em 1930.

---

<sup>11</sup> O historiador Moacir Medeiros de Sant’Ana dedicou um capítulo do livro *História do Modernismo em Alagoas (1922-1932)* ao percurso de cada um desses intelectuais alagoanos rumo ao Modernismo brasileiro.

A rede de relações estabelecida por meio dos grêmios e da imprensa, como veremos no capítulo seguinte, acaba sendo um reflexo da representatividade dos anos 30 para a história literária de Alagoas. Numa visão mais ampla, durante a década, foram amadurecidos os diálogos tanto com os escritores vindos de outros lugares do Nordeste, quanto com os autores nascidos no interior do estado que passaram a viver na capital. Graciliano Ramos, por exemplo, durante a década havia efetivado mudança para Maceió, onde assumiu a direção da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas, vindo do município de Palmeira dos Índios, sua cidade natal, da qual partiu ao renunciar seu mandato como prefeito. Ainda durante o decênio, publicou *Caetés* (1933) e *São Bernardo* (1934), e testemunhou o prestígio que obras-primas, também nascidas do movimento nordestino de 30 viriam a galgar no futuro por sua representação no período: *O quinze* (1930), de Rachel de Queiroz; *Menino de engenho* (1932), de José Lins do Rêgo; deste, ainda houve a propagação de mais quatro romances de sua autoria, propagadores de quase totalidade do ciclo da cana-de-açúcar no estado: *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *O moleque Ricardo* (1935) e *Usina* (1936), estes dois últimos quando já havia deixado Maceió para residir no Rio de Janeiro; *O anjo* foi publicada por Jorge de Lima em 1934, dois anos antes de Graciliano Ramos ser enviado à prisão na capital carioca, acusado de insubordinação à ordem estabelecida, o que resultou na composição de *Angústia*, escrito em meio aos encarcerados, no ano de 1936. É curioso depreender do período do cárcere de Graciliano, o quão a capital alagoana foi palco de vínculos de amizade entre os escritores da região àquele tempo. Um desses elos diz respeito ao empenho de Lins do Rêgo para a saída do autor de *Vidas secas* da prisão, um ano após a publicação de *Angústia*. Assim, o decênio de 30 pode ser interpretado como um dos fatos asseguradores da produtividade e do relacionamento literários afirmadores da identidade do alagoano.

O surgimento desses romances e a já abordada retomada do escritor nordestino às questões da terra funcionaram como pilares sobre os quais o projeto do Regionalismo nordestino se impôs no país. Dessa fisionomia artística e textual brotou também a chamada “Roda de Maceió”. Reunia em sua totalidade escritores já vistos como referências da época: Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Holanda, Rachel de Queiroz, José Lins do Rêgo, Alberto Passos Guimarães, Aloísio Branco, além do jornalista Valdemar Cavalcanti e do pouco conhecido romancista de *Os corumbas* (1933), Amando Fontes; um nome de destaque na formação do romance social brasileiro da década.

Tratava-se de uma plêiade de gênios (nascidos ou afirmados em Alagoas), cujo esboço de suas ideias costumavam ocorrer nos cafés Central e Colombo ou no Bilhar da Rua do Comércio, da Maceió do século 20. O tom verbalista era literalmente oposto ao defendido

pelo Grupo dos Cinco, liderado por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Menotti del Picchia, nas considerações da antropóloga social Simone Silva (2011), registradas no artigo *A roda de Maceió e o Projeto Regionalista: uma perspectiva etnográfica das disputas ocorridas no mundo do livro dos anos 1930*, publicado em 2011:

(...) os artistas da “roda de Maceió” produziram uma literatura nem mítica nem cidadina. Trouxeram para seus livros, para seus quadros, aqueles personagens do quintal de suas casas, ou aqueles de suas ruas, ou ainda os de sua cidade. Esse estilo de linguagem chegou a ser comparado, por alguns estudiosos do período, às descrições etnográficas. E assim foi surgindo nos romances um Moleque Ricardo, um São Bernardo, a família de retirantes, os mulatos de Di Cavalcanti, etc. (...) defendiam-se e, simultaneamente, lutavam pela inserção no mercado do Sul e pela legitimação de suas obras. Apoiados por suas editoras, esses escritores defendiam a ideia, impressa em suas obras, de uma arte nacional baseada na tradição local, nos personagens de suas regiões (SILVA, 2011, p. 99-103).

Esses círculos funcionaram como facilitadores ao fomento das obras literárias, impulsionadas pela autenticação dos ideais em comum de seus membros no universo livresco do início da década. Endossaram um momento de produção artística cujo distintivo partia das mais diversas impressões causadas pelo Modernismo brasileiro. Consideremos que: se a “roda de Maceió” prezava por um conceito de brasilidade a partir de “retratos” da identidade regional, aos poetas liderados por Mário de Andrade cabia inviabilizar esse ponto de vista por meio da evocação de um universalismo só possível por uma visão mais abrangente do Brasil e de sua inserção no meio internacional. Esses diferentes posicionamentos eram usados “como instrumento de prestígio entre as rodas literárias. Um esforço pela construção de uma arte nacional similar a dos tempos da literatura romântica a partir da independência do Brasil” (SILVA, 2011, p. 99). Eram ainda propagados em coleções, as quais funcionaram como canais característicos à publicização das ideias desses grupos. *Documentos brasileiros* – o conjunto de livros destinado à “roda de Maceió” reuniu uma série de romances compostos na época por esses intelectuais do Nordeste, os quais estenderam tais encontros à capital do Rio de Janeiro, para onde paulatinamente migraram e se fixaram ao longo da década.

Outro momento a ganhar significado foi o da fundação da revista *Novidade*. Em abril de 1931, por iniciativa de homens de letras e de poesia – muitos deles, iniciados nos impressos –, o veículo foi cunhado como porto interpretativo às novas perspectivas estéticas e políticas tomadas por Alagoas como ponto-chave de interesse. Nos seis meses em que

circulou, trouxe à tona peças documentais importantes, como lembra Valdemar Cavalcanti, um de seus colaboradores-fundadores:

(...) em borrão, por exemplo, retalhos do primeiro romance de Graciliano Ramos..., além de crônicas sobre tipos e aspectos do sertão; poemas desconhecidos de Santa Rosa (então funcionário do Banco do Brasil), Murilo Mendes e Mauro Mota; artigos de Jorge de Lima; panfletos de José Lins do Rêgo e até, por incrível que pareça, poemas de Álvaro Lins e Ademar Vidal. (...) a revista atravessou a sua vida agitada com uma personalidade única, com uma única feição interior, sem a eles terem assustado a largueza dos horizontes que procuraram, nem as perfídias do mar alto (SANT'ANA, 1980, p. 148).

No mesmo 1931 do surgimento e desfalecimento da *Novidade*, a despedida das origens em Alagoas dois expoentes do Modernismo na província: Jorge de Lima e Aloísio Branco<sup>12</sup>, para viver no Rio de Janeiro findou a mais importante fase da nova poesia na província. Segundo Moacir Sant'Ana (1980), uma viagem imprevista para Jorge de Lima, já que foi vítima de inúmeras perseguições, inclusive a tentativa de assassinato por parte do bacharel Rodolfo Lins.

Das ocorrências pós-31, merece considerar o surgimento da Liga Contra o Empréstimo de Livros, de acordo com o ponto de vista de Sant'Ana (1980) sobre o movimento. A instituição, datada de 1932, deixou como principal filosofia de sua jornada a promoção do consumo acessível de livros, adquiridos em livrarias pela população alagoana. Formada pelo empenho de mentes como a do folclorista Théó Brandão<sup>13</sup>, de Aurélio Buarque de Holanda e de Lins do Rêgo, a liga deixou registrado ainda o empenho de seus integrantes para a realização da chamada Festa da Arte Moderna no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). No programa de atrações constaram a palestra de Diégues Júnior sobre a *Tendência da música moderna*, uma exposição de pintura sobre a arte moderna, do artista Santa Rosa Júnior, do Ceará; e ainda o instrumental ao piano de Lourdes Caldas.

No tocante às articulações configuradas em território alagoano, desde as analogias futuristas à deflagração da literatura regional concomitantemente ao florescimento do

---

<sup>12</sup> Publicou estudo sobre Jorge de Lima, inserido na *Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, de Otto Maria Carpeaux. Um dos membros da Academia Olavo Bilac, tem em *Poema à velha cidade de Alagoas* uma de suas mais antigas poesias modernistas.

<sup>13</sup> Também poeta e farmacêutico da cidade de Viçosa, marcou participação no Movimento Modernista em Alagoas. Autor de uma bibliografia extensa com temáticas na artística popular, fundou e assumiu o cargo de primeiro diretor do Museu de Antropologia e Folclore da Ufal, hoje conhecido como Museu Théó Brandão.

movimento modernista no país, observa-se a existência de dois polos: de um lado, a legitimação do lugar certo do Nordeste na literatura brasileira, após o 1930:

Voltou a ser, como nos tempos de Gonçalves Dias e José de Alencar, um foco de irradiação. É que puseram os nordestinos para funcionar uma máquina de criação que se alimentava de realidades concretas. A vida que eles traziam para os seus livros, para sublimá-la, não era uma mentira ou convenção. A realidade doía nos personagens de José Américo de Almeida, de Graciliano Ramos, de Rachel de Queiroz, de Amando Fontes. O homem que se desencantava em personagem não carecia de fingir para parecer: o que era de fato (RÊGO, 1957, p. 28-29).

De outro, as tendências dos homens de 22 sendo afirmadas mediante um ciclo de poetas e romancistas os quais, à medida que surgiam, assumiam certo alcance dada à atmosfera do Modernismo, ainda que largamente questionado a princípio. Um modernismo de fisionomia muito mais de um regionalismo moderno que propriamente modernista. Desse modo, é evidente verificar a poética da província de Alagoas ascendendo, no contexto brasileiro, movida pela doutrina de Gilberto Freyre de universalização das digitais da terra natal, a fim de expandi-la e não de restringi-la, transformando o “chão do Nordeste num pedaço de mundo. Queríamos ser do Brasil sendo cada vez mais da Paraíba, do Recife, de Alagoas, do Ceará”, nas palavras de Lins do Rêgo (1957, p. 23). E envolvida por um espírito talvez mais reticente à ambição aos modelos europeus e a uma posição inferior adotada sobre a cultura genuína que propriamente antimodernista. Essa diferença é explicitada na crônica *Sertanejos*, assinada por Graciliano Ramos na revista *Novidade*, em 1931:

Os habitantes do sertão que (viam), encantados, nas fitas americanas, (...) dançavam o Charleston, (... ouviam) o jazz, conheciam o box e o flirt. Até nos jogos de cartas esqueceram o honesto sete e meio e adotaram, sem nenhuma vergonha, as ladroeiras do poker. (...) Para que esse bando de coisas de nomes esquisitos? Não era melhor que continuássemos a cultivar o terço, o reisado, o pastoril, a quadrilha, a cavallhada, o bozó pelo Natal, as sortes em noites de S. João? Isto é nosso e é barato. O resto é dos outros e caro (SANT'ANA, 1980, p. 194).

Em suma, tratou-se de uma era movida por um culto às raízes, cuja hospitalidade do maceioense a Mário de Andrade e Manuel Bandeira – no mesmo 1928 representativo do coroamento tardio do Modernismo –, recepcionados por Jorge de Lima e José Lins do Rêgo, veio a comprovar.

## 2 UMA IMPRENSA NA PROVÍNCIA

No trajeto histórico de Alagoas, a fundação da imprensa, no ano de 1831, não fugiu à regra de mostrar-se um campo à parte na formação do escritor no conceito social. Desde então, o papel atribuído aos jornais de meio fulcral à expressão da literatura” – uma das mais distintas conquistas dos anos oitocentistas – facilitou a inserção e, ao mesmo tempo, a postura dialética, em âmbito nacional, dos que escreviam. Veremos, ao longo das alusões ao tema discutidas neste capítulo, como a periodicidade da informação efetivada pelos impressos alagoanos propiciou à capital Maceió a consolidação de sua imagem intelectual, cujas pretensões iniciais estritamente políticas acabaram por subsidiar uma atividade cultural desempenhada pela palavra mobilizadora de um vasto grupo de poetas colaborativo de suas páginas, sobretudo após a fundação do *Jornal de Alagoas*. Todavia, a escassez de “fontes documentais primordiais” (a mesma constatada na gênese da literatura da província) é assinalada em *Nota introdutória da História da Imprensa em Alagoas* (1987) como elemento dificultoso a qualquer abordagem no seu aspecto fundante:

Uma vez que os nossos jornais e outros periódicos do passado não tiveram, em grande parte, suas coleções preservadas, de muitos até inexistindo um número sequer. Quanto a outras espécies de fontes – livros de atas e correspondências pertencentes às antigas associações das classes dos gráficos e jornalistas -, também não são encontradas. Lamentavelmente, todo esse documentário, de indiscutível importância para a reconstituição da história, desapareceu na voragem do tempo, por descaso de nossos ancestrais (SANT’ANA, 1987, p. 13).

A essa insuficiência de dados some-se a de instituições como a Associação Alagoana de Imprensa. Fundada em 13 de junho de 1931, não há informação sobre o primeiro livro de atas, inviabilizando referências precisas sobre a movimentação de seus membros nos seus primeiros oito anos de existência, “conservando-se apenas os relativos ao período iniciado a 2 de março de 1939 até os dias atuais”, de acordo com Sant’Ana (1987, p. 13).

A partir dessas inferências, este capítulo tratará das principais circunstâncias da elaboração dos periódicos na província de Alagoas, a partir do surgimento do primeiro jornal, o *Iris Alagoense*, marco da fundação da imprensa. O enfoque ao *Jornal de Alagoas* como principal diário da cidade, fundado no início do século 20, e ponto-chave da discussão, parte do fato de ter o veículo ocupado por décadas o posto de um dos principais matutinos e do mais antigo jornal em circulação em Alagoas, registrando panoramas e episódios

emblemáticos no contexto local e nacional. No aspecto literário, funcionou durante boa parte do seu percurso como um espaço aberto ao pensamento intelectual caeté, sobretudo após a instituição pioneira das páginas literárias em seu corpo editorial, cuja biografia guarda nomes representativos da ascensão e conseqüente permanência da autoria nordestina nos cânones da literatura brasileira.

## 2.1 O *Iris Alagoense* e os jornais oitocentistas

Na província das Alagoas, a instauração da imprensa se deu em tom de súplica. Até que se articulasse em função dos propósitos de contribuir no processo civilizatório dos seus habitantes e de meio rentável ao patrimônio local, foi investida quase uma década. Da primeira perspectiva não-aceita pela Corte de Lisboa de instalação de uma tipografia pública na antiga Vila das Alagoas<sup>14</sup>, o que ocorreu em 1822, até o surgimento do *Iris Alagoense*, em meados de 1831, como o primeiro dos impressos do estado, Moacir Medeiros de Sant'Ana (1987) dá um parecer sobre as circunstâncias tardias sobre as quais o jornalismo impresso foi introduzido no estado, transcritas das Atas do Conselho do Governo da Província das Alagoas:

A primeira tentativa visando à introdução da imprensa em Alagoas data de 1822. Precisamente de 6 de maio, quando a Junta de Governo das Alagoas, presidida por José Antônio Ferreira Braklamy, dirigiu ofício ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, na Corte de Lisboa, pedindo o estabelecimento, na vila das Alagoas, capital da Província, de uma tipografia pública.... Não havendo o pedido encontrado receptividade, em sessão do Conselho do Governo da Província, realizada em 9 de fevereiro de 1826, foi feita nova proposta, pelo vice-presidente da Província, Miguel Veloso da Silveira Nóbrega e Vasconcelos, para que se suplicasse (...) a Sua Majestade, o Imperador, uma Typografia para esta Província, a fim de se adiantar aqui a imprensa, as Luzes e até o conhecimento dos trabalhos do Governo Provincial, unindo-os a tudo isto as grandes vantagens a resultar de tão interessante estabelecimento. Encaminhada através do ofício de 18 de outubro, mais uma vez a solicitação foi negada pelo Imperador, por intermédio de ofício do Ministro do Império, Visconde de S. Leopoldo, de 6 de fevereiro de 1827, sob a lacônica

---

<sup>14</sup> A primeira capital da província das Alagoas é hoje conhecida como a cidade histórica de Marechal Deodoro, localizada no litoral sul do estado. Recebeu o nome de Vila das Alagoas antes de ser elevada à categoria de cidade, em 1823, quando passou a ser chamada de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul (ALTAVILA, 1967, p. 109).

alegação de que não tem por hora lugar a resolução do conselho do governo sobre a criação de uma tipografia na mencionada província (SANT'ANA, 1987, p. 19-20).

A chegada da Typografia Patriótica à Vila de Maceió, vinda da cidade de Recife, só ocorreu em agosto de 1831, por iniciativa do presidente da província à época, Manoel Lôbo de Miranda Henriques, e mediante algumas evoluções no contexto histórico local: a Comarca de Alagoas já havia sido liberta da submissão da capitania de Pernambuco, com a conquista de sua independência política oficializada há mais de uma década (1817); Maceió tinha assumido a condição de vila desde 1815 e, do ponto de vista nacional, vivia-se os tempos revolucionários da abdicação de D. Pedro I do trono português. Instalada em um prédio na antiga Rua do Livramento, no centro maceioense, a oficina tipográfica pertencia à Sociedade Patriótica de Maceió e trazia o compromisso da impressão do *Iris Alagoense*<sup>15</sup> como primeiro jornal surgido no estado e marco de fundação da imprensa. À exceção do número inaugural, sem registro conhecido da data de sua circulação e impresso no estado da Bahia – dada a ausência de técnicos experientes em compor com tipos em Alagoas, como aponta Sant'Ana (1987) –, circulou durante seis meses: de agosto de 1831 a 18 de fevereiro de 1832, às quartas-feiras e aos sábados.

Sob o empenho e a égide ideológica do redator francês Emile de Bois Garin; da arte tipográfica de Prosper Chenavaux e Charles Viard; e ainda do alemão Carl Eduard Muhlert, responsável pela montagem do primeiro prelo na vila de Maceió, o *Iris* representa a mais rara referência da imprensa alagoana, cujo segundo número, publicado em 17 de agosto de 1831, o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) guarda um exemplar. Não há dúvidas da causa política como fator mobilizador a sua criação, até porque esta era a razão maior a agitar as ideias do espírito regencial e de um porta-voz visto como politizado, literário e mercantil como se definia o *Iris Alagoense*. A emergência de dinamismo sobre os ideários dos homens de saber por meio da imprensa se evidenciava justamente por essa “necessidade de um elemento de transmissão das ideias que agitavam o país, que fosse o porta-voz do pensamento preponderante naquele período de organização política e pusesse a população em contato com a realidade daquela hora nacional”, nas palavras de Craveiro Costa (1931 apud

---

<sup>15</sup> Circulou no formato de quatro páginas e duas colunas, medindo 31,5 x 21,5 centímetros, com o nome da Tipografia Patriótica impresso no alto da primeira e no rodapé da última página. Pela assinatura trimestral era cobrado o preço de dois mil réis e pela folha avulsa, oitenta réis. Em sua composição gráfica, trazia como enunciado o pensamento filosófico de Constantino Francisco de Chassebeuf, o Conde de Volney: “A opinião pública acometendo os reis mesmo sobre seus tronos os forçará a conter-se nos limites d’uma autoridade legal”.



SANT'ANA, p. 20) ao escriturar o artigo *Cem anos de jornalismo (Memória histórica sobre o jornalismo alagoano)*, na *Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Alagoano*.

A bem da verdade, o clima de contingências e mudanças provocado pela renúncia voluntária de D. Pedro I à coroa, só confirmado aos maceioenses em 30 de abril de 1831 por oficiais chegados à vila de navio (SANT'ANA, 1987), torna compreensível a observação de ter a imprensa alagoana nascido sobre circunstâncias idênticas as da imprensa provincial brasileira de:

[...] advogada de vitais interesses. Embora adstritos a personalidades; e se às vezes a veemência da defesa ofendeu a justiça envergonhada, não raras serviu de conselheira à indecisão, de estímulo ao progresso e de guia às instituições tateantes e mal seguras. [...] acre em sua nascença; sua frase era uma grita, seu júízo uma atroz inventiva (SANT'ANA, 1987, p. 24).

O período de surgimento do *Iris alagoense* foi, de fato, autenticado por essa ascendência da imprensa, que precisava dar conta das mais variadas perturbações provinciais. Ao mesmo tempo, os jornais serviram de endosso a um espírito político-literário cortesão à pátria e à terra, favorecido pelo Ato adicional<sup>16</sup> e engajado em sanar os apreços ao lusitanismo, tonificado pela geração poética de Gonçalves de Magalhães (SOARES, 2011). O pertencimento oficial do primeiro jornal e da primeira tipografia alagoanos à Sociedade Patriótica de Maceió acompanhou o surgimento desses grupos políticos como outra característica marcante à época.

A Patriótica surgiu da efervescência do 7 de abril de 1831 e reunia os liberais exaltados alagoanos. Isto quer dizer que seus brios primavam pelo combate ao português e, como pontua Sant'Ana (1987, p. 27), até aos “brasileiros absolutistas, favoráveis à reposição do monarca lusitano ao trono do Império Brasileiro”. Além dela, encontrava-se em atuação a Sociedade Patriótica Defensora da Liberdade e Independência Nacional, instalada na antiga capital da província, a velha cidade das Alagoas. A ambas coube ajustar a localidade mais acertada à instalação da oficina tipográfica adquirida com o fim de viabilizar o funcionamento dos impressos no estado: se a cidade das Alagoas, a então capital da província (conforme as solicitações da Câmara Municipal da cidade), ou a Vila de Maceió. No interior repercutiam os

---

<sup>16</sup> Há referências a essa providência histórica transcritas do texto de Hipólito José da Costa, publicado no *Correio Braziliense* e registradas por Moacir Medeiros de Sant'Ana no livro *História da Imprensa em Alagoas* (1987), como responsável por afrouxar “os elos da servidão imperial”, desenvolvendo “a paixão da localidade, fazendo da pátria a realidade de uma ventura, a recompensa de um amor”.

pontos de vista dos alagoanos ligados à Sociedade Patriótica, Defensora da Liberdade e Independência do Brasil, instalada no município de Atalaia; da Sociedade Federal, pertencente ao povoado de São Miguel (atual cidade de São Miguel dos Campos); e da Sociedade Patriótica, com eixo de atividades na antiga povoação de Palmeira (hoje município de Palmeira dos Índios).

A linha editorial do *Iris Alagoense*, obviamente, compunha-se estritamente ligada à ideologia política da sociedade da qual era órgão oficial. Assim, tão logo a Patriótica de Maceió aliou-se ao federalismo, passando a ser designada Sociedade Federal de Maceió, o *Iris Alagoense* encerrava a primeira fase de sua veiculação em 18 de fevereiro de 1832 (como citado ao início deste capítulo) para assumir uma nova designação. Dois dias depois (em 22 de fevereiro de 1832), voltou a circular com a nomenclatura de *O federalista Alagoense*, até o início de 1836. Seu desempenho principia uma história marcada por ações ofensivas ao jornalismo da província, as quais Moacir Medeiros de Sant'Ana dedica mais de trinta páginas do livro *História da Imprensa em Alagoas*. Vejamos algumas considerações do historiador alagoano concernentes aos primeiros atentados na província. O mais antigo deles, ao redator e administrador francês do *Iris Alagoense*, Adolphe Emile de Bois Garin:

Na noite de 23 de janeiro de 1832, Bois Garin sofreu um atentado, o primeiro perpetrado contra a imprensa em Alagoas, quando lhe dispararam um tiro, ao que parece a mando da parte que se julgara ofendida em correspondência estampada no periódico por ele administrado e redigido. Um dos substitutos daquele estrangeiro na redação do *Iris Alagoense*, o advogado pernambucano Félix José de Melo e Silva, alvo de frequentes ameaças, temendo ser assassinado, viu-se na contingência de encarcerar-se na própria casa, impossibilitado de pôr a cabeça de fora (SANT'ANA, 1987, p. 23- 87).

Sobre o ataque gerado pela referida correspondência da citação acima, há o relato do próprio redator Adolphe Emile de Bois Garin, registrado no último número do *Iris alagoense*:

O acontecimento funesto da noite de 23 de janeiro, sem diminuir o entusiasmo que me anima a favor do Liberalismo, sempre me deixou uma espécie de indecisão a respeito da linha de conduta que pelo futuro me era prudente adotar. A minoria da sociedade desejava meu regresso, acelerou a minha resignação do honroso cargo que me fora confiado, minha resolução era tomada e os preparativos de minha viagem eram feitos, quando vários membros da mesma que me julgaram sempre digno da contemplação dos liberais, aprovando a doutrina política que professo, me manifestaram o desejo da maioria dos patriotas de me ver permanecer nesta vila, e continuar a redigir o periódico da província. [...] antes, porém, de continuar a publicação do *Iris alagoense*, julgo do meu dever advertir aos assinantes a leitura deste periódico, que se eles examinarem com atenção os escritos que me são

pessoais reconhecerão que nunca me desviei do fim que me tinha proposto, e refletindo que não convém um escritor liberal transigir com opiniões contrárias disfarçadas sob o meu especioso da Moderação – pregada com virulência – Obediência exigida por mandões que nunca souberam obedecer, e – Leis, que livres do freio salutar da imprensa, seus mesmos órgãos seriam os primeiros a violar, convencer-se-ão que é de absoluta necessidade refutar os sofismas manhosos de inimigos ocultos que entre nós residem, e luta com a energia e força de raciocínio que me obrigam os mesmos fingidos liberais a reconhecer que nenhum proveito podem derivar de escritos insidiosos (SANT’ANA, 1987, p. 22-23).

Como apontava o relato, Garin decidiu pela saída de Alagoas e, conseqüentemente, pelo abandono do comando redacional do primeiro jornal alagoano, voltando para a capital Recife. Foi desse modo que o padre Afonso de Albuquerque Melo passou a assumir a redação de *O federalista alagoense*, bem como o posto de primeiro jornalista alagoano. Chamado por D. Pedro I de “capelão dos moços” pela simpatia despertada entre cristãos da freguesia da antiga Cidade das Alagoas, ingressou na política provincial por volta de 1829, como representante da Câmara Municipal das Alagoas e, em seguida, como suplente do segundo Conselho Geral da Província. Trazia em sua trajetória o cargo de presidente da Sociedade Federal de Maceió e ainda a filiação ao pensamento político de conservadores identificados como os “lisos”, grupo ideologicamente marcado pelos efeitos provocados ao século pela Revolução dos Lisos e Cabeludos (SANT’ANA, 1987, p. 33-34). *O federalista alagoense*, então, manteve-se como principal meio de leitura ao intelectual da terra até a publicação do seu último exemplar, no início do ano de 1836.

Somente mais de duas décadas à frente, em 1 de março de 1858, é que surgiria o *Diário das Alagoas* como o primeiro jornal de veiculação diária, oficializando o surgimento da imprensa diária na antiga vila de Maceió. Perdurando como o mais antigo matutino maceioense até 1892 e com boa parte dos seus números integrando o acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, o diário pertencia ao cônego Antonio José da Costa e era impresso na Tipografia Comercial de Moraes & Costa. Segundo informações registradas no *ABC das Alagoas: Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas* (2005), a oficina tipográfica onde era impresso foi instalada com foco nos interesses provinciais, preservados por uma neutralidade política incomum ao ofício jornalístico da época. Entretanto, esse alheamento comprovado de início foi substituído por uma linha editorial defensora dos ideais do Partido Conservador.

As páginas redigidas por Inácio Joaquim Passos Júnior, as quais circularam por 35 anos, sem interrupção, até o ano de 1892, puseram o leitor a par do expediente e de atos do governo da província, assim como de discussões ocorridas na assembleia provincial. Pelas vias da literatura, houve ainda um favorecimento intelectual ao ser pioneiro na instituição do

mais antigo folhetim literário da província. Na edição de número 81, a qual circulou na segunda-feira de 9 de abril de 1860, foi a *O sonho*, o capítulo IV de *Reginaldo ou Vinte anos de remorsos*, romance original de R. A. M. Mattos, que o *Folhetim do Diário das Alagoas* dedicou seu espaço:

Decorridos alguns dias depois do que havia acontecido a Reginaldo, sobre a conversação que tivera lugar com o cavaleiro; numa noite em que poucas esperanças dava a perspectiva que representava a atmosfera encoberta de um voo (sic) negro que só a claridade rápida de relâmpago deixava distinguir (sic) algum objeto; n'essa noite a choupana de Reginaldo, logo cedo, se achava em silêncio, porque todos repousavam de suas fadigas, sendo Reginaldo aquele que mais tranquilo parecia dormir. De súbito ergueu-se na mais completa loucura, e essas palavras com desesperação as pronunciava: - Deixai-me... deixa-me, sombra infernal! ...que me quereis na miséria?!... ainda me persegue?! ... misericórdia! Meu Deus (sic), um cadafalso! ... vede ... ali ... ali ... uma fogueira! ... que me quer essa multidão que me acompanha!? ... para onde me conduzem? ... meu Deus! (sic) ... meu Deus (sic) ... concedei-me ainda tempo para abraçar minha esposa, e filha! (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 9 de abril de 1860).

Do aparecimento do *Iris alagoense* ao período pós-suspensão do *Diário das Alagoas*, surgiram diversos jornais demarcadores das origens da imprensa alagoana. Sant'Ana (1981) enumerou alguns dos principais exemplares em atuação durante o período oitocentista: *O provinciano* (1837), *O alagoano* (1844), *A voz Alagoense* (1845); *O correio maceioense*, surgido em 1850; *O tempo*, fundado em 1853; *O timbre alagoano*, o qual teve exemplar inicial datado de 1852; *O philangelho*, cuja impressão marcou o ano de 1854; *O noticiador*, impresso em 1856; e *A conciliação*, com número inicial publicado em 1857. Já o *Jornal alagoano* seguiu o curso de evolução da imprensa local, trazendo a público sua primeira edição em 1868; *A república* figurou como órgão da democracia de 1872; o *Guttemberg* iniciou suas atividades em 1883; seguindo com o *Tribuno do povo* e *O espelho*, ambos surgindo em 1887; o *Lâmpada* tem aparecimento datado de 1888, *O artista* foi fundado em 1889 como órgão da classe artística alagoana e *O proletário*, em 1893. *A república*, *A imprensa* e *O rebate* encerram o ciclo de jornais do século XIX com fundação nos anos de 1894, 1898 e 1899, respectivamente.

## 2.2 Uma aldeia jornalística-partidária

Como visto no tópico acima, a fisionomia do ofício jornalístico em Alagoas parece corresponder à visão de Graciliano Ramos dos que se ocupavam dos meios impressos: o de “homens que fabricavam desaforos com tinta” (CALHEIROS, 1988, p. 17). A assertiva do escritor alagoano é complementada pelo pensamento do comunicólogo pernambucano Luiz Beltrão, no clássico *Iniciação à filosofia do jornalismo* (1960, p. 190-195), no que concerne aos impressos nacionais: “O jornalismo brasileiro, caracterizado polêmico e desaforado, esteve por quase um século entregue a si mesmo, degenerando a liberdade em licença”. As alusões do precursor da ciência da Comunicação e dos estudos de folk-comunicação no Brasil dão o sentido latente a duas questões sobre as quais o tom da pena jornalística brasileira esteve envolvido desde a sua constituição inicial.

Um primeiro ponto a ser considerado refere-se a uma ética inadequada da linguagem dos jornais, os quais se viram obrigados a responder por seus atos, à medida que se evidenciavam alheios às providências legais ligadas à legislação da liberdade de imprensa no país<sup>17</sup>, instrumentalizadas, por exemplo, pelo Código Criminal do Império de 16 de dezembro de 1830. Uma outra questão é que esse comportamento desregrado foi o estopim para a série de atentados contra as redações desde o princípio, nas considerações de Moacir Sant’Ana (1987). E dessa ausência de princípios, exacerbada principalmente no período de 1889 a 1923, é que se impôs a emergência do Código de Ética, estabelecendo os deveres essenciais ao exercício jornalístico a partir de sua aprovação, em 1946.

A mesma feição de desmandos cometidos pelos jornais e consequentes ataques à postura jornalística foram assumidos durante os primeiros anos de atividade da imprensa provincial de Alagoas. Tratava-se de uma linguagem maculada à repreensão pública, sobretudo, por um partidarismo político arbitrário. Esse partidarismo, para o historiador Craveiro Costa (1923, p. 3), “arrogante e sanhudo, intolerante e feroz, a que não escapava a mais jurada neutralidade”, fazia prevalecer nas colunas dos antigos periódicos maceioenses uma “politicagem de aldeia”. Como militante de diversos periódicos locais surgidos entre os fins do século XIX e início do 20, iniciado nas páginas do *Gutenberg*, Costa traz esmiuçada sua opinião em artigo do *Jornal de Alagoas* de 6 de janeiro de 1923:

---

<sup>17</sup> Sua regulação foi efetivada pela primeira Lei de Imprensa de Portugal, promulgada por D. João VI em 12 de julho de 1821. Nela estavam previstas ações violentas contra os jornalistas, bem como penas impostas a eventuais infrações. Até 1923 funcionou como instrumento legal, junto a outras legislações vigentes à época, como comunicados ministeriais, portarias, decretos e outras leis surgidas posteriormente.

Na sua feitura literária, na sua técnica, o jornalismo era uma lástima. Era bem o jornal de província a refletir a mediocridade da vida local. A politicagem absorvia-lhe as quatro páginas, desfigurando sistematicamente as melhores intenções dos adversários, esgotando-se as mais formosas inteligências em lutas estéreis de campanário. Os artigos chamados de fundo, às vezes sem profundidade alguma, eram, pois, de pura vesânia partidária. No tratamento pessoal do noticiário, quem era coronel passava a ser comendador e o nosso prezado amigo era chapa consagrada e insubstituível como eram igualmente o virtuoso sacerdote, a prezada senhorita ornamento da nossa sociedade, o honrado comerciante, o bravo militar, o zeloso funcionário e quejandas chapas anacrônicas asseguradoras da simpatia do jornal para com certas e determinadas pessoas. À humanidade restante o jornal não se referia, não escrevendo sequer o nome dos adversários. O noticiário, de resto, deficientíssimo, vivia mais dos jornais do Recife (COSTA, 1923, p. 3).

Desse modo, o panorama composto pela imprensa alagoana mantinha-se, com o passar dos anos, questionável em sua reputação tanto quanto na acidez pungente de seu caráter. Os impressos atuavam mediante a já identificada feição provinciana, cujos reflexos repercutiam em um número ínfimo de leitores interessados em assinaturas, em lucros inexistentes resultantes da vendagem avulsa de exemplares e, em contrapartida, na ascendência da leitura por empréstimo. No dia-a-dia das redações, vivia-se uma sobrecarga de trabalho diante do acúmulo de funções e salários parcos. Ainda vigorava a lógica da suspensão nas publicações durante as festas de fim de ano, sendo abolida oficialmente somente em 1923 por iniciativa do jornal *A noite*, assim como as interrupções imprevistas em feriados nem sempre justificadas.

Assim, a relação dos impressos com a sociedade amparava-se sobre um alicerce de descompromisso com os assuntos de interesse público em detrimento a uma camaradagem pretensiosa a causas individuais. Por todo esse contexto, existia à sombra da imprensa do Recife e sem a figura do repórter a garantir qualquer credibilidade no apuro das informações, o que levou Craveiro Costa a concluir, no artigo *Hábitos a proscrever* (1923), o fato de a imprensa não ser lida pelo público de Maceió, e sim avidamente alimentada pelos jornais de Pernambuco” como dado importante sobre o cenário dos impressos distribuídos na capital.

Considerando o campo delicado em que o jornalismo alagoano se colocou desde os primeiros passos, foram inevitáveis a existência de uma sucessão de ameaças e, conseqüentemente, a presença de mártires na composição de sua história. Após o já abordado episódio de 1832, envolvendo o redator do *Iris alagoense*, Bois Garin, as perseguições aos homens da imprensa prosseguiram com o caso emblemático do editor do jornal *O Pylilampo*, Isaac Balsanufô dos Santos. À sua índole de pasquim “joco-sério e noticioso” (BARROS, 2005, p. 410) eram imputadas queixas como a de utilização de uma “linguagem torpe e evidentemente ofensiva à moral pública, aos caracteres e reputações mais honestas e ilibadas”, oriunda da perversão dos adolescentes aos quais coube redigi-lo. Entretanto, a

ofensiva foi diretamente dirigida a Balsanufu, com o suposto pedido do subdelegado de Polícia da capital alagoana ao Ministério da Justiça no sentido do seu recrutamento para o serviço militar, como praça da Companhia de Primeira Linha de Maceió, nos fins de junho de 1872 (três meses após o surgimento de *O Pýrilampo*). A notícia sobre a confirmação do recrutamento do “testa-de-ferro”, de modos criticáveis, pela presidência da Província das Alagoas movimentou diversos periódicos locais e até a imprensa da Corte:

Segundo informações fidedignas, colhidas oficialmente, consta que Isaac Balsanufu dos Santos, um indivíduo sem ofício ou profissão conhecida, de mau procedimento, péssimos costumes, desordeiro e atrabiliário, entendeu fazer mole da vida e celebrar-se por meio das mais torpes calúnias e da difamação da vida privada de várias famílias e pessoas honestas e consideradas desta capital... [...] em dias do ano passado – 1873 – fora ele com um instrumento aviltante espancado publicamente em uma das praças desta capital (OFÍCIOS reservados 1872/74, Liv. 89, ets. 21. passom, do Arq. Público de Alagoas).

No entanto, Moacir Sant´Ana (1987) concluiu as referências à perseguição política ao editor e tipógrafo de *O Pýrilampo* – impresso na tipografia do Partido Liberal, do qual Balsanufu era seguidor – com a seguinte indagação: se os modos de expressão de *O Pýrilampo* realmente seguiam o tom difamador dos folhetins satíricos por que não foi anexado sequer um exemplar do jornal ao documento endereçado ao ministro da Justiça pela autoridade policial, como forma de comprovação de seu comportamento impróprio às lições do bom jornalismo? (grifo nosso). Houve inúmeros outros casos envolvendo a imprensa alagoana a serem considerados da segunda metade do século XIX em diante. Os rumores da invasão de policiais à tipografia do *Diário das Alagoas* (relembramos seu surgimento em 1858 como o primeiro jornal a circular diariamente na cidade), com o fim de destruição dos seus equipamentos, foram infrutíferos, já que o seu proprietário, o cônego Antônio José da Costa, manteve-se de prontidão com um charuto aceso diante de um barril de pólvora. A tipografia de *A província* (1877), provavelmente por suas tendências democráticas, teve a porta forçada e roubados o prelo, as caixetas, o cilindro e os papeis de impressão. Os mesmos utilizados na confecção do periódico *Satan* (SANT´ANA, 1987).

Os periódicos em circulação no interior do estado também sofreram represálias. Houve atentados significativos, como o do *Jornal do Pilar*, sobre o qual também recaiu uma invasão de cunho policial à oficina onde eram impressas suas páginas, à época vistas como moldadas aos anseios de seus habitantes. Na manhã de 1 de outubro de 1878 ficou a tipografia de Antônio Duarte da Silva Leite sem boa parte do material tipográfico necessário à impressão

(prelo, tímpano, frasquetas etc). A autoria do roubo foi atribuída à polícia local. A mesma que tempos depois forjou “um inquérito sui generis a respeito, em que deram como autores do fato criminoso, por meio de testemunhas falsas, adredes preparadas, o proprietário da tipografia e alguns de seus amigos” (SANT’ANA, 187, p. 90). A agressão ao *Jornal do Pilar* resultou “em uma espécie de diversão nas ruas da cidade”: a mesa do prelo, após ser encontrada junto a outros equipamentos tipográficos e retirada da lagoa Mundaú, foi carregada em uma charola, envolvida em flores e ao som de foguetes, “em calorosos vivas à liberdade de imprensa, ao patriotismo e civilização do povo pilarense etc”, como noticiou o *Jornal do Pilar* de 27 de outubro de 1878, em texto intitulado *Manifestação popular*.

O atentado ao periódico pilarense foi uma das mais representativas ocorrências do Império. E a representatividade dessa e de outras ações ofensivas à liberdade de imprensa persistiu por toda a era republicana. A oficina de *O orbe* foi atacada quando já era ligado ao Partido Conservador após um passado apartidário. Diversos tipos foram inutilizados, inclusive o do título do jornal. Em meados de 1891 foram ainda destruídas as oficinas dos periódicos *Pátria* – órgão oficial do Partido Democrata do Estado de Alagoas – e *Gutenberg*. À eclosão da Revolução Federalista, em Porto Alegre, em junho de 1872, e com o lema de “defensor do direito dos oprimidos contra a tirania dos potentados” (SANT’ANA, 1987, p. 94-95), o jornal *O Debate* teve sua licença de publicação cassada. A razão manifesta para a proibição ao seu primeiro número, de acordo com Sant’Ana (1987, p. 94), girou em torno dos “intuitos revolucionários, aplaudindo franca e ostensivamente a revolução do Rio Grande do Sul, a ponto de estampar na primeira página o retrato do cidadão Gaspar Martins, chefe da revolta”.

Diante desse quadro de violência, há a constatação de um tempo em que muitos dos que redigiam impressos “se tornaram vítimas do despotismo, da tirania dos governos ou das desforras físicas pessoais, decorrentes do excesso de intolerância de muitos” (SANT’ANA, 1987, p. 72). No fim de 1914 foi registrado o espancamento do diretor e proprietário do *Alagoas*, Antônio Nunes Leite. Jornal considerado de oposição, foi fundado em 14 de abril de 1912 e desaparecido em 1915. Os motivos das agressões eram quase sempre relacionados a recusas de homens poderosos e influentes do estado, filhos de coronéis ou ligados a autoridades mediante às más ações denunciadas nas páginas dos periódicos. Ao noticiar e publicar editorial sobre fatos envolvendo o coronel Francisco Maurício, então comissário de Polícia da cidade, revelados ao secretário do Interior, o redator-chefe Miranda de Azevedo foi assassinado com um tiro de pistola, disparados pelo filho do coronel. O último número do periódico, datado de 22 de abril de 1916, foi dedicado a sua memória.



Em 1931, a edição comemorativa ao centenário da imprensa em Alagoas do jornal *A Notícia* trazia em destaque a história do jornalista José Antonio da Silva, que, ao ser enquadrado na Lei de Imprensa (o primeiro caso desta natureza ocorrido no estado), passou a liderar homens como Nunes Leite e Miranda de Azevedo, vistos como mártires da imprensa em Alagoas. Vejamos alguns fragmentos concernentes à saga de Antonio da Silva:

Ele, que no decorrer de mais de quarenta dos 58 anos de sua atribulada existência, quase toda de trabalho, sacrifício, sofrimento, desencanto, mas, sobretudo, de amor à imprensa...

[...]

José Antonio da Silva, o humilde jornalista aqui em evidência, nascido em Palmeira dos Índios..., compunha um pequeno semanário denominado *Jornal do Commercio*.

[...]

Em virtude de uma série de artigos divulgados no *Jornal do Commercio*, de crítica à concessão do Matadouro Modelo (matadouro municipal de Maceió), a Gustavo A. Schmidt Júnior, filiados ao Partido Democrata vinham pressionando o governador Fernandes Lima para este exigir de José Antônio a devolução da máquina impressora a ele emprestada para a publicação diária daquele jornal, adquirida mediante subscrição entre membros do mencionado partido. Tendo recebido ultimato para o *Jornal do Commercio* mudar de atitude, farto do regime a que vinha submetido o seu periódico, de pouca ajuda financeira e muita submissão, optou por devolver ao chefe daquela agremiação política, a máquina que no ano anterior fora-lhe cedida por empréstimo.

[...]

Durante quase um ano José Antônio viveu afastado das lides jornalísticas. Seu afastamento terminou, porém, a 2 de agosto de 1922, quando em Maceió fundou a *Gazeta de Notícias*...

[...]

Face a artigos publicados na *Gazeta de Notícias*, de 01 de janeiro e 25 de abril de 1924, José Antônio foi processado por José Ribeiro Saback, diretor dos Correios. [...] o juiz federal Antônio F. Leite Pindahyba proferiu sentença condenando o réu a três meses de prisão celular, a ser cumprida no Quartel do Batalhão Policial, além de multa de oito contos de réis. [...] alegando seu estado de precariedade a par de uma numerosa família, requerera ao ministro da Justiça fosse dispensado do pagamento da multa imposta, a exemplo do que ocorrera, em caso idêntico, com o jornalista João Lages de *O paiz*, do Rio de Janeiro (SANT'ANA, 1987, p. 72-74).

Sant'Ana registrou parte das alegações feitas por da Silva ao ministro:

[...] quão ingrata é a vida dos jornalistas provincianos, pela escassez de meios econômicos para se manterem, atravessando, quase sempre, dificuldades tão sérias, que os deixam na triste e embaraçosa situação de não poderem, nem sequer, satisfazer os compromissos assumidos perante a classe de tipógrafos, vivendo assim a empresa de abnegação de seus auxiliares, muitas vezes pessoas dedicadas e identificadas à profissão e à sorte do jornal, prosseguindo com o esclarecimento de que de ordinário, salvo limitada exceção, compreendendo aqueles que gozam de favores do governo estadual ou municipal, o jornal dos pequenos Estados não têm vida própria e os que nele trabalham o fazem mais por amor ao sacerdócio de que pela sedução de lucros compensadores, por isso mesmo, com sacrifícios ingentes,

enfrentam crises agudíssimas, passando as mais graves privações (SANT'ANA, 1987, p. 76-77).

Do princípio aos meados dos oitocentos foram comprovados muitos outros incidentes, com os periódicos interrompendo sua veiculação definitiva ou temporariamente “por falta de garantias”. Uma dessas interrupções deu-se com o *Jornal de Alagoas*, quando passou a ter o alvo apontado em sua direção. Episódio marcante à era *Jornal de Alagoas*, a ser abordada no tópico seguinte.

### 3 A ERA JORNAL DE ALAGOAS

Na historiografia da comunicação social efetivada na antiga vila de Maceió, a fundação do *Jornal de Alagoas* inaugurou uma era determinante à vida intelectual local. Com o primeiro exemplar circulando no dia 31 de maio de 1908, a condução de sua linha editorial pelo pernambucano Luiz Magalhães da Silveira apostou em perfis bastante significativos na composição textual de seus exemplares. A Maceió onde estava concentrada a maior parte de sua distribuição vivia a ascensão como capital da província, atingida desde 1893, apresentando um quadro social com dados estatísticos ainda pouco promissores: carros de bois e bondes da Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos (CATU), movimentados por burros, asseguravam os ares provincianos, cujo perduro duraria décadas; o número de habitantes ainda não havia atingido os setecentos mil, em acordo com o censo de 1900, computado após a República ter sido proclamada; as opções de ensino público eram restritas ao tradicional Liceu Alagoano e a pouco mais de cem escolas ofertando séries primárias. A rigor, era ínfimo o número de alfabetizados entre os maceioenses (pouco mais de cem mil) enquanto mostrava-se significativo o quantitativo de estrangeiros, em acordo com o jornalista Valmir Calheiros (1988). O diálogo cultural era favorecido por instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas<sup>18</sup> (IHGAL), já em atuação desde o ano de 1869, por meio de acervo composto por raridades artísticas.

Entretanto, somente com o surgimento da Academia Alagoana de Letras (AAL), na década de 1920, por intermédio de Lima Júnior – um dos primeiros nomes a contribuir no JA, onde também exerceu as funções de revisor, redator e redator-chefe –, é que o *Jornal de Alagoas* alcançou de fato a consolidação entre os leitores como principal diário do estado. Muitos dos seus redatores chegaram a ocupar as cadeiras da AAL, segundo as afirmações do jornalista Valmir Calheiros (1988) em livro antológico comemorativo dos 80 anos do JA. A

---

<sup>18</sup> Localizado no Centro da capital Maceió, é atualmente presidido pelo escritor e pesquisador Jayme Lustosa de Altavila. Também denominado de Casa de Alagoas, segundo Francisco Reinaldo Amorim de Barros (2005), por sua fundação pelo então presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, ter ocorrido com a finalidade de amenizar o separatismo político entre os ditos liberais e conservadores: “Homens que eram a força mental das Alagoas” (BARROS, 2005, p. 73-74), favorecido por um ambiente alheio às divergências provincianas, endossadas por uma imprensa partidária. Constituído de acervo de obras raras, especializado na autoria alagoana; coleções de jornais antigos, incluindo todo o conjunto de exemplares do *Jornal de Alagoas*; mapoteca, com mais de duzentos mapas disponíveis à consulta; pinacoteca e museu, composto de peças arqueológicas, etnográficas, artísticas, mineralógicas, paleontológicas, numismáticas artísticas, dentre outras, com destaque para as célebres coleções *Altavila*, *Montenegro*, *Marroquim* e *Perseverança* - esta constituída de objetos tradicionais dos vários xangôs alagoanos, representativos das divindades da cultura afro e da religiosidade de matriz africana.

referida obra trata-se de um registro de crônicas, as quais trazem aferidas por um grupo de intelectuais uma série de informações sobre o *Jornal de Alagoas* em uma época que ainda figurava como o mais antigo periódico alagoano em circulação.

Sua fundação se deu sob a atmosfera de uma imprensa, confirmada no tópico anterior, voltada a dar vazão aos sentimentos e fatos políticos (refiro-me a fatos políticos com a mesma concepção do jornalista Joarez Ferreira: de sua ligação não com a amplitude do seu conceito, e sim a questões restritas e pessoais envolvendo os que guardavam em mãos o poder). E essa forma de expressão política, do império à pós-república, não encontrou meio mais adequado de fazê-la emergir que não os jornais impressos. Entretanto, ao se opor à politicagem vigente, Luiz da Silveira anunciava a razão irrevogável da fundação do *Jornal de Alagoas* como um dos principais acontecimentos da primeira metade do século 20:

O *Jornal de Alagoas* – concordem ou não os seus inimigos – despontou num momento histórico em que a nossa terra precisava de um órgão que fosse clarim a anunciar ao povo a alvorada de uma nova era. A sua fundação foi inspirada por um ideal cívico. Por esse motivo, não tem sido de rosas o caminho que há percorrido. Tudo de interesse da sociedade vem sendo guardado no *Jornal de Alagoas*. Tudo que signifique serviço à coletividade, mediante a notícia e a opinião, tem sido precursor em inúmeras iniciativas (JORNAL DE ALAGOAS, 1988, p. 19).

A busca por se politizar ergueu-se em cima de um conceito editorial autônomo e de oposição em um ambiente de provincianismo ainda subjugado aos vigores do poder oligárquico do clã dos Maltas – uma das mais influentes famílias dos redutos alagoanos do século 20. Além da habitual destruição de tipografias e redações e de agressões a redatores, havia, como já visto, a efervescência de um jornalismo partidário e arbitrário, culminado em constantes exonerações e demissões voluntárias de governadores, aclimatadas nas divergências e discussões sobre as quais a imprensa se expandia. As convicções ideológicas contrárias ao governo do *Jornal de Alagoas* geravam, em certa medida, a simpatia e a credibilidade do leitorado maceioense. Ao mesmo tempo, essa credulidade, à medida que promovia o fortalecimento editorial, despertava a antipatia dos “homens poderosos” sobre os quais lançou sua mira desde o princípio. Esse contexto posiciona o quão a não-concessão de privilégios ao poder político local era comprometedora – como até hoje – ao funcionamento do exercício cidadão por parte dos jornais, acarretando atos de violência aos seus diretores.

A tentativa de assassinato a balas do fundador do *Jornal de Alagoas*, Luiz da Silveira, repercute em sua gênese como um dos principais atos de agressão à imprensa de que se tem notícia. Em crônica sobre o *Incentivo às letras sob o império da violência*, Valmir Calheiros

(1988, p. 19) relembra a reação do “espantallo das oligarquias” – como Silveira ficou conhecido – à época do atentado, quando seguia de bonde para o bairro de Bebedouro acompanhado de familiares. À época já havia deixado o cargo de diretor do JA para dirigir a Secretaria da Fazenda do Estado. Mesmo assim, seu discurso ainda se voltava ao poderio do sobrenome Malta: “O *Jornal de Alagoas* só deixará de circular depois que Luiz da Silveira e o último de seus companheiros caírem ao punhal ou ao bacamarte dos covardes das oligarquias, que inúmeras desgraças já têm causado a Alagoas” (CALHEIROS, 1988, p. 19).

A rigor, Silveira pretendia promover a extinção dos poderosos por meio do seu diário. O que significa que o JA nasceu com a missão combativa aos interesses e domínio que determinadas famílias exerciam sobre a população em geral, já que o então governador de Alagoas, Euclides Vieira Malta, já vinha exercendo poder desde meados de 1906 até meados de 1909 e cumprindo um novo mandato de 1909 a 1912. Amparado, em grande parte, nos esteios do oposicionismo e na promoção da competência das letras, o JA manteve esclarecido o coletivismo sobre questões populares locais e acontecimentos nacionais de “uma terra estranha e desconhecida como era Alagoas”, nas palavras de Aécio Diniz de Almeida (1988, p. 93). No entanto, a capital Maceió poderia definir-se como uma cidade de jornalismo intenso, sobretudo durante a primeira década do surgimento do JA, que por sua vez angariava não só prestígio como era provocador de maior impacto à instrução da sociedade do seu tempo.

A redação, de dezesseis metros quadrados, por onde circulavam o diretor, dois redatores e dois revisores, reunia boa parte da intelectualidade distinta sobre a qual Alagoas construiu sua história nas letras e nas artes. Além disso, havia a aceitação tanto quanto a influência da personalidade jornalística de Luiz da Silveira e da ideologia do seu periódico sobre esses intelectuais, comprovada no tom elogioso do escritor Lima Júnior, do historiador Moacir Sant’Ana e de Otávio Lima:

“[...] Ele era uma organização de panfletário [...] Admirava-lhe a ação jornalística, viva, cálida, resoluto, definidora da sua incontestável coragem pessoal.... [...] Luiz Silveira viveu no *Jornal de Alagoas* o seu ciclo mais agitado e mais vibrante de jornalista. Sua pena se habituou num longo período ao contato mais íntimo com os interesses da terra e do povo”. [...] Por sua informação independente, correta e confiável, consagrou-se como jornal de leitura obrigatória, seguro orientador da opinião pública e querido no seio da coletividade alagoana (SANT’ANA, 1988, p. 23-57).

Assim, o matutino da Rua Boa Vista surgia mediante posições próprias de atingir o leitor em um círculo informativo do qual faziam parte ainda os jornais *Alagoas* e *Correio da Tarde* – este um vespertino de cunho político-literário, dirigido por Manoel da Costa Bivar, que promoveu em 1921 o concurso que elegeu Jorge de Lima o “príncipe dos poetas alagoanos”, sobre o qual aludimos na abordagem sobre o Movimento Modernista em Alagoas. Circulou, em Maceió, de 2 de agosto de 1913 até Costa Rego assumir o governo, quando o apoio a sua veiculação foi encerrado. Já o *Alagoas* era um órgão dito conservador, surgido no ano de 1908 com o fim maior de fazer oposição à soberania dos Maltas, conforme o autor de *ABC das Alagoas: Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas*, Francisco Reinaldo Amorim de Barros (2005).

No interior do campo jornalístico alagoano era consenso o conceito de informação independente e combativa apregoado pela liderança do JA. Do ponto de vista da origem dos meios impressos brasileiros a partir do século XIX, na avaliação desse conceito, pode-se dizer que assumiu uma postura além de intermediário entre os acontecimentos e a sociedade letrada local. A bem da verdade, acabou sendo um reflexo de um modelo característico da gênese do jornalismo brasileiro: o de periódico combativo, de posição avessa a dos ocupantes do poder e autônomo aos “favores oficiais” (BARBOSA, 2010, p. 24). Nas considerações de Otávio Lima e do jornalista Valmir Calheiros:

Como aconteceu com quase todos os jornais brasileiros, também esta folha sempre procurou ser independente porque isso lhe convinha e aos interesses da comunidade alagoana. Em algumas oportunidades, porém, veio a empunhar uma bandeira partidária, em apoio a memoráveis campanhas cívico-políticas nacionais. E em certas ocasiões, tal posição, como acostumava acontecer no passado e em conhecidas situações, lhe custou alguns dissabores de represálias partidas da incompreensão da época.... [...] participou de todos os eventos que marcaram a nossa vida política, econômica, social e cultural. E disso fez o seu objetivo maior, pela vibração telúrica do conteúdo de ramos, da verdade do seu noticiário e da análise judiciosa dos fatos. Os acontecimentos mais significativos do mundo, do Brasil e de Alagoas aqui alcançaram exata repercussão junto à alma do nosso povo, que sempre lhe tributou as mais inequívocas manifestações de apoio e simpatia. Silveira destinou-o uma linha de oposição com independência. Em determinados períodos de nossa história, não deixou de comportar-se como aliado governista e de ser mantido por alguns governos (JORNAL DE ALAGOAS, 1988, p. 20-57).

Em mais de oito décadas mantido em circulação, ocupava-se em noticiar dentro de uma rede de relações estabelecida com periódicos tradicionais do Brasil, o que – na opinião de seus colaboradores – facilitava a fluência do seu caráter editorial diante de acontecimentos cruciais ao contexto nacional, a exemplo da promulgação das constituições da República, de

fatos ligados aos conflitos mundiais e de campanhas cívicas marcantes à cidadania. Em Alagoas, pode-se inferir que, até 25 de fevereiro de 1934 – quando Luiz da Silveira fundou *A Gazeta de Alagoas*<sup>19</sup>, hoje com o posto de principal diário do estado –, o JA funcionava como principal meio de instrução acerca de acontecimentos locais e mundiais. O jornalista Valmir Calheiros (1988) relembra sua postura redacional diante da “velha crise na economia” alagoana, com o esmorecimento da indústria do açúcar – cuja matéria-prima, a cana-de-açúcar, representava a principal riqueza agrícola desde 1835, junto ao fumo e ao algodão –; os tempos áureos e o ocaso da fabricação têxtil; os avanços urbanos, petrolíferos, das telecomunicações e dos transportes; as ações dos movimentos populares e trabalhistas, sendo “incompleta qualquer pesquisa sem que o consulte” (CALHEIROS, 1988, p. 18).

Em termos cronológicos – em uma era jornalística iniciada em maio de 1908 até 1993, quando circularam os últimos exemplares – participou de momentos distintos ao longo de sua existência. Na edição de 31 de maio de 1918, a primeira página trazia um texto em homenagem à primeira década de sua fundação e a Luiz da Silveira, à época também deputado federal por Alagoas. Aquele exemplar também dedicou espaço aos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, além de fazer referências a todo o quadro de redatores que mantinham o diário atualizado. Do decênio de 1910 a 1920 merece destaque a disposição de boa parte de suas páginas ao assassinato do poeta Bráulio Leite em virtude de protestos contrários aos ditames governamentais de Euclides Vieira Malta em uma das principais praças públicas da cidade (a Praça Floriano Peixoto, onde estava instalada o Palácio do Governo estadual).

A repercussão desse acontecimento político, visto como dos mais trágicos à sociedade alagoana, culminou na dissolução do poder dos Maltas, de acordo com o escritor Rosalvo Acioli Júnior (1988). Data dessa época, especificamente em 1920, a adesão do JA a critérios gráficos modernos: o formato inicial de 38x26cm cedeu lugar a oito páginas de 39,5x27cm. Cinco anos depois, incluiu nas edições domingueiras um suplemento ilustrado. O primeiro a circular na imprensa local. Com oito páginas, impressas no Rio de Janeiro, e dirigido por Hugo Leal, trazia uma estrutura textual similar à adotada pelos segundos cadernos dos periódicos atuais, incluindo variedades, literatura, cinema, dentre outros.

---

<sup>19</sup> Passou a fazer parte das Organização Arnon de Melo em 1952, composta de rádios AM e FM, emissora de TV afiliada à Rede Globo e gráfica. Ocupa hoje o posto de mais antigo e principal diário em circulação no estado de Alagoas. Na década de 1970 foi o pioneiro na utilização de radiofotos e telefotos, além de iniciar a impressão em cores e em off-set, o acesso à internet e a informatização de seus departamentos.

Ao eclodir a Revolução de 30, o noticiário trazia como uma das manchetes principais a intervenção federal sofrida pelo estado de Alagoas por meio do capitão Tarso de Oliveira Tinoco, acarretando, entre outros acontecimentos, na ordem de prisão do então redator do JA, Mendonça Braga. Detido durante a tarde do dia 15 de junho de 1932, após se apresentar à Inspetoria da Guarda Civil, o jornalista permaneceu preso e algumas horas incomunicável. A Associação Alagoana de Imprensa – com Luiz da Silveira ocupando o cargo de presidente à época – e a Academia Guimarães Passos, da qual Braga era um dos membros, solicitaram a suspensão da prisão através de telegrama enviado à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e de ofício ao interventor de Alagoas. O caso Mendonça Braga foi um dos motivos para a suspensão temporária do *Jornal de Alagoas*, ocorrida a 18 de junho daquele mesmo ano, oficializada em nota do Diário Oficial emitida pelo Departamento de Segurança Pública. Em *História da imprensa em Alagoas* (1987), Moacir Medeiros de Sant’Ana recupera o teor do documento:

[...] tendo em vista as reiteradas publicações de notícias evidentemente perturbadoras da tranquilidade (sic) pública e sabidamente tendenciosas, veiculadas pelo *Jornal de Alagoas*, resolveu suspender até segunda ordem a publicação e circulação do referido matutino. Segundo telegrama de 24 de junho de 1932, transmitido em resposta a outro da Associação Brasileira de Imprensa, asseverou o interventor Tasso Tinoco que, tomando em consideração o pedido da (A. B. I.), apelava para a missão tutelar da associação, no sentido de recomendar ao jornal atingido que evitasse notícias tendenciosas, estimulando a perturbação da ordem pública (SANT’ANA, 1987, p. 113).

A ordem de impedimento teve a duração de dez dias. Ainda durante o período, foi divulgada a fuga do então governador de Alagoas, Álvaro Paz, para o estado da Bahia diante da ameaça do comandante militar do Nordeste à época, Juarez Távora, de ocupar o estado com seus homens.

Em 3 de maio de 1933, Luiz da Silveira encerrava sua trajetória de fundador e diretor do diário, mediante à venda do periódico ao Partido Democrático de Alagoas. Nessa ocasião, intelectuais de prestígio – José Caralampio de Mendonça Braga, Antônio Guedes de Miranda, Alfredo Lima Júnior, Afrânio Lages, Raul do Rego Lima, dentre outros –, integrados desde o início à dinâmica redacional do JA, assumiram o comando editorial. Em 1936, duas mudanças mudariam o destino do matutino: a modernização em sua feição gráfica, com a substituição do modo de impressão tipográfico pelo modelo de linotipos, e sua incorporação à rede dos Diários Associados, por solicitação do paraibano da cidade de Umbuzeiro Assis Chateaubriand. Desde então, o jornalista Arnon de Melo assumiu a direção do diário durante



onze anos. A citação do diretor-superintendente dos Diários Associados em Goiás e membro da Associação Goiana de Imprensa, Francisco Braga Sobrinho (1988), esclarece o significado de Silveira para as relações comunicacionais em Alagoas e da integração do JA à primeira grande rede de comunicação do país:

Assim, em três anos, o jornal passou por duas mãos depois das do seu fundador. E, desde então, o grande capitão Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo o mantém, na saudade sempre presente que todos nós dos Diários Associados temos dele, pelos seus dedicados sucessores membros do Condomínio Acionário (entre os quais figuro com muita honra, desde sua constituição), no lugar em que Luiz Silveira sempre sonhou que ele ficasse: na defesa permanente e vigilante do desenvolvimento da cultura e da economia do nosso estado (JORNAL DE ALAGOAS, 1988, p. 51).

Nos fins dos anos 30, já como órgão dos *Diários Associados*, continuou a assumir a postura de Luiz da Silveira de esclarecimento do alagoano imbuído em uma ideologia democrática e não-arbitrária diante dos fatos, destinando ampla cobertura à Segunda Guerra Mundial, conforme consta na crônica *Jornal de Alagoas: o jornal de ontem e de hoje na visão de pesquisadores, jornalistas e leitores*, assinada pelo escritor Rosalvo Acioli Júnior (1988). O texto de Acioli aponta ainda para outros momentos em que o JA assumiu condição axial de principal impresso: a criação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), aliada à oficialização de todos os cursos superiores oferecidos pela instituição desde então; e o impeachment do então governador do estado, Muniz Falcão, noticiado em periódicos internacionais como *The New York Times* e *The Washington Post*. Ambos, eventos de grande repercussão ocorridos entre os decênios de 50 e 60. O impedimento de governabilidade de Falcão resultou em um tiroteio nas dependências da Assembleia Legislativa Estadual, atingindo diversas pessoas e culminando com a morte do sogro do governador, o então deputado Humberto Mendes.

Circulando com vinte e quatro páginas desde 1934, coube ao JA a inauguração da impressão em máquina rotoplana no estado. A partir de 13 de janeiro de 1940, as edições passaram a apresentar esse novo tipo de reprodução textual. Em meados de 1952, introduziu a reportagem fotográfica, até então inexistente em Alagoas, por meio das lentes do paraibano radicado em Alagoas, Roberto Stukert. Ainda a respeito da evolução gráfica, Moacir Medeiros de Sant'Ana (1988) nos reporta à década de 70, quando se apresentou com mais dois recursos: o off-set, utilizado no feitiço de um caderno trazendo matéria sobre as riquezas

alagoanas, e, ao final do mês de maio, dois cadernos em homenagem aos 62 anos do JA, além da rotativa, também a primeira a funcionar em Alagoas.

Diante do apuro gráfico e da amplitude de registros mantidos até 1993 – quando encerrou definitivamente sua publicação no estado –, acentuados pelos depoimentos dos intelectuais que fizeram parte de seu quadro redacional, observa-se sua articulação em função de dois polos de atuação jornalística: o combativo e o literário: este a partir da presença massiva de prestigiados homens de letras em sua composição textual tanto quanto na instituição dos primeiros suplementos e páginas literários veiculados no estado, dos quais trataremos no próximo tópico.

### 3.1 O JA como expressão literária

A biografia do *Jornal de Alagoas* viveu momentos em que pôde ser apresentado pela infalibilidade do seu caráter literário. Vivia-se um tempo de produção e desenvolvimento intensos das artes em um estado que acompanhava o movimento brasileiro de ascensão da imprensa e da literatura. O JA foi participante desse cenário, à medida que teve como característica editorial mais marcante a postura receptiva ao pensar dos homens de poesia. Assim, passou a figurar na história como o introdutor dos primeiros cadernos e folhas literários do estado, fazendo de suas dependências uma escola e um estímulo às convicções de muitos filhos da terra formados jovens autores, de renomado alcance mais tarde. Essa incorporação teve como antecedente crucial a composição, no ano de 1926, da primeira *Página Literária* (objeto do propósito desta pesquisa) publicada em Alagoas. A edição coube ao poeta Lobão Filho, com circulação ocorrendo em momentos letrísticos nacionalmente representativos, como será constatado mais adiante.

Entretanto, foi durante a década de 30 que a atividade textual do diário de Luiz da Silveira alcançou ainda mais expressividade. E essa expressividade se deu por meio da presença massiva dos intelectuais em seu quadro de redatores, os quais, à medida que iam sendo incorporados as suas páginas, eram integrados à sociedade que, mais tarde, os reconheceria como escritores. Durante essa fase, há de se pensar na composição da *Roda de Maceió* (sobre a qual tratamos no capítulo de abertura) constituídas nos fins de tarde, no centro da capital, como um de seus fundamentos, já que surgiu em sua maioria composta por

autores cujo brilhantismo poético expandia-se por suas páginas. Consideremos ainda a tessitura de *Menino de engenho* de José Lins do Rêgo, cujo trecho talvez não tivesse surgido se o JA não ocupasse a posição de principal leitura matinal no contexto alagoano letrado àquele tempo.

Há um fato ainda mais elementar: a contribuição de Graciliano Ramos, desde 1909, como dileto colaborador. Do autor de *Palmeira dos Índios*, há o registro de sua iniciação literária em publicações como o soneto *Caótico*, na edição de 10 de fevereiro de 1909, escrito no município alagoano de Viçosa e assinado com o pseudônimo Almeida Cunha. Como S. de Almeida Cunha aparece publicado, nos mesmos mês e ano, outro soneto, intitulado *Sonho de um doido*. E, sob o disfarce de Lambda, Graciliano manteve sua participação no JA com muitos outros textos, como lembra Calheiros (1988, p. 22): “Evidente que as colaborações do mestre Graça, no *Jornal de Alagoas*, não parariam aí. Continuou frequentando seu escritório e sua redação, trazendo suas produções, como fizeram outros expoentes da nossa intelectualidade”. Jorge de Lima, não só dignificou a literatura exercida e discutida em Alagoas por meio do JA, como seus artigos, na opinião do poeta Carlos Moliterno (1988, p. 21), “conseguiram criar o clima propício para o reconhecimento de todos os princípios que orientaram o Modernismo Brasileiro”.

Àquele tempo, o jornal de Silveira ia se impondo, à medida que mantinha em sua redação, além dos autores de *Vida Secas* e de *Essa Negra Fulô*, José Lins do Rêgo, Raquel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, Jayme de Altavila, Manoel Diégues Júnior, Romeu de Avelar, Valdemar Cavalcanti, Aloísio Branco, Raul Lima, Alberto Guimarães Passos, Assis Chateaubriand, Félix Lima Júnior, Austregésilo de Athayde, Carlos Moliterno, Rui Palmeira, Abelardo Duarte, Tadeu Rocha, Lima Júnior, Afrânio Lages, José Maria de Melo, Arnon de Melo, Paulo de Couto Maia, Povina Cavalcante, o jurista Pontes de Miranda, Artur Ramos, dentre muitos outros nomes assinalados na memória do jornalismo literário do estado. A segunda metade do decênio de 1930, ainda nessa atmosfera poético-jornalística, aponta ainda para outros alagoanos, como Lêdo Ivo, Sílvio de Macedo e Breno Accioly, bem como para a contribuição de uma geração mais contemporânea, formada por Anilda Leão, Solange Lages, Immanuel Caldas, Laurentino Veiga, além do crítico de cinema Elinaldo Barros e de muitos outros. A maioria “jovens que, em 9 de agosto de 1927, fundaram o Grêmio Guimarães Passos, os enfant-terribles, na expressão de Douglas Apratto. Poucos não se projetaram nacionalmente”, como aponta Valmir Calheiros (1988, p. 22).

Em meados de 1933, o JA publica o primeiro suplemento literário em formato tablóide – o chamado jornal diário em pequeno formato, com quatro páginas e igual número de

colunas. Surgiu em um único número, no domingo de 11 de junho, sob a direção editorial do jovem jornalista Valdemar Cavalcanti. A capa trazia como ilustração a famosa tela do pintor alagoano Rosalvo Ribeiro, *La charge (A carga)*. O quadro fez parte de uma época áurea de Alagoas a despeito das artes plásticas, demarcada pelo historiador do passado alagoano Moreno Brandão como extensiva até a década de 1925, de acordo com texto publicado pelo autor no Diário de Pernambuco de 7 de novembro do referido ano. Nos anos de 1946 e 1948, os escritores Augusto Guerra e Wanderley de Gusmão puseram em circulação outro suplemento voltado à vocação literária, com a inclusão de novos intelectuais no quadro de redatores. Mais uma vez, a publicação foi temporariamente interrompida, retomando sua posição sob o comando do cronista e jornalista Arnaldo Jambo, no ano de 1951. J. P. Góes (1988, p. 16) situa Jambo como a “alma dos suplementos de artes alagoanos”, por ter sido promotor da modernização do seu projeto gráfico. Em abordagem histórica de Góes sobre o *Jornal de Alagoas* e os suplementos literários, vemos a posição unânime dos intelectuais Abelardo Duarte, Théo Brandão, Sílvio de Macedo e do próprio autor quanto ao papel social desempenhado por essas publicações no contexto informativo alagoano:

Não se discute o relevante papel que o suplemento literário vem desempenhando no atual panorama das letras no Brasil, mantendo o público em contato direto com os escritores e suas obras. [...] Numa terra em que a revista de letras tem que ser necessariamente efêmera e bissexta, só um suplemento literário de folha sólida e certa como o *Jornal de Alagoas* pode desafiar dias e anos a indiferença e o ciúme, o comodismo e o descaso tão peculiares e justificáveis na vida da província. [...] A meu ver, a existência de suplementos literários ou cadernos lítero-científicos semanais dignificam a enaltecem todo e qualquer jornal que é credor de uma ampla e tradicional folha de serviços prestados às comunidades nacionais. Trata-se, aqui, de veículos de propagação cultural em benefício de povos legalmente constituídos e qualquer país que descure e não incentive a progressão sociocultural da sua gente, está fadado a jamais figurar entre os grandes conglomerados civilizados do planeta (JORNAL DE ALAGOAS, 1988, p. 16).

Como comprovamos nos capítulos anteriores, Maceió não podia ignorar sua juventude combativa de poetas nem o prestígio alcançado pela instrução formal de alguns deles. Nesse processo, a instituição dos cadernos de literatura dominicais – uma evolução das páginas literárias dos meados do decênio de 1920 – fez emergir os primeiros pensamentos poéticos revolucionários do modernismo e do regionalismo. Tal inferência está registrada no depoimento de Wanderley de Gusmão:

Ali encetamos alguns movimentos modernos em literatura. Foi no Suplemento Literário do *Jornal de Alagoas* que apareceram os primeiros poetas modernistas, a exemplo de Francisco Valois, Jorge Cooper, Cléia Marsiglia, Gonzaga Leão, Édson Zambrano e outros. Criamos uma coluna para os novos como incentivo aos iniciantes. E a incessante renovação não nos impedia de publicar, também, os escritos passadistas de reconhecido mérito. [...] conseguimos ampliar material e culturalmente a seção que nos foi confiada, com a transformação da *página* em Segundo Caderno Dominical. [...] para o futuro historiador da vida cultural nordestina, a *Página* e o Suplemento Literário do *Jornal de Alagoas* constituirão um rico manancial de informações. Na verdade, ali estão os nomes dos que retomaram o caminho da Revolução Literária de 1927, acompanhando as novas formas de expressão em prosa e verso. Ali se encontrarão os roteiros de libertação que alguns heroicamente seguiram, quando o Segundo Regionalismo Nordestino repercutiu nas terras alagoanas. Ali se perceberá nas entrelinhas toda reação “academicista” ainda vigilante, como nos tempos da conversão literária de Jorge de Lima (GUSMÃO, 1988, p. 87-88).

Após a saída de Arnaldo Jambo de Alagoas, no final da década de 60, de acordo com Góes (1988), os suplementos literários entraram numa gradativa fase de declínio, até serem definitivamente extintos.

#### 4 A PÁGINA LITERÁRIA

A *Página Literária* surgiu, no *Jornal de Alagoas*, como o primeiro espaço de veiculação de literatura da imprensa alagoana e com o emblema de um lugar de acolhimento ao fato poético em um periódico de maior alcance ao debate e à difusão de ideias no cenário literário local da época. Como vimos no capítulo anterior, assim se manteve o JA até quase metade da última década do século XX. Editada pelo poeta alagoano Pedro Lobão Filho, circulou nos rumos do Modernismo, nas edições do domingo, em números esporádicos: de 18 de julho a 17 de outubro de 1926 e de 7 de julho a 1 de setembro de 1946. Ocupando seis colunas em frente em verso, as páginas traziam a assinatura de intelectuais de merecimento na composição de crônicas, poemas, textos críticos e entrevistas. Como publicações sintomáticas do movimento de 22, constituíram-se submersas na concepção de dois ciclos distintos à artística modernista: o heroísmo da originalidade verbal contrapondo-se aos valores formais parnasianos e a consolidação dos princípios modernos na regência dos critérios sociais e históricos brasileiros.

Com esse perfil, a *Página Literária* se articulou como centro de atuação tanto de lideranças poéticas do período e nomes em ascensão no estado quanto aos iniciados em poesia. Ao mesmo tempo, antecipou uma visão privilegiada de literatura a ser consumada pelos primeiros suplementos literários em formato tablóide, surgidos nas edições domingueiras do *Jornal de Alagoas* em 1948, sob o comando editorial dos jornalistas e críticos literários Augusto Guerra e Wanderley de Gusmão, e, em 1951, tendo o jornalista Arnaldo Jambo como editor.

Tendo em vista a contribuição no seu tempo e a posteriori no que diz respeito à província de Alagoas durante as fases iniciais do Modernismo brasileiro, bem como para o Regionalismo do Nordeste de 30, será apresentada, inicialmente, uma visão ampla de como a autoria desses espaços se posicionou diante do conceito e da palavra do escritor literário no âmbito jornalístico. Ao mesmo tempo, como os intelectuais que nelas contribuíam efetivaram seu papel criador, influenciando a estrutura da sociedade maceioense nas décadas de 1920 e 1940. É de interesse ainda desta pesquisa investigar indícios de como seus autores pensaram a literatura enquanto prática social compassível a sua culturalização no contexto da Maceió modernista.

#### 4.1 O escritor e a palavra no jornal

No estudo teórico *Literatura e Sociedade*, Antonio Cândido (2011) deixa implícitas as seguintes perguntas: Quem é o escritor? Qual o compromisso da palavra literária na estrutura da sociedade? Na mesma linha de raciocínio, a autora de *Pena de aluguel: escritores-jornalistas no Brasil 1904-2004*, Cristiane Costa (2005), complementa tais indagações com outra interrogativa: Qual a importância de quem fala? Tomadas como empréstimos, essas questões sugerem uma aproximação da autoria das primeiras páginas literárias publicadas em Alagoas a partir de uma reflexão-prima: Qual o sentido do escritor e de sua locução para a sociedade maceioense demonstrado por esses espaços?

Sobre o autor literário costuma recair, por parte do senso-comum, a condição de um sujeito cuja escrita, à maneira fabular ou ficcional, desempenharia uma ação sobrenatural sobre aquele que lê, dispensando elucidações. Esse conceito é identificado por Antonio Cândido (2011, p. 83) como a “virtude criadora do escritor, misteriosamente pessoal; e mesmo quando desfeita pela análise, permanece um pouco em todos nós, leitores, na medida em que significa repugnância do afeto às tentativas de definir os seus fatores...”. A hipótese do bem oculto da escrita leva a pensar na figura do autor sobre alguns aspectos, através dos quais é possível investigar o sentido de sua palavra na sociedade por meio do que se pode chamar de escrita literária: em primeiro lugar, sua postura como um indivíduo bem-dotado, quase sempre autodidata e intuitivamente capacitado a uma lida desenvolta e expressiva da linguagem, dando conta de uma percepção particular de mundo. Aliado a isto, está a sua capacidade de fazer ver e fazer crer, como ensina a assertiva solene de Pierre Bourdieu (1984); e ainda ao seu poder emblemático de criar, transformar, transpor e deformar, visando a dar ao mundo uma maior expressividade. Diante dessas ações, é importante ressaltar o papel particular da atitude de deformar na evocação do chamado “quinhão da fantasia”. Isto significa que, ao modificar a realidade em busca de dar-lhe maior expressão, “o escritor passa a comprovar a eficiência de sua pena como representação do mundo” (CÂNDIDO, 2011, p. 22).

Do ponto de vista do autor brasileiro, desde o elo entre criação e ativismo, esse mesmo leitor inclinado à crença no sobrenatural da escrita poética passou a ter no homem de palavras o bem maior sobre as certezas e incertezas da pátria. O caráter missionário-patriótico de sua dicção assumido a partir de 1822, com a declaração da independência, foi visto como fator decisivo à conscientização de sua postura verbal. O reconhecimento desse sentimento cívico

ainda repercute na consolidação do seu lugar na sociedade tanto quanto na manutenção de sua identidade de escritor, segundo as afirmações de Antonio Cândido (2011). Antes de estabelecer indícios sobre como a *Página Literária* do *Jornal de Alagoas* se posicionou diante dessas premissas, é pertinente algumas considerações concernentes à expressividade social do escritor e do texto literário no Brasil, consensualmente observado tanto por sua autonomia linguística quanto por consumir como nenhuma outra arte a impressão de uma palavra capaz de ser não só lida, mas vista. Esse ponto parece imbricado à linhagem do escritor nacional de outrora, em virtude da capacidade de serem ouvidos por meio da leitura de seus versos e enredos:

A grande maioria dos nossos escritores, em prosa e verso, fala de pena em punho e prefigura um leitor que ouve o som da sua voz brotar a cada passo por entre as linhas. Esta tendência recebeu incremento do nacionalismo, propenso a assumir o tom verbal e mesmo verboso, que desperta a emoção. Formado sob sua égide, o escritor brasileiro guardou sempre algo daquela vocação patriótico-sentimental, com que justificou a princípio a sua posição na sociedade do país autonomista, e logo depois independente, o público, do seu lado, sempre tendeu a exigí-la como critério de aceitação e reconhecimento do escritor. Ainda hoje, a cor local, a exibição afetiva, o pitoresco descritivo e a eloquência são requisitos mais ou menos prementes, mostrando que o homem de letras foi aceito como cidadão, disposto a falar aos grupos; e como amante da terra, pronto a celebrá-la com arroubo para a edificação de quantos, mesmo sem o ler, estavam dispostos a ouvi-lo (CÂNDIDO, 2011, p. 91).

Essa concepção auditiva tem origens fincadas na gênese da poesia, uma vez que, diante da inexistência da escrita, a composição dos versos partia de uma concepção rítmica auditiva. Todavia, quando “a escrita triunfa como meio de comunicação, o panorama se transforma. A poesia deixa de depender exclusivamente da audição, concentra-se em valores intelectuais e pode, inclusive, dirigir-se de preferência à vista...” (CÂNDIDO, 2011, p. 43). Essa nova concepção da palavra contribuiu para que, socialmente, o escritor nacional fosse testemunha e agente fundamental no processo de construção da identidade do Brasil politicamente autônomo, como deixa claro Paulo Franchetti (2007) em suas alusões sobre a poesia nacional na formação do país. Cabe lembrar que a inclusão da escritura literária na sociedade traz, desde o princípio, o dilema de um reconhecimento parcial da artística do escritor por parte de um leitorado seletivo, problematizado por um consumo restrito e por valores irrisórios dispensados ao seu ofício. Ainda que isso tenha sido amenizado conforme os contornos adquiridos pelo trabalho literário ao longo dos séculos.



Do ponto de vista social e imagético, é consenso a abertura dos jornais para a efetiva legibilidade, popularização e democratização da literatura. Ao escritor de jornal recaiu uma tarefa que se pode chamar de didática. Reconstituindo parte do pretexto nacionalista, era perceptível nos primeiros autores recepcionados pelo leitorado nacional, a exemplo de Gonçalves de Magalhães, Domingos Olímpio, Mário de Andrade, dentre outros, a acessibilidade discursiva de suas narrativas ou da rítmica de seus versos, interessados na sua aceitação pública pelo que traziam de familiar com o país. A eles caberia não só atestar os predicados nacionais pelo caráter figural da palavra, mas também exprimir os anseios da coletividade e de sua realidade e reproduzi-la (CÂNDIDO, 2011).

Sobre esse didatismo, sobre o qual os periódicos foram elemento fundamental, é necessário pontuar algumas questões. Um primeiro ponto diz respeito ao valor da comunicação aberta pelos jornais, assumindo uma publicização literária que se veria incompleta em qualquer outra proposta de difusão de saber. Por outro lado, a propagação das ideias poéticas na imprensa acabou sendo favorecida pela falta de um gosto literário requintado a ser sedimentado no público brasileiro de literatura, cujas considerações de Antonio Cândido explicam:

Tornar-se legível – pelo conformismo aos padrões correntes; exprimir os anseios de todos; dar testemunho sobre o país; exprimir ou reproduzir a sua realidade – é tendência que verificamos em Magalhães, Alencar, Domingos Olímpio, Bilac, Mário de Andrade, Jorge Amado. Mesmo quando o grande público permanece indiferente, e ele só conta com os pequenos grupos, o escritor brasileiro permanece fácil na maioria dos casos. (...) Estas considerações mostram por que quase não há no Brasil literatura verdadeiramente requintada no sentido favorável da palavra, inacessível aos públicos disponíveis. A literatura considerada de elite, na tradição ocidental, sendo hermética em relação ao leitor de cultura mediana, exprime quase sempre autoconsciência extrema de um grupo, reagindo à opinião cristalizada da maioria, que se tornou pesada e sufocadora. Entre nós, nunca tendo havido consolidação da opinião literária, o grupo literário nunca se especializou a ponto de diferenciar-se demasiadamente do teor comum de vida e de opinião. Quase sempre produziu literatura como a produziriam leigos inteligentes, pois quase sempre a sua atividade se elaborou à margem de outras, com as quais a sociedade o retribuía. Papel social reconhecido ao escritor, mas pouca remuneração para o seu exercício específico; público receptivo, mas restrito e pouco refinado. Consequência: literatura acessível, mas pouco difundida; consciência grupal do artista, mas pouco refinamento artesanal (CÂNDIDO, 2011, p. 96-97).

Interpretando-a como remanescente dessa fisionomia histórica e social do escritor – particularmente visível após a fundação da imprensa no Brasil –, a *Página Literária* do *Jornal de Alagoas*, como todo espaço intelectual surgido de 1900 em diante, foi herdeira dessa abertura dos periódicos brasileiros ao homem culto do século XIX, com os fins de

popularização dos seus projetos e instrução coletiva. Através de suas folhas, o poeta e o romancista passaram a ser vistos e lidos, angariaram prestígio e influência e tiveram reconhecidos pelo entendimento público o mérito de seu discurso tanto quanto o caráter de sua linguística exemplar, a ser seguido e alcançado pelas massas. Vivia-se um jornalismo feito por escritores. A presença do autor literário nos impressos – quando literatura e jornalismo começaram a conferenciar como ofícios que ascenderam conjuntamente no Brasil oitocentista – funcionou de forma estrategicamente benéfica para ambos os lados: se ao jornal coube a função de vitrine – sobretudo com o florescimento das histórias seriadas dos folhetins – à produção e à conquista de prestígio dos literatos; estes, por sua vez, tentaram alcançar o anseio da imprensa nacional de conquistar números prósperos de leitores diante do pouco esclarecimento da população e da persistência da índole oralizada da sociedade oitocentista, pouco afeita às letras impressas (BARBOSA, 2010).

Em uma perspectiva mais abrangente, a inserção da *Página* no contexto de uma Alagoas que ainda vivia o dilema da aceitação da nova poesia, como de todo espaço literário concebido àquela altura do século, trazia como legado a situação pontual de difusão de ideias e de convivência entre os homens de jornal e os homens de letras. Sua constituição ocorreu em meio à disposição gráfica e editorial de um diário estadual afinado ao desempenho de um papel intelectual importante e, à medida que incorporava o escritor ao seu ambiente redacional, assumia-se como principal meio de a literatura ser introduzida na comunidade e entre os poucos leitores de jornais em um estado cujo analfabetismo chegou a ocupar níveis extremos.

É evidente que o panorama social da literatura no Brasil trazia resquícios da imagem do escritor funcionando como ornamento da sociedade e esta, por outro lado, indiferente ao real compromisso exercido pelo intelectual por meio dos jornais ou fora dele. A situação social e o contexto jornalístico em que estiveram envolvidas as letras brasileiras fez com que a fundação do JA ocorresse durante uma fase dos impressos que “narra a transição entre o reinado do publicista e a república dos homens de letras”, segundo as afirmações de Cristiane Costa (2005, p. 12): José de Alencar, Machado de Assis, Lima Barreto, João do Rio, entre eles. Fase esta que, abarcando o período de 1840 a 1910 foi nacionalmente marcada pela morte de Machado de Assis, em 1907, e, no ambiente alagoano, pela fundação do *Jornal de Alagoas* um ano depois, em 1908. Olavo Bilac, como um dos notáveis representantes daqueles anos, atesta a profissionalização da literatura como um dos legados de sua geração:

Que fizemos nós? Fizemos isto: transformamos o que antes era um passatempo, um divertimento, naquilo que hoje é uma profissão, um culto, um sacerdócio; estabelecemos um preço para o nosso trabalho, porque fizemos desse trabalho uma necessidade primordial da vida moral e didática da civilização da nossa terra; forçamos as portas dos jornais e vencemos a inépcia e o medo dos editores; e como, abandonando a tolice das gerações anteriores, tomamos o lugar que nos era devido no seio da sociedade, incorporamo-nos a ela, honrando-nos com a sua companhia e honrando-a com a nossa (COSTA, 2005, p. 47).

Composta dezoito anos após a publicação do primeiro exemplar do *Jornal de Alagoas*, a *Página Literária* passou, então, a assumir a popularização dos ideais de cultura, literatura e crítica antes propagados na crônica social. Dessa forma, engajou-se, em certa medida, às discussões sobre os princípios de modernização evocados desde a Semana de Arte Moderna de 1922. Esses debates seriam enaltecidos pela ascensão do mercado editorial e da atividade dos periódicos no país. Ao mesmo tempo, incorriam no afastamento progressivo do escritor das redações dos jornais (COSTA, 2005) e em outros fatores determinantes à atmosfera intelectual em que esteve envolvida a maioria das publicações surgidas nas principais cidades do país, durante as cinco primeiras décadas do século XX:

[...] principalmente a ampliação relativa dos públicos, o desenvolvimento da indústria editorial, o aumento das possibilidades de remuneração específica. Em consequência, houve certa desoficialização da literatura, que havia atingido nos dois primeiros decênios extremos verdadeiramente lamentáveis de dependência ideológica, tornando-se praticamente complemento da vida mundana e de banais padrões acadêmicos. A partir de 1922, o escritor desafogou; e, embora arriscando a posição tradicionalmente definida de ornamento da sociedade e as consequentes retribuições, pôde definir um papel mais liberto, mesmo não se afastando, na maioria dos casos, do esquema traçado anteriormente – de participação na vida e aspiração nacionais (CÂNDIDO, 2011, p. 97).

Considerando a missão da literatura brasileira de complementação da independência com o plano estético de louvar à terra – traço mais evidente da palavra poética antes e pós-1822 – e considerando ainda a busca pelo contemporâneo como item fundamental do manual modernista, surge a pergunta: sobre qual concepção criadora e de escritor guiava-se a artística verbal assumida pela *Página do JA* ao ponto de efetivar sua inclusão no patrimônio literário de Alagoas? É evidente que, dado o seu significado documental à compreensão de importantes discussões que movimentaram a poesia não só estatal, mas nacional – já que publicavam nomes de relevo de fora do estado – durante o período em que esteve em circulação, esses espaços traziam consigo uma índole estética própria.

Se observadas numa perspectiva dialética entre um textual e um contextual submersos nas influências modernistas desfiguradas pelo futurismo (como comprovamos nas abordagens biográficas sobre a introdução do Modernismo no estado) e propensos à tônica ideológica do regionalismo do Nordeste que se impunha, as páginas se configuraram com a postura de contributo ao meio social maceioense no seu aspecto autoral. Inicialmente, isso se concretiza na presença de uma literariedade ora nutrida por referências localistas, por isso identificadoras de alguns aspectos da identidade social da capital de Alagoas da época, ora acentuada por traços voltados à convocação de um plano criativo, cuja moldura trazia um cotidiano de uma poesia tonificada pelo papel do escritor de convocação pública ao ver e ao crer de sua matéria poética.

Diante desses dados, é possível inferir como traço marcante das páginas uma conceituação de escritor voltada à originalidade verbal de decifração do cotidiano da poesia do seu tempo. Entendamos a denominação de cotidiano como um viver habitual dos homens acrescido de valores (moral, econômico, social, intelectual, afetivo). E o significado embutido interna e externamente desse viver sendo justificado por sua abordagem criativa. Levando-se em consideração o seu compromisso com o moderno, caberia a esses escritores a tarefa de interpretação do seu mundo a partir da liberdade artística. Isso se torna possível, em primeiro lugar, quando o poeta assume uma percepção diante de uma experiência representativa à coletividade, busca sua publicização por meio da palavra impressa, e esta se mostra capaz de moldar ou interferir no meio ao qual se dirige. De maneira ampla, assumiram a identidade de poetas-intérpretes, sobre os quais Antonio Cândido (2011) tem posicionamentos decisivos:

A poesia das sociedades primitivas permite avaliar a importância da experiência cotidiana como fonte de inspiração, sobretudo com referência às atividades e objetos fortemente impregnados de valor pelo grupo. À medida que fala deles, o poeta assegura a sua posição de intérprete, num sentido que a nós poderia frequentemente parecer anestético (CÂNDIDO, 2011, p. 40-41).

O que não significa que a relação desse escritor com o cotidiano de sua época fosse efetivada apenas pela absorção dos parâmetros oferecidos pelos contextos histórico, social e cultural da Alagoas da década de 20, repercutindo nos textos. O que interessa aqui é abordá-los como poetas cuja influência de seu plano literário partiu de uma ligação com a sociedade local que passou a largo de ter funcionado apenas como espelho refletor a sua condução poética. Foram autores com o poder de tocar a realidade (os meios alagoano e brasileiro) com olhar próprio, transformando-a num movimento duplo de combinação e criação antes de

torná-la real pelas vias da escrita. Compunham aos moldes interpretativos defendidos pelo crítico francês Charles Augustin Saint-Beuve (2011 apud CÂNDIDO, p. 28) diante de novos contornos entre artista e meio ou de uma nova concepção de poeta, com “o seu próprio espelho, a sua mônada individual e única. Tem o seu núcleo e seu órgão, através do qual tudo o que se passa se transforma, porque ele combina e cria ao devolver à realidade”.

O projeto modernista, como o de todas as outras correntes estéticas constitutivas da fisionomia da literatura brasileira, trazia suas próprias vias de expressão nessa tônica entre combinação, criação e devolução do real, implícitas ao ato da escrita. Assim sendo, as páginas que circularam no ano de 1926 tiveram de enfrentar a promoção de uma textualidade modernista dita heroica, por seu teor avesso aos velhos valores e padrões da língua. Já os números surgidos em 1946 fizeram parte de uma geração de escritores imbuídos em levar a poesia ao encontro de sua essência. E essa essência trazia como uma de suas características a atuação de um ser literário fazendo nascer do gesto criativo uma poesia “artesanal”, modelada pela coordenação entre alma, olho e mão própria aos artífices (como será discutido no capítulo 6). Especificamente em Alagoas, o sêmen dessa fase, em parte, ainda festejava a consagração dos romances nordestinos surgidos durante o decênio de 30, escritos por alagoanos ou pensados em terras alagoanas, como *Menino de engenho* (1932), *Caetés* (1933) e *Angústia* (1936).

É fato que, à medida que o *Jornal de Alagoas* sedimentava a respeitabilidade informativa entre o seu leitorado, os autores da *página*, ao se impor a tarefa de compor seu discurso poético consciente de seu domínio público após a publicação, viram-se senhor de seus bens letrísticos ou “proprietário intelectual de suas palavras” (COSTA, 2005, p. 206), como queria o Iluminismo, pelo aspecto estilístico e pela forma original na disposição do conteúdo narrativo. A efetivação desse amparo autoral ora à originalidade, ora à rebeldia do escritor moderno, assumido pela *página*, é sublinhado nas referências de Costa:

A proteção aos direitos autorais só seria oficialmente reconhecida muito depois, na França revolucionária, mais exatamente em 21 de julho de 1793, quando foi promulgada a lei que funcionou como certidão de batismo do autor moderno. Antes dela, já existiam sistemas primitivos de proteção ao autor, em geral defendidos por livreiros editores que, para garantir seus privilégios, inventaram a ideia do autor proprietário. No século XVIII, a teoria do direito natural e a estética da originalidade fundamentam a propriedade literária. Uma vez que se justifica, para cada uma, a posse dos frutos de seu trabalho, o autor é reconhecido como detentor de uma propriedade imprescritível sobre as obras que exprimem seu próprio gênio (COSTA, 2005, p. 206).

Aproximando seu aspecto autoral de uma terminologia a respeito da identidade do escritor (aqui fundamentado na imprensa), é plausível considerar ainda as chamadas “forças sociais condicionantes” (CÂNDIDO, 2011, p. 35) a mover todo artista no momento da criação. Se observadas como condutoras dos destinos implícitos a todo texto literário ou obra-de-arte, tais forças seriam determinantes à descoberta do momento e da urgência da composição da obra e se esta seria ou não integrada à sociedade como pecúlio a sua origem (abrimos precedentes às referências ao termo origem da obra, levando-se em consideração tanto o local e a região de nascimento e atuação do autor quanto a nação da qual é filho). Esse ímpeto criador sobre a *Página Literária* fez-se ouvir no texto de apresentação do primeiro número, publicado em 18 de julho de 1926, assinado pelo editor Lobão Filho:

[...] o *Jornal de Alagoas*, inspirado nos seus melhores sentimentos de democracia, não quer que neste recanto exista a igreja da literatice inglória e demolidora. Aqui, daremos agasalho ao madrigal cintilante, ao verso sentimental e à prosa emotiva. Fazemos, pois, em nome desta folha, um apelo à mentalidade alagoana, magnificamente representada pelos seus poetas, jornalistas, acadêmicos, advogados, médicos etc, para que venham colaborar nesta obra de fraternidade literária. E a vós, ó gentilíssimas senhoras e senhorinhas de Maceió, pedimos também um pouco da vossa graça e da vossa alta espiritualidade à leitura desta página, onde certamente revoa um enxame fascinante de estilos e de ideias, a áurea colmeia da intelectualidade nacional (PÁGINA LITERÁRIA, 1926, p. 9).

A citação de Lobão Filho chama a atenção em dois aspectos:

- 1) O inegável desejo de popularização literária como determinante à criação da *Página*, pressupondo a situação histórica revolucionária dos impressos como principais contributos à inteligência nacional dos oitocentos. Os jornais, de fato, romperam o muro erguido no século anterior de proibição à palavra dos impressos e livros como meios de informação ameaçadores aos “brios” da corte, como constata a historiadora Marialva Barbosa (2010). Os homens de jornal acabaram preenchendo não só uma larga lacuna de desinformação coletiva como compensando a ausência de prestígio do livro de literatura pela escassez de livrarias e pelos altos custos de publicação;
- 2) A herança estendida ao século XX do consumo de literatura por parte de um diminuto, mas sólido, público-leitor feminino, ainda tendo sido a leitura literária, por um bom tempo, não-recomendada à distração das moças de boa família.

Assim, era vital ao *Jornal de Alagoas* de Luiz Magalhães da Silveira nutrir o viço do seu prestígio diante do intelectual alagoano, acompanhando uma prática rotineira aos grandes

periódicos do país de acrescer ao seu corpo editorial espaços exclusivamente destinados à democratização dos assuntos de poesia.

Retomando as mencionadas “condicionantes” de Cândido (2011), há outro propósito de criação implícito ao verificar a situação editorial da Maceió do decênio de 1920. Era parca a movimentação livresca, agravada pela ausência de editoras. Os que se aventuraram à publicação de obras o faziam em prelos acanhados, instalados em Maceió. A maioria dos intelectuais aos quais o JA e a *Página Literária* dirigiam seus textos concentravam-se nas sessões solenes realizadas pela Academia Alagoana de Letras (AAL) e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Alguns poetas, oradores, teatrólogos, já possivelmente assimilados ao contexto cultural pelo empenho de suas publicações nos meios jornalísticos.

A incorporação da literatura desses escritores na civilização alagoana e a maneira como buscaram se enquadrar aos ditames literários do período traz à tona uma outra questão a ser discutida a respeito do “fazer intelectual”. Tomados como base os estudos de Antonio Gramsci nesse sentido, destrinchados por Alfredo Bosi (1988, p. 242-243), a figura pública desses intelectuais não fugiu à distinção, de certa forma sedimentada, entre homens cultos e homens simples. Uma das considerações de Gramsci sobre a diferenciação social que os rege resulta, em parte, de sua presença em uma “rede peculiar de funções que costumam desempenhar no complexo das relações sociais”. Em termos práticos, isto significa que parte da ação social da palavra do autor literário moderno, como o eram os da *Página Literária*, pode estar centrada na sua posição de sucessor do “apóstolo e do reformador de outrora” Gramsci (1988 apud BOSI, p. 243). Esse caráter apostolar, ou de exemplaridade missionária, consumado na habilidade verbal, é efetivado por duas vias básicas: as da linguística (ao lidar com os signos da língua: frases, palavras) e das ideias. Assim, a imagem do homem esclarecido do século XX se distingue por:

[...] estar sujeito à recepção de mitos tanto ou mais que o homem da rua. Ao lado de sua especialidade, se é técnico, ou da sua habilidade verbal, se humanista, ele partilha com os grupos a que pertence uma boa dose de senso comum, de uma filosofia implícita de vida. [...] O intelectual de hoje é um ser híbrido: convivem nele elementos do homem das cavernas e princípios da ciência mais avançada, preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e intuições de uma filosofia do futuro que será própria do gênero humano unificado mundialmente. [...] Reconhecendo as camadas que se somam na sua visão do mundo, o homem culto poderá, além do mais, franquear o intervalo injusto que o separa do homem simples. O mal vem de longe: as grandes teorias filosóficas, de Platão a Bergson, não se comunicaram ao homem da rua; só algumas religiões e, em

particular o cristianismo, souberam criar uma linguagem dúctil, missionária, que vale tanto para o sacerdote quanto para os leigos (BOSI, 1988, p. 245).

A explicação de Bosi pode ser aproveitada em dois sentidos: o primeiro ao relacionar a pregação poética dos jovens de 22 a uma originalidade, cujo ponto-chave está justamente na ausência de hermetismos de uma linguagem culta, mas inclinada ao comum, do modelo modernista. Ou seja, a falar do rústico como o homem rústico:

O Modernismo rompeu, de fato, com o sertanismo estilizado dos prosadores parnasianos. Mas não o fez senão para pôr em prática um primitivismo muito radical e, em certo sentido, mais romântico; e assim fazendo, o imaginário de 22 se encontrava com o renovado irracionalismo europeu. Era um primitivismo culto, que não tolerava mais o jeito parnasiano de falar da vida rústica. Em nome de uma poética do inconsciente, 22 opôs-se às sensoriais do penúltimo nativismo. O ângulo de visão era o de intelectuais mais informados e mais inquietos, que se propunham desentranhar a poesia das origens, o substrato selvagem de uma raça; e que desejavam intuir o modo de ser brasileiro aquém da civilização, ou então surpreendê-lo na hora fecunda do seu primeiro contato com o colonizador (BOSI, 1988, p. 119).

Ainda sobre a citação de Bosi, outro ponto a destacar diz respeito à plausibilidade em interpretar o homem de jornal do ponto de vista de sua índole propensa ao mito tão logo assegurada a sua posição intelectual. Com efeito, isso é identificado no momento em que o jornalista nacional ganhou identidade, enquanto personagem social, diante da notoriedade do seu meio de expressão (o jornal) no país e com a cumplicidade entre o campo jornalístico e o campo literário ganhando relevo. Isto quer dizer que exercer o jornalismo, até boa parte do século XX, significava participar plenamente do desenvolvimento da instrução nacional e de sobre ela exercer domínio. Mas esse poder, segundo a historiadora Marialva Barbosa (2010), necessitava da construção de uma imagem para ser efetivado: a imagem semelhante à figura do mito. Ou melhor, do mito político. Mito este concentrado tanto nas diversas interpretações em que está envolvida a prática jornalística e na sua capacidade de dar existência ao fato a partir de seu informe, como por contar uma história sagrada: a história da gênese dos acontecimentos envolvendo a humanidade. Essas observações encontram testemunho no processo cultural sobre o qual a fundação da imprensa no Brasil esteve envolvida:

[...] o jornalista produz uma imagem mitificada da sua profissão, associando a sua prática profissional a múltiplas reduções interpretativas: pode ser o interlocutor privilegiado, o intermediário eficaz, o polemista demolidor, assumindo ora a faceta do conspirador, ora a imagem de salvador. A imagem constituída do jornalismo e



dos jornalistas ganha, pois, o contorno de verdadeiro mito político. Para os antropólogos e historiadores do sagrado, o mito deve ser concebido como narrativa que se refere ao passado, mas que conserva no presente valor explicativo, à medida que esclarece e justifica certas formas de organização social. [...] o mito conta uma história sagrada, ressaltando um acontecimento que ocorreu no tempo imemorial, o tempo fabuloso dos começos. Ou seja, conta como uma realidade chegou à existência, preservando e transmitindo os paradigmas, os modelos exemplares, para todas as atividades a que o homem se dedica. [...] a narrativa legendária exerce ainda função explicativa, fornecendo chaves para a compreensão do presente e tendo, ao mesmo tempo, papel mobilizador. O mito seria, no sentido mais completo do termo, ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora (BARBOSA, 2010, p. 142-143).

Obviamente, essa postura mitológica-mobilizadora encontrou fundamento na artística de seu tempo: a artística do Modernismo, evocada pelo meio jornalístico alagoano. Nesses termos, a palavra do escritor nos periódicos pôde adquirir um sentido mais abrangente em relação à exposta no terreno livresco por se pressupor, por sua própria natureza, um alcance mais vasto e um público mais numeroso e diversificado. Por intermédio do tom jornalístico e de sua objetividade linguística, foram estreitados os laços e encurtada a distância entre o homem de saber e o homem comum a partir de uma relativa aproximação dos seus discursos da coletividade. Esse distanciamento, provocado por um hermetismo linguístico, de acordo com Bosi (1988), nada tinha de equivocado se tratado pela ausência dos caracteres de justiça que o acompanha a séculos:

Assim, o homem que quiser professar o novo conhece-te a ti mesmo não padecerá do comichão do hermetismo. Tudo que disser há de verter-se, sem distorção nem apoucamento, na mais limpa das linguagens. Aprender a prática da clareza é, como aportar ao concreto, uma conquista final da razão dialética, só obtida depois que se cruzarem a experiência, a abstração e a vontade de mudar as coisas. [...] O lema socrático conhece-te a ti mesmo ressurgiu em dimensões sociais amplas: conhece o mosaico mal rejuntado que formam os teus sentimentos e as tuas opiniões (BOSI, 1988, p. 245).

Assim, o conceito de missionário e de intérprete posto sobre a figura do poeta da *Página* em análise comprova-se em sua amplitude social, na medida em que se alastra à atitude criadora, propondo sua identificação como um indivíduo passível de ser convocado pela sociedade, a qualquer momento, na interpretação de fatos cotidianos à luz da arte, com o mesmo afincamento com que se portou diante da nação brasileira a favor da conquista da autonomia política e da nacionalidade literária no Brasil. É claro que esse conceito implica numa atualização do ser escritor pelas vias da estética moderna. Todavia, é importante frisar que a *Página Literária* do *Jornal de Alagoas* ia se impondo ao intelectual da terra como meio de

interpretação por uma perspectiva mais moderna que propriamente ambientada no manual de estilo do Modernismo.

Nesses termos, cabe aqui uma aproximação do tratamento textual dado por Silviano Santiago (2002) aos termos moderno e Modernismo: tratando-se o primeiro de uma expressão nascida do movimento intelectual gestado pelo Iluminismo, dentro da sua filosofia de cunho valorativo às atitudes racionais e do intelecto no entendimento do mundo; o segundo é representativo da crítica à veneração de um passado histórico (passadismo) propalada pelos jovens paulistas de 22. Mais adiante, ao abordamos as páginas artísticas do JA como meio de culturalização da linguagem do escritor, encontraremos ressonâncias nesse sentido.

#### 4.2 Os autores: 1926

A postura autoral e editorial da *Página Literária* do *Jornal de Alagoas* encontrou no decênio de 1920 o ambiente propício ao seu desempenho não só como o mais antigo e pioneiro espaço de publicização da literatura, mas também de atualização intelectual do alagoano. Além do pleno funcionamento da Academia Alagoana de Letras (AAL), as discussões literárias encontravam ascendência nos grêmios, sendo na maioria das vezes estendidas aos cafés, à redação do próprio *Jornal de Alagoas* ao fechamento de cada edição e a outros pontos culturais espalhados pelo centro da cidade. Os autores que nela publicavam traziam influências da boemia letrada da Academia dos Dez Unidos, com a já mencionada abertura de portas no ano de 1923; do Cenáculo Alagoano de Letras, com fundação datada da mesma época da *Página*, em 1926; e do Grêmio Guimarães Passos, um ano depois.

Publicavam envolvidos em uma atmosfera crítica – que alcançaria grandes proporções tempos depois – ligada aos conflitos gerados pela mudança de escola de Jorge de Lima de parnasiano para modernista. E ainda envolvidos na recepção conflitante ao clima moderno, sobre o qual recordamos dois destacados eventos: a Canjica Literária (a festividade regional de rendição dos jovens do Guimarães Passos ao Modernismo) e a Festa da Arte Nova, pensada como informe público da adesão dos artistas e escritores locais aos princípios da Semana de 22.

Eram autores noviços ou já com algum merecimento. Nascidos e intelectualmente formados no Nordeste, na maior parte dos casos. Boa parte deles ainda vivendo a adolescência nas letras ou o amadurecimento do alcance de sua poética. Nas duas fases de

circulação da *Página*, embora distintas, observa-se certa adesão a uma textualidade mais crítica envolvendo os assuntos de poesia em relação ao texto poético em si. Isso se comprova no quantitativo das narrativas de tom ensaístico sobressaindo-se ao número de poemas e sonetos, por exemplo. Se observada numa perspectiva analítica de prevalência de gêneros, digamos que a crônica ocupava certo destaque. E o ofício do jornalismo, ainda que quase sempre aliado às profissões liberais ou aos rumos da licenciatura em letras ou História, identificado na digital profissional de grande parte do que nela registravam colaboração.

Em relação aos escritores da terra, percebe-se a naturalidade no interior de Alagoas como aspecto sobressalente em suas biografias. Ao mesmo tempo em que é observada a prática quase massiva à imigração para o Rio de Janeiro, onde permaneciam até o falecimento aliando literatura a outros ofícios, em acordo com valores sociais à época. Outro ponto em comum entre esses intelectuais era a ligação como o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA) e a Academia Alagoana de Letras (AAL) como membros-fundadores ou sócios. Mas um dado preliminar a ser considerado sobre esses intelectuais concerne à dificuldade de elementos biográficos consistentes a despeito da corrente ideológica ou filosófica da qual eram seguidores, das leituras que possivelmente os influenciaram e até da herança cultural e feição social ocupada por suas famílias no cenário letrado de Alagoas, o que dificulta a execução de critérios avaliativos melhor posicionados.

Escreviam em uma linguagem ainda demonstrando, em certa medida, caráter formal no que diz respeito à grafia. O que não chegava a contrastar com o tom moderno preservado pela linha editorial. Nos números publicados em 1926, onde as ideias eram expostas em seis colunas, podia-se notar um certo conservadorismo gráfico, embora seguissem a lógica jornalística de seu tempo. Isso significa terem sido esses espaços relativamente discretos em termos de diagramação jornalística. Um exemplo dessa discricção, sem o acréscimo de imagens nem de qualquer publicidade, aparentemente pouco ousados em relação aos espaços pensados para a divulgação de literatura dos jornais brasileiros mais bem equipados.

Nas dez edições veiculadas em sua fase inicial – entre os meses de julho e outubro, de acordo com os números disponíveis no Arquivo Público de Alagoas (APA) –, eram os textos dispostos em espaços previamente definidos ou apresentando cabeçalhos nomeados com os títulos dos versos ou da prosa ali expressos. A coluna intitulada *Aos domingos*, assinada pelo poeta e editor da *Página Literária*, Pedro Lobão Filho, geralmente trazia implícito o conteúdo do que seria escriturado pelos outros autores. Sua dicção ensaística partia quase sempre de uma convocação ao leitor, em tom de editorial, envolvendo as mais diversas questões

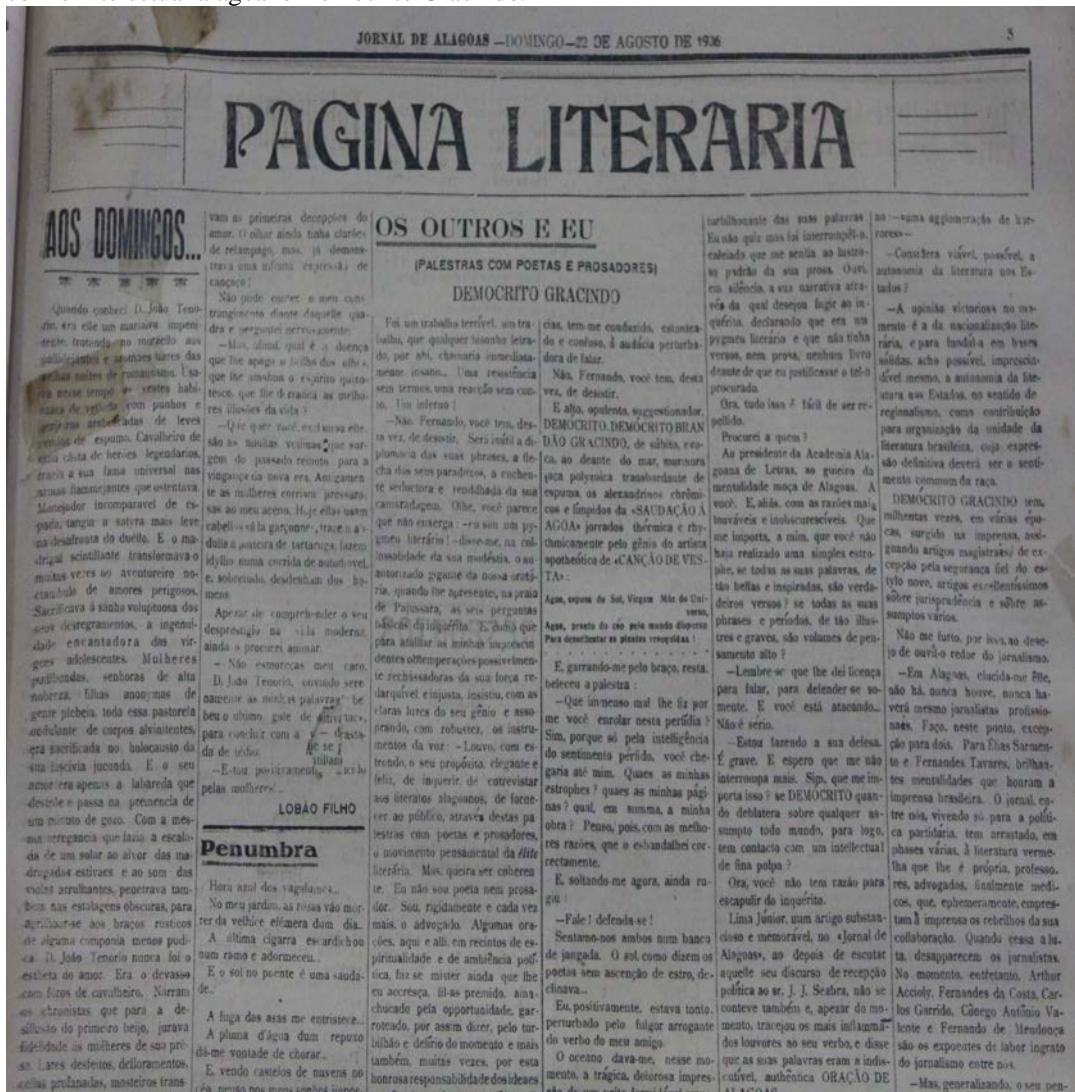
literárias da atualidade ou ligadas a nomes respeitados nacionalmente. Essa tonalidade estabelecida para a coluna *Aos domingos* pode ser exemplificada no discurso de aclamação ao significado das novas gerações para a poesia brasileira, abrindo o segundo número da *Página Literária* do JA.

Figura 1 - Página Literária publicada em 25 de julho de 1926. Na coluna *Aos domingos*, ensaio sobre a importância dos novos poetas para a literatura brasileira.



Em seu aspecto aural, também era dada voz a intelectuais e artistas renomados em nível tanto estadual quanto nacional. Nomeados de *Os outros e eu*, os referidos espaços prestaram homenagens ao percurso intelectual do historiador Lima Júnior, ao jornalista e advogado Demócrito Gracindo e à artista carioca Ângela Vargas, em entrevistas conduzidas pelo jornalista cearense Fernando de Mendonça. Em termos de divulgação, esses espaços propiciavam uma maior visibilidade ao autor, ao mesmo tempo, podiam ser considerados o de maior notoriedade na *Página*, uma vez que, no universo jornalístico, a reprodução na íntegra de diálogos com as fontes propiciam uma maior credibilidade aos veículos impressos no que diz respeito ao público-leitor.

Figura 2 - Página Literária publicada em 22 de agosto de 1926. Na coluna Os outros e eu, entrevista com o intelectual alagoano Demócrito Gracindo.



O historiador Félix Lima Júnior foi o nome de abertura desses inquéritos, na edição de 25 de julho de 1926. Já às primeiras linhas da conversa com Mendonça, deixava clara a frustração da não sobrevivência exclusiva por meio de sua pena – insatisfação comum aos escritores da época. Aliás, esse foi o tom de quase toda a entrevista, concedida em seu gabinete, na Prefeitura Municipal de Maceió, em meio aos papéis que exigiam sua assinatura diária. Quando as primeiras edições das páginas literárias do JA começaram a ser editadas, Lima Júnior vivia a rotina dos homens de repartição pública. Ainda não possuía meios de desfrutar de sua veia de cronista especializado nas tradições e no passado alagoanos em geral e, maceioenses, em particular. Era um homem público e de finanças, concursado, exercendo a função de gerente do Banco do Brasil, onde ingressou em 1927 (BARROS, 2005).

Ainda não havia sido empossado como membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) e da Academia Alagoana de Letras (AAL). Isto só iria ocorrer décadas à frente, nos anos 50. Os vínculos com a literatura só começaram a ser firmados com sua frequência às reuniões da Academia dos Dez Unidos e do Grêmio Guimarães Passos. Provavelmente, dessa convivência é que, mais tarde, se tornou sócio benemérito da Sociedade Montepio dos Artistas Alagoanos<sup>20</sup>, sócio honorário do Instituto Histórico, Etnológico e Folclórico de Tucuman, na Argentina, além de sócio correspondente da Comissão Alagoana de Folclore. O jornalista Fernando Mendonça o apresenta ao leitor da *Página* como um dos expoentes do parnasianismo alagoano, cultor da beleza das formas e seguidor do escritor Alberto de Oliveira.

Essa visão traduz-se em suas primeiras obras poéticas, publicadas decênios após o surgimento da *Página: O pescador de pérolas, crítica literária*, editada em 1954; e, neste mesmo ano, publicou o livro de crônicas *Mapirunga*, da segunda série da *Coleção Autores Alagoanos*, o qual recebeu o prêmio Othon Bezerra de Melo. A partir da publicação desses dois títulos, pode-se caracterizar Lima Júnior como um autor de produção intensa. Entre 1950 e 1970, escreveu diversas obras. Todas empenhadas no seu objetivo de conhecimento da memória do alagoano às gerações futuras. Entre elas, sobressaem-se: *Tipos populares de Alagoas* (1958), *História dos teatros de Maceió* (1961) e *A escravidão em Alagoas* (1975), com a qual conquistou o prêmio Cidade de Maceió. Em 1976, publicou sua obra-prima,

---

<sup>20</sup> Fundada em 31 de outubro de 1883, reunia importantes intelectuais alagoanos da época. Entre eles, Tibúrcio Valeriano de Araújo, um de seus mais expressivos sócios honorários. Localizada no Centro da capital Maceió, o local onde sua sede esteve instalada atualmente abriga um logradouro público em homenagem ao significado da entidade: a Praça Montepio dos Artistas.

*Maceió de outrora*. Um dos mais minuciosos documentos biográficos da cidade, nas palavras do folclorista Théo Brandão, registradas no prefácio:

Em *Maceió de outrora*, além dos grandes fatos que os compêndios e estudos de História divulgam e comentam, encontra-se o relato, o comentário, o registro de tudo quanto escapa aos tratadistas e historiadores formais. Nesta obra estão minuciosamente ressaltadas figuras e personagens que nunca teriam ingresso num compêndio de História, como é o caso de Bernardino, do Catuába, do padre Bolachinha, do Duarte Galaláu e de tantos outros; descritos paisagens e aspectos da cidade como as gameleiras do aterro do Jaraguá, o Mercado de Flores, o relógio oficial, o velho farol, as velhas árvores; estudados costumes e usanças já desaparecidos, como as esmolos para São Benedito, as serenatas, os rasga-a-farda etc; história dos estabelecimentos e instituições que tiveram sua época na cidade e que já desapareceram, como o Catu, o Tiro Alagoano, o Hotel Nova Cintra, o Teatro Maceioense, o Cinema Delícia – enfim, toda uma vida, todo um registro biográfico de uma cidade. [...] A Maceió da primeira metade do século XX, a Maceió dos bondes de burros ou dos elétricos, de Mr. Girard, da iluminação a arco voltaico e do “contrato com a lua”, dos cinemas Floriano, Politeama, Delícia e Moderno... [...] Um passado não muito remoto – o que representam 50 anos da vida da humanidade? – e, contudo, alguma coisa que já vai ficando longe em nossa memória ou na de nossos pais, algo que já não sabem, não amam e, pior de tudo, não podem muitas vezes compreender as novas gerações (JÚNIOR, 1976, p. 3-4).

Segundo alvo do quadro de palestras com poetas e prosadores da sessão *Os outros e eu*, Demócrito Gracindo trazia um histórico com as letras, além de professor de História Geral e de Corografia<sup>21</sup> Geral do Liceu Alagoano<sup>22</sup>, como jornalista e advogado. Não se reconhecia como poeta nem prosador. Considerava-se “rigidamente um advogado”, como revelou durante a entrevista à *Página*. Sem qualquer mérito digno de registro. Ainda que ovacionado pelos alexandrinos *Saudação à lagoa* e pelos versos de *Canção de vesta*, e ainda que trouxesse consigo a origem cultural peculiar aos filhos de Viçosa, onde nasceu em 1884, no conhecido Engenho Boa Sorte, resistia em falar à *página* de 22 de agosto de 1926 como um homem de poesia:

Não, Fernando, você tem, desta vez, de desistir. Será inútil a diplomacia das suas frases, a flecha dos seus paradoxos, a enchente sedutora e rendilhada de sua camaradagem. Olhe, você parece que não enxerga: - eu sou um pigmeu literário. [...]

<sup>21</sup> Matéria curricular comum ao ensino da época, traz como significado a atividade de descrever de maneira codificada as características de determinado país, região, província ou localidade situado em mapa.

<sup>22</sup> Uma das principais instituições de ensino de Maceió até boa parte do século XX, teve como alunos intelectuais de repercussão local e nacional desde a sua fundação, em 5 de maio de 1849. Sua criação teve como objetivo a centralização do ensino superior no estado, ofertando disciplinas como gramática nacional, análise dos clássicos portugueses e latim; retórica e poética; filosofia racional e moral, dentre outras, segundo registros do ABC das Alagoas (2005).

Eu não sou poeta nem prosador. Sou, rigidamente e cada vez mais, o advogado. Algumas orações aqui e ali, em recintos de espiritualidade e de ambiência política, faz-se mister ainda que eu lhe acresça, fi-las premido, machucado pela oportunidade, garroteado, por assim dizer, pelo turbilhão e delírio do momento e mais também, muitas vezes, por esta honrosa responsabilidade dos ideais concêntricos do meu espírito. O esplendor fascinante de certos aspectos e determinadas circunstâncias tem-me conduzido, estonteante e confuso, à audácia perturbadora de falar (PÁGINA LITERÁRIA, 22 de agosto de 1926).

Durante a entrevista, o autor se posicionou sobre questões sempre comentadas pelos jovens intelectuais da época: os incômodos do futurismo e os brios do jornalismo. Sobre o futurismo, dizia entendê-lo como “bizarrice literária de Graça Aranha. Chanaan dos que pretendem triunfar na arte sem nunca ter sentido passar-lhes na alma a emoção geradora da beleza” (PÁGINA LITERÁRIA, 1926). Já o jornalismo o compreendia como:

[...] elemento quase sempre fascinador. É como válvula de respiração da literatura. Penso mesmo que morreríamos asfixiados se não fosse o jornalismo. Tem falhas, tem decepções, merece, aqui e ali, censuras, censuras graves até, porém é um demônio com tentações divinas (PÁGINA LITERÁRIA, 22 de agosto de 1926).

Intendente de Maceió entre 1909 e 1911 e deputado estadual eleito para os mandatos 1925-1926 e 1927-1928, Gracindo costumava revelar ter sido educado pelas leituras de Euclides da Cunha, Vargas Villa, Paul Daschanel e, principalmente, de Matheus de Albuquerque. E mentalmente influenciado por escritores como Álvares de Azevedo, Castro Alves, Olavo Bilac, Aristheu de Andrade, José de Alencar, Gabriele D’Aminzio, Assis Chateaubriand e Gustave Flaubert. As leituras dos primeiros estudos em meio ao ambiente cultural de Viçosa e a formação intelectual da juventude em Maceió e no Recife, certamente, serviram-lhe de base à escrita de suas obras. Duas delas, publicadas em meio à efervescência literária da Maceió dos anos 20: *A apologia da igreja na civilização do Brasil* e *A última bandeira. Homenagem aos aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho*, lançadas em 1920 e 1922, respectivamente.

Na fase inicial da *Página Literária* contribuía, além de Lobão Filho, os poetas alagoanos Barreto Falcão, Costa Rego, Moreno Brandão, José Pinho, o padre Sizenando Silva e o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. A *Página* contava ainda com a autoria dos intelectuais nordestinos Humberto de Campos, Fernando de Mendonça, Afrânio Peixoto, Mário Pinto Serra, Gilberto Amado e Álvaro Moreyra. Em alguns números, houve ainda a republicação de artigos e ensaios assinados pelos escritores Euclides da Cunha e Olavo Bilac.



## **Lobão Filho**

Ao assumir a direção da *Página literária* do *Jornal de Alagoas*, o poeta Lobão Filho já havia publicado em 1923, no *Jornal de Alagoas*, a novela regional *Sangue Mau*. Um ano antes de se tornar editor, publicou o livro de poemas *Os versos que eu não disse* (1925) e, em seguida, a polêmica obra *O Fructidor* (1927) – sobre a qual dados históricos revelam a existência de divergências com o escritor José Lins do Rêgo. Na *Página*, além de ensaios sobre os escritores Álvaro Moreyra e João Tenório, assinados na coluna *Aos Domingos*, dispôs ao leitor os poemas *Carta romântica*, *Saudade* e *Cabelos curtos*.

A leitura inicial de sua obra permite compreender uma condição poética partilhando tanto dos anseios modernistas – perceptível sobretudo na lírica sentimental, sem a rigidez rítmica, de seus poemas – quanto de um regionalismo com pretensões modernas por sua negação ao provincianismo em detrimento de um regional demonstrativo do universal. Provavelmente, sua personalidade de poeta, tendo ao seu favor essa coesão entre “o novo” dos jovens de 22 e os discípulos de Gilberto Freyre, o levou à conquista do respeito crítico elementar ao comprometimento editorial ideológico e jornalístico fundamental aos diretores de folhas culturais.

## **Barreto Falcão**

Ao publicar o célebre ensaio *Futurismo* no segundo número da *Página Literária*, datado de 25 de julho de 1926, o alagoano de Viçosa Barreto Falcão abria uma discussão aos leitores de jornal, cujo tom analítico fazia todo sentido ao alagoano, se tomarmos como ponto argumentativo o fato de a corrente encabeçada por Tommaso Marinetti ter sido fator fundamental à aceitação tardia e ao mesmo tempo polêmica da nova poesia em Alagoas. Nascido em meio à solidez e ao respeito intelectual com o qual era vista a cidade de Viçosa, encontrou nos ofícios de jornalista e estatístico meios de dar vazão ao sentido sobre cultura absorvido em sua cidade natal. É digno de nota fazer um reporte histórico do que os viçosenses representaram para a cultura alagoana. Entre os municípios do estado, por muito tempo foi destaque como um dos principais celeiros culturais de Alagoas, abrigando um

número considerável de historiadores, poetas e nomes influentes da história cultural alagoana, entre eles, o jornalista Otávio Brandão<sup>23</sup>, o folclorista Théo Brandão<sup>24</sup>, entre muitos outros. E por essa efervescência nas letras e nas artes, passou a ser distinguida na geografia alagoana como a “Atenas de Alagoas”. Barreto certamente levava aos textos que assinava as influências da origem artística de sua terra, que trazia como distintivos o “incentivo aos grupos folclóricos e a preservação das tradições regionais”, além de servir de morada aos mais distintos folcloristas do estado (BARROS, 2005, p. 665).

Barreto trazia ainda a herança de ter crescido em um ambiente jornalístico propício e, ao mesmo tempo, capaz de influenciar qualquer jovem de intelecto aguçado a enveredar pelos caminhos do jornalismo. A imprensa viçosense era não só reconhecidamente ativa como respeitada pelos homens cultos sobretudo da capital Maceió. O que era publicado nos jornais lá editados, como a *Gazeta de Viçosa e O Viçosense* – fundado em 1893, com linha editorial voltada à literatura, à indústria e a notícias e o pioneiro na cidade a ser impresso em tipografia –, servia de referência a outros periódicos atuantes na imprensa alagoana tanto quanto recebiam a atenção de intelectuais já solidamente formados (BARROS, 2005). Esse ambiente o levou ao cargo de redator-chefe do *Jornal de Alagoas* durante o ano de 1934 e a galgar espaços significativos como colaborador do jornal *Gazeta de Alagoas*.

## Moreno Brandão

---

<sup>23</sup> Nascido em Viçosa em 1896, graduou-se em Farmácia, porém teve atuação destacada como jornalista, geólogo e estudioso de Literatura e Filosofia. Considerado um militante anarquista, foi preso sob a acusação de envolvimento em uma “conspiração maximalista”. Ao fugir da prisão, migrou para o Rio de Janeiro, onde passou a contribuir em jornais vistos como proletários sobre temas envolvendo o petróleo. Dentre os inúmeros textos que escreveu, destaca-se o ensaio sobre a língua Tupi, intitulado *O vocabulário sumauáma, sua origem, sua evolução*, publicado em 1916, na revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas (IAGA) – atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (BARROS, 2005).

<sup>24</sup> Seu nome ganhou notoriedade na literatura por seu empenho em relação ao Modernismo em Alagoas, aliando-se a jovens intelectuais da terra cujos nomes repercutem na história literária alagoana, entre eles, o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda, os escritores Aloísio Branco e Graciliano Ramos e o jornalista Valdemar Cavalcanti. Como colaborador do jornal *Gazeta de Viçosa*, publicou seus mais antigos versos modernistas. Conhecedor atuante do folclore brasileiro e alagoano, fundou uma das mais importantes instituições de cultura popular do estado, o Museu de Antropologia e Folclore da Universidade Federal de Alagoas, atualmente conhecido como Museu Théo Brandão, um dos principais pontos turísticos da capital Maceió. É autor de uma vasta obra, com mais de 50 títulos, com destaque para *O guerreiro* (1946), *O reisado alagoano* (1953) e da monografia *Pastoris de Alagoas* (1958), com a qual conquistou o prêmio Mário de Andrade, no Concurso de Monografias sobre o Folclore nacional, promovido pela Discoteca Pública Nacional da Prefeitura de São Paulo (BARROS, 2005, p. 171).

Do ponto de vista histórico e memoriográfico sobre Alagoas, o nome de Moreno Brandão constituiu-se como uma das mais importantes referências documentais do estado. Como jornalista e historiador com percurso iniciado no município de Pão de Açúcar, o qual registra sua naturalidade, construiu uma obra que, por seu caráter vasto e lucidez interpretativa diante de dados historiográficos necessários a sua composição, poderia ter atingido dimensões mais amplas do que de fato obteve. Isto leva a crer que, dada a pouca atenção do estado alagoano à qualidade do saber dos seus “filhos ilustres”, sobretudo os que não transferiram residência definitiva para o Rio de Janeiro, pelas mais diversas razões, não chegou a constatar a repercussão dos seus escritos para a formação do estado. Foi dos poucos homens de renomada instrução a não migrar para as metrópoles em busca de horizontes mais promissores, como era o destino comum a quase todos os componentes do grupo culto que compunha a cena local.

Seu percurso como escritor da história de Alagoas, como membro-fundador da Academia Alagoana de Letras (AAL), como sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA), como presidente da Associação Alagoana de Imprensa (AAI) e como criador da revista literária e científica da cidade de Penedo *A Pirausta*, rendeu diversas publicações de sua autoria na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas* (IHGAL) e uma produção livresca considerável à compreensão de diversos aspectos envolvendo a formação do estado, dentre os quais a obra *História de Alagoas*, publicada em 1909; e artigos como *Esboço histórico de Alagoas* (1919), *População de Alagoas* (1937) e *Vade-Mecum do turista em Alagoas* (1937); *Figuras consulares, Rui Barbosa, mestre do vernáculo*, publicado no jornal *A noite*, no ano de 1938; *População de Alagoas* (1936-37) e muitos outros. Com a imprensa teve uma convivência duradoura, estabelecendo vínculos com o jornal de Pão de Açúcar, *O sertanejo*, como colaborador. Ao se mudar para Salvador, em 1898, passa a colaborar nos jornais *O lutador* e *Penedo*. Ainda na capital da Bahia, fundou o periódico *O monitor* (BARROS, 2005).

A partir desses elementos biográficos, via-se em Moreno Brandão um importante colaborador da *Página*, com a qual estabeleceu uma relação benéfica para ambos os lados: como um espaço recém-estruturado à recepção do intelecto local, a *página* do JA carecia de meios plausíveis de angariar uma credibilidade que justificasse a sua leitura pelo leitor-comum e, conseqüentemente, uma vendagem considerável de exemplares através de um número satisfatório de assinantes a garantirem sua existência – o cerne da criação de todo veículo impresso.

Nesse sentido, a seleção autoral e textual com fins de levar às ruas os jornais toma sempre o rumo de considerar a posição social que o homem culto ocupa fora das redações, conforme as ações e publicações compiladas no início do seu percurso. A Moreno, enquanto autor, a página era o meio de aproximação de sua obra do provincianismo da comunidade alagoana. E a confirmação das honrarias a ele devidas pelo alagoano enquanto homem de letras. Assim, reunia requisitos suficientes à ocupação de um lugar destacável à proposta editorial de Lobão Filho. Em sua juventude de vinte e poucos anos, já havia escrito *O baixo São Francisco – O rio e o vale*, em 1905; e *História de Alagoas* (1909). Quando passou a tomar parte da *página*, já aos 51 anos de idade, publicou, em um dos primeiros números, o ensaio *Pharóes*. Tempos depois, era reproduzido um trecho do discurso de Brandão, na sexta edição da *página*, onde o editor Lobão Filho (1926, p. 8) o apresentava como “uma das mais belas culturas históricas de Alagoas: A sua obra literária é numerosa, mas a superioridade de sua modéstia concorre para afastá-lo da evidência inglória das ruas. [...] ouvimos a sua palavra autorizada com o apreço que lhe consagra o público inteligente”.

Figura 3 – Página Literária publicada em 29 de agosto de 1926, onde foi veiculado o discurso do historiador Moreno Brandão.



Nilo Ramos

O poeta Nilo Ramos, nascido no município alagoano de Pilar, foi uma daquelas figuras reconhecidas por seus conterrâneos, cujo percurso intelectual poderia ter se estagnado à sombra de um sobrenome influente. Irmão do sociólogo e médico Arthur Ramos, cujos caminhos acadêmicos instigam pesquisadores ligados as mais diversas áreas de conhecimento

e instituições do país ao estudo de sua obra, ingressou no mundo da poesia buscando construir seus próprios recursos simbólicos. Recursos esses, possivelmente, enriquecidos pelos traços culturais identificadores da sua cidade de origem. Pilar se distingue no mapa de Alagoas por ter registrado o último caso de pena de morte no Brasil: o enforcamento do escravo Francisco, em abril de 1876, preso e condenado pela tentativa frustrada de assassinato dos patrões e com perdão negado pelo imperador D. Pedro II. E por uma lenda envolvendo o nome da cidade: a aparição de Nossa Senhora do Pilar, nas proximidades do lugar, vista por seus habitantes como “um desígnio dos céus, e a povoação aí se desenvolveu com o nome de Pilar” (BARROS, 2005, p. 401), até hoje repercute em sua fisionomia cultural como uma localidade reconhecida por seu caráter histórico-lendário.

Nilo Ramos trazia ainda nas veias uma intensa participação na imprensa de Alagoas, possivelmente estimulada pelo passado jornalístico da cidade onde nasceu, reconhecida como o município alagoano possuidor do maior número de jornais. A maioria com circulação datada da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX. A relação da cidade com o jornalismo, iniciada desde o surgimento de *O pilarense*, em 1870; e ainda de *O pilarino* e de *O pilar*, em 1896 e 1902, respectivamente, propiciou a publicação de dois dos seus mais relevantes trabalhos: os dois volumes de *Em Decassílabos* (1922) e *O miradouro das ilusões*, publicado em 1923. Quando já havia se tornado publicamente conhecido como “O poeta de Pilar” e como colaborador ativo da imprensa local e estadual – inclusive do *Jornal de Alagoas* – assumiu o cargo de chefe de redação de *O pilar* e, posteriormente, foi diretor do periódico *A cidade*. Na sua vida de poeta e homem de jornal, mereceram destaque ainda os versos que compôs sobre personalidades em forma de humor publicados na seção *Retratos* do jornal *O gaiato*, onde utilizava o pseudônimo R. Na *Página Literária* do JA, datada de 26 de setembro de 1926, publicou um único poema: *As tuas mãos rosadas*:

Na minha sala humilde, onde mora o sossego,  
Nesta tarde de frio, lânguida e brumosa  
Quem me dera sentir em um doce aconchego  
A carícia sutil das tuas mãos de rosa!

Devem ser tuas mãos tão leves, tão macias  
Como as asas douradas de uma borboleta...  
E na quietude elísia dessas tardes frias  
Elas são (que doçura!) o meu sonho de poeta.

Evoco as tuas mãos pequeninas, rosadas.  
Acenando à distância um adeus comovido...  
E a evocá-las, esqueço as angústias passadas,  
Na fogueira ilusão de julgar-me querido.

Hão de um dia folhear tuas mãos de seda  
 Os meus livros de versos, cheios de saudade.  
 Por de sobre o papel minha pena se queda...  
 ... e eu fico a adivinhar essa felicidade! (PÁGINA LITERÁRIA, 26 de setembro de 1926)

## Costa Rego

Engajado à política local, Costa Rego foi outro filho de Pilar convidado a fazer parte da *Página* por sua trajetória. Uma de suas mais importantes conquistas políticas foi a eleição vitoriosa para o cargo de governador do estado de Alagoas, assumindo mandato de 1924-1928. Enveredou pelo caminho do jornalismo, aos 17 anos, na imprensa carioca, onde seu tio, Antônio José de Oliveira e Silva, já havia se firmado como redator da Gazeta de Notícias. Inicialmente, foi responsável por diversas funções no jornal *Correio da manhã*: auxiliar de revisor, revisor, repórter policial, auxiliar de redação, cronista parlamentar e redator-chefe. Uma de suas principais obras, intitulada *Águas passadas*, foi digna de comentários, inclusive por trazer prefácio assinado por Aurélio Buarque de Holanda. Seus textos, de alguma forma, motivaram comentários da crítica. Crítica esta, àquela época, efetivamente exercida pelos jornais. Na *Página Literária* do JA, a crônica por ele escrita em deferência à estima despertada no brasileiro pela dicção literária do escritor João do Rio ocupou a coluna principal. Vejamos alguns trechos da publicação, datada de 8 de agosto de 1926:

[...] João do Rio definiu as tendências de sua literatura pelo que se poderia chamar o urbanismo, isto é, a observação da cidade. Ninguém, como ele, estudou até hoje tão de perto, tão profundamente, nem melhor. Estudou-a nos salões, nos teatros, nas ruas. Em vários de seus livros, a sociedade carioca passa, sob uma análise aguda, percuciente, mas branda e irônica. A hipocrisia dos homens ali vive estampada e no seu livro, a meu ver o mais filosófico de todos, *A mulher e os espelhos*, está estereotipada, em flagrantes dignos dum Maupassant, a alma trágica de todas as mulheres. Mas onde o João do Rio primou, de modo talvez pouco intencional, mas seguramente porque era esse o ímã de seu temperamento, foi na exaltação da rua, da alma encantadora das ruas. A rua é a enxurrada social. Por ela rolam tanto os diamantes mais puros, como as imundícies mais repelentes. A imagem da rua é a sarjeta. E ele foi buscar, uma a uma, para mostrá-las ao seu público, e repugnâncias que ela canaliza... Era um hábito antigo, nunca perdido, de João do Rio andar a pé... [...] E João ía, nos seus passeios solitários, olhar a alma da rua para defini-la. Por isso, toda a sua obra literária e jornalística, que sei eu, toda a sua vida, tem o aspecto trepidante de um automóvel que passa, de um carro que rola com rumor, de um comboio de estrada de ferro sofreado pelos freios em frenéticos e frustrados desejos de abalar... Aí temos o homem e o seu urbanismo (PÁGINA LITERÁRIA, 8 de agosto de 1926).

## Aurélio Buarque de Holanda

Quem havia presenciado o jovem alagoano Aurélio Buarque de Holanda Ferreira circulando nas tertúlias literárias dos grêmios ou integrando as constantes discussões intelectuais sobre as quais vivia Maceió entre as décadas de 1920 e 1950 – o período mais significativo do século para a literatura do estado –, não poderia imaginar que seu percurso letrístico iria tão longe. Aos 17 anos, já deixava transparecer aos companheiros das instituições que frequentava a seriedade e o entusiasmo com que tratava as letras, sendo escolhido para exercer o cargo de secretário do Grêmio Guimarães Passos, do qual também foi fundador. Classificado pelo historiador Moacir Medeiros de Sant’Ana (1988) como um dos “meninos impossíveis de Alagoas”, Aurélio podia ser considerado um desses jovens prodígios, capaz de surpreender as mais provincianas e diminutas localidades, como era a Passo de Camaragibe onde nasceu, em 3 de maio de 1910, e teve os primeiros contatos com a Língua Portuguesa. Foi na *Página Literária* do *Jornal de Alagoas*, editada em 5 de setembro de 1926, onde, aos 16 anos, publicou sua primeira composição poética: *Mãe*. O poema, dedicado a Campelo de Almeida, aparece com a assinatura de Buarque Ferreira, na seção *Gente moça* – pensada por Lobão Filho como espaço exclusivo à democratização de versos com a autoria de noviços na poesia.

Aurélio, que anos mais tarde receberia todas as honrarias como o mais consultado dicionarista do Brasil, prosseguiu compondo outros sonetos, poemas e crônicas em outros jornais maceioenses, como *O semeador* e *A república*. Neste último, inclusive, escreveu crônica tecendo ácidas críticas a “certos poetas futuristas que se limitavam a ler o *Lanterna Verde* (de Felipe de Oliveira), o *Epigramas irônicos e sentimentais* (de Ronald de Carvalho) e outros depósitos semelhantes de asneiras revoltantes” (SANT’ANA, 1980, p. 85).

Em meados de 1928 – mesmo ano da visita de Mário de Andrade e Manuel Bandeira a Maceió –, ainda como escritor assíduo dos periódicos maceioenses, anunciava aos leitores do *Jornal de Alagoas* a realização da Festa da Arte Nova, informando o caráter formalmente modernista que a literatura alagoana assumiria dali em diante, onde “seriam lidas páginas leves de literatura moderna, cheias de ironias esfuziantes e de paradoxos malcriados” Ferreira (1980 apud SANT’ANA, p. 85). No entanto, foi na revista *Maracanan* que revelou sua inclusão na escola do Modernismo com a publicação de *Árvore humana*, interpretado como



seu primeiro poema de tom modernista, ao qual dedicou a outro “menino impossível de Alagoas: o jornalista e escritor Valdemar Cavalcanti. Sua rendição à nova poesia gerou uma série de versos, divulgados em jornais e revistas de Alagoas e Pernambuco, durante os anos 30, a exemplo de *A casinha pobre da minha rua*, *Praça abandonada*, *Poema da noite alta*, *Noite*, *Silêncio*, *Solidão*, dentre outros.

Sobre Aurélio, há referências atualizadas sobre sua trajetória de dicionarista, filólogo, tradutor e lexicógrafo. Uma delas recebeu o título de *Marulheiro: viagem através de Aurélio Buarque de Holanda*. Obra publicada em 2008, pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal), onde o autor, o sociólogo e escritor da cidade de Viçosa Marcos Vasconcelos Filho narra uma série de histórias e detalhes da vida do homem e intelectual desde os primeiros passos em Alagoas até seguir para o Rio de Janeiro, em fins da década de 1930. Outra referência recente é o caderno especial *100 anos de Aurélio*, encartado no extinto *O Jornal*, em 3 de janeiro de 2010, onde também se encontra reconstruída boa parte de seu percurso como homem e dicionarista.

Embora, nessa primeira fase de circulação, o projeto editorial da *Página* priorizasse a autoria nordestina – de Alagoas e de outros estados da região –, em alguns de seus números houve a expressão de dois importantes representantes da literatura nacional: Olavo Bilac e Euclides da Cunha. A republicação de textos escritos por ambos no corpo editorial da *página* merece algumas considerações: tratava-se Olavo de Bilac de um escritor de expressão inequivocamente parnasiana desde a publicação de *Poesias*, em 1888 – e de sua popularidade como “príncipe dos poetas brasileiros”, assim eleito em 1907; um ano após apresentar o festejado *Hino à bandeira do Brasil*. Euclides da Cunha escreveu *Os sertões* (refiro-me à reportagem sobre a Guerra de Canudos, assinada por Euclides da Cunha como correspondente enviado à Bahia e publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1897, que originou a obra) quando ainda não havia eclodido o Parnasianismo no Brasil. Todavia, a publicação de *Os sertões* em livro ocorreu em pleno nascimento do chamado pré-modernismo (1902-1922), de cuja dicção crítica e contestadora lançada ao nacionalismo do período também fizeram parte Lima Barreto, Augusto dos Anjos e Monteiro Lobato.

A qualificação das propostas literárias dos dois autores cariocas relaciona-se, de alguma forma, com o projeto editorial da *Página* do JA, se o examinarmos sem qualquer presunção ou segregação modernista. Isto quer dizer que, diante da situação de Alagoas inicialmente pouco eufórica à poética do Modernismo e da alma parnasiana dos seus poetas mais experientes, era compreensível que os critérios de edição textual utilizados por Lobão Filho sobre escritores de outras escolas (não-modernistas), como Bilac e Euclides da Cunha,

encontrasse plausibilidade em sua publicação. Isto leva a crer não ter a *Página Literária*, nos seus números iniciais, se constituído à maneira ideológica formalmente modernista. Como não o era a literatura em Alagoas, em 1926. Isso se confirma nos artigos *O ideal patriótico em marcha! Aos estudantes da Faculdade de Direito de S. Paulo* e *Machado de Assis*, escritos por Olavo Bilac e publicados nas páginas de 25 de julho e 29 de agosto de 1926, respectivamente. E nos ensaios sociais assinados por Euclides da Cunha, intitulados *A última visita* (veiculado na edição de 15 de agosto) e *O sertanejo* (3 de outubro de 1926). Vejamos alguns trechos dos textos citados:

#### O ideal patriótico em marcha

Moços de S. Paulo, estudantes de Direito, sede também os estudantes e os pioneiros do ideal brasileiro! Uni-vos a todos os moços e estudantes do Brasil num exército admirável, sereis os escoteiros da nossa fé! O Brasil não padece apenas de falta de dinheiro: padece e sofre de falta de crença e de esperança. [...] Dai-lhes os vossos braços, dai-lhe as vossas almas, dai-lhe a vossa generosidade e o vosso sacrifício! Não espereis o dia em que, deixando esta casa, iniciardes a vossa afetiva existência cívica, para o trabalho público, para a agitação social, para a política (PÁGINA LITERÁRIA, 25 de julho de 1926).

#### Machado de Assis

Seria uma ofensa à memória do mestre qualquer manifestação que destoasse da sobriedade encantadora e do recato severo que governaram a sua vida artística e a sua vida íntima, a sua teoria literária e o seu estilo. [...] Machado de Assis temia, acima de tudo, o barulho e a cintilação as palavras vazias, que tanto agradam aos espíritos fúteis. [...] tudo nele aconselhava e pedia, não o aplauso frenético, mas a afeição sincera e a consideração inteligente (PÁGINA LITERÁRIA, 29 de agosto de 1926).

#### A última visita

Na noite em que faleceu Machado de Assis, quem penetrasse na vivenda do poeta, em Laranjeiras, não acreditaria que estivesse tão próximo o desenlace da sua eternidade. [...] Realmente, na fase aguda de sua moléstia, Machado de Assis, se por acaso trazia com um gemido e uma contração mais viva o sofrimento, apressava-se em pedir desculpas aos que assistiam, na ânsia e no apuro gentilíssimo de quem corrige um descuido ou involuntário deslize. Timbravam em sua primeira e última dissimulação, a dissimulação da própria agonia, para não nos magoar com o reflexo da sua dor. A sua infinita delicadeza de sentir, e de agir, que no trato vulgar dos homens se exteriorizava em timidez embaraçadora e recatado retraimento, transfigurava-se em fortaleza tranquila e soberana (PÁGINA LITERÁRIA, 15 de agosto de 1926).

#### O sertanejo

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o rachetismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hercus-Quasimado, reflete no aspecto a lealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros

desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. [...] É o homem permanentemente fatigado. Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude. Entretanto, toda essa aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor de que vê-lo desaparecer de improviso. [Revela-se a todo momento, em todos os pormenores da vida sertaneja – caracterizado sempre pela intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas (PÁGINA LITERÁRIA, 3 de outubro de 1926).

Na mesma *página* de 29 de agosto de 1926, onde Bilac havia ovacionado a escrita e a personalidade de Machado de Assis, o escritor cearense Humberto de Campos manifestava-se sobre os brios da poética bilaquiana:

A obra poética de Olavo Bilac representa, sozinha, um capítulo da nossa história literária. Ela constitui, na sua singeleza, na sua graça, na sua majestade sem arrebatamentos, um córrego cristalino, a fluir solitário, de fontes desconhecidas na região. A sua poesia provém, através das camadas subterrâneas de Petrarca e de Bocage. [...] No terreno das nossas letras, onde os seus contemporâneos tomavam as formas e as cores mais variadas e impressionantes, ele permaneceu aquilo que sempre fora: o diamante claro, de água puríssima (PÁGINA LITERÁRIA, 29 de agosto de 1926).

#### 4.3 Os autores: 1946

Após uma interrupção de vinte anos em sua circulação, a *Página Literária* do *Jornal de Alagoas* voltou a ser veiculada em meados da década de 40. As novas edições, distribuídas entre julho e setembro de 1946, surgiram dez anos após o JA ter sido integrado aos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Partilhavam de um ambiente citadino que aos poucos incorporava os ares urbanos de uma capital que havia servido à formação e ao desenvolvimento de muitos dos seus homens com saber expandido ao Rio de Janeiro. Quando surgiu o primeiro número dos oito publicados no período, os alagoanos Jorge de Lima, Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda e Aloísio Branco já haviam deixado o estado em busca dos horizontes promissores da capital carioca. Os escritores residentes na cidade estreitados em 30, José Lins do Rêgo e Rachel de Queiroz, também estabelecidos no Rio de Janeiro, davam continuidade às conversas iniciadas nos cafés do centro maceioense, juntando-se ao grupo de Alagoas nas famosas livrarias e confeitarias da terra de Machado de Assis, Bilac e Euclides da Cunha. Enquanto os poetas nordestinos e os de Alagoas tentavam se

firmar sob a tônica do neomodernismo e do neorregionalismo que tomavam conta da literatura do país.

Ao mesmo tempo, a *Página* assumia um novo layout, sendo apresentada com discretos contornos gráficos em relação aos números de 1926: os textos passaram a ser publicados em frente e verso, o nome dos autores não mais dispostos ao final de cada publicação, e sim na parte superior dos artigos, crônicas, ensaios ou poemas; o título *Página Literária* adotou caracteres mais finos e menos destacados em sua grafia; e houve a inclusão de anúncios publicitários. Outras mudanças ocorreram, com destaque ao texto principal de cada página e à renovação no quadro de colaboradores, com a instituição de novos espaços à publicação dos textos. Um desses espaços, nomeado *Notas de crítica literária*, tinha Antonio Cândido como seu único colaborador. Na sua contribuição à *página* de 7 de julho de 1946, a primeira da nova fase, Cândido – em artigo intitulado *Crítica de poeta* – trazia referências ao gesto criativo da crítica ocasional, aquela feita pelos próprios autores da obra, em relação à crítica profissional. Para ele, “mais iluminadora e durável”: “Não há negar que as páginas mais penetrantes, os conceitos mais brilhantes, as ideias mais reveladoras sobre a nossa literatura, são encontradas sob a pena de um Machado de Assis, de um Mário de Andrade...” (PÁGINA LITERÁRIA, 7 de julho de 1946). Nas notas, citava ainda o livro de Manuel Bandeira pensado para estrangeiros, *Apresentação da poesia brasileira*, como representante legítimo do seu ponto de vista:

[...] soube o sr. Manuel Bandeira escrever um exame de grande valor, e se não produziu trabalho forte, fez obra excelente pelo gosto, equilíbrio de conceitos e uma percepção muito fina dos valores artísticos e da história literária. Aos interessados nesta última, é de referir-se à inteligência com que determina os períodos, articulando-os com a mestria de um desenhista, cuja obra, apagadas as linhas de construção, se apresenta coesa e, por assim dizer, solidária nas diferentes partes. Esta boa arquitetura do livro só foi obtida, é claro, pelo acabamento impecável dos detalhes, revelando o crítico seguro, e o sentimento dos conjuntos, próprio do historiador (PÁGINA LITERÁRIA, 7 de julho de 1946).

A presença de Cândido – que na *página* também se posiciona sobre o romance de estreia de Adonias Filho, *Servos da morte* – serve à exemplificação de uma perspectiva editorial de outra ordem assumida pelas edições de 46. Um dos pontos de confirmação está na predominância de autores literariamente formados em outras regiões do país, assim como de estrangeiros passando a reger a índole autoral da *página*. Diferentemente da autoria literalmente local e regional vista nos números de 1926. Essa prevalência por intelectuais de outras regiões, talvez trouxesse embutido o fato de boa parte dos nomes expressivos de

Alagoas já haver migrado para o destino predileto: a cidade do Rio de Janeiro. Outra característica é a prevalência do ensaio crítico ocupando quase a totalidade das páginas, em detrimento da crônica como gênero em evidência na fase anterior. Isso fica claro na reconstituição da trajetória dos seus autores, sendo a maioria homens que encontraram na atividade de crítico a notabilidade do seu traço literário e, em específico na *Página*. Crítica esta emoldurada por um tom mais coloquial.

O crítico paulista Sérgio Milliet foi outra figura destacada sobre a qual a veia analítica das páginas se afirmou. Ele, que havia dirigido a Biblioteca Mário de Andrade, trazia um passado ligado à primeira geração do Modernismo brasileiro tanto como participante da Semana de 22 quanto como tradutor de diversos poemas modernistas publicados na revista francesa *Lumiére*. Era um tipo de intelectual acostumado a travar debates proveitosos, por vezes, polêmico, com seus contemporâneos por meio do jornal. À época do surgimento da *Página* era o diretor da biblioteca Municipal de São Paulo e ainda presidia a Associação Brasileira de Escritores (ABE), o Congresso Internacional de Críticos de Arte e a Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA). Foi justamente na década de 1940 que iniciou a publicação dos dez volumes do *Diário Crítico*, com dois de seus ensaios, *Sagarana* (o livro de contos de Guimarães Rosa, publicado naquele mesmo ano de 1946) e *Água funda e outras leituras*, veiculados na *Página* do JA. O *Diário* foi publicado de 1944 a 1959 e funcionava para Milliet como meio ideal de deixar clara sua postura não só reflexiva, mas principalmente amparada na compreensão das várias vertentes sobre a arte moderna para a sociedade brasileira, que acompanhou o crítico.

No terreno estrangeiro, houve a contribuição de dois conceituados nomes: o ensaísta vienense Otto Maria Carpeaux e o escritor alemão Emil Ludwig. A Carpeaux (adaptação do sobrenome original Karpfen), o filho de pianista judeu e de violonista católica que chegou ao Brasil em 1939, há dados uníssonos, partindo dos mais variados intelectuais, inclusive dos ambientados em Alagoas. Esses dados revelam um autor que, com sua formação germânica, soube interferir na literatura de um Brasil ainda propício, àquele tempo, a galicismos e lusitanismos no uso da língua. Sua interferência consistia em atualizar o escritor e o leitor brasileiros acerca dos projetos de autores como Franz Kafka e de outros escritores oriundos de localidades ainda literariamente desconhecidas ao brasileiro. Na *Página* do JA, não chegou a ser uma presença necessariamente constante, porém coerente aos ideais editoriais do seu tempo. Na edição de 25 de agosto de 1946, a pena analítica de Carpeaux voltou-se ao ensaio cujo título, *Conversa de Cachorros*, é uma tradução de *Coloquio de los perros*, a última e atemporal novela escrita por Miguel de Cervantes:

[...] um dos livros permanentes da humanidade. A autobiografia do cachorro Berganza – a sua vida entre os pastores que roubaram as ovelhas e acusaram a sagacidade dos lobos e a inércia dos cães e com os filhos do burguês, os quais acompanhou às aulas no colégio dos jesuítas até o expulsarem dali... [...] Coloquio de los perros seria pierce de resistance numa publicação antológica, nunca antes concedida nem realizada: uma antologia do cão, monumento de criatura de honestidade inquebrantável e olhos melancólicos, companheiro do homem desde tempos imemoriais: os seus ossos já aparecem junto com os ossos humanos da maior antiguidade antidiluviana (PÁGINA LITERÁRIA, 26 de agosto de 1946).

Já o escritor alemão Emil Ludwig aparece com destaque, no número de 4 de agosto de 1946, em fartas referências à genialidade do cientista Alexis Carrel. O texto, enviado de Nova York, teve reprodução autorizada pela American Authors Alliance aos Diários Associados, dois anos após a morte do médico francês naturalizado americano. A história de Ludwig começou a ser catalogada desde a publicação de *Goethe: História de um homem*, em 1920, seguida de *Rembrandt* (1923), *Napoleão e William II*, ambas editadas em 1925. Foram estas narrativas grafadas nos anais da literatura mundial por introduzir o gênero biografia de cunho histórico-psicológico. A partir de sua leitura, os conhecedores de seu percurso passaram a ter acesso ao seu intento de compreensão da figura do gênio, antes de tudo, por critérios jamais arredados de sua condição humana.

Ao adentrar na alma do método de Carrel, como um “gênio do mal”, quando já havia voltado a Suíça (onde assistiu à destruição pública de toda a sua obra, traduzida para cerca de 27 idiomas), Emil Ludwig buscou conhecer seu comportamento mais íntimo. Dizia no ensaio: “Poucos anos antes de sua morte, tive a oportunidade de observá-lo intimamente. Pude formar uma imagem de sua personalidade e filosofia como talvez poucos contemporâneos tenham conseguido” (PÁGINA LITERÁRIA, 4 de agosto de 1946). Definindo Alexis Carrel como o primeiro homem a provar a eternidade da matéria ou a chamada imortalidade da alma, traçou todo o percurso de sua vida de biólogo e cientista, desde a morte do pai negociante de sedas em Lyons a temas bem subjetivos, como vida, velhice e religião, que afirmaram sua ciência ao mundo.

Na mesma edição, a pouco conhecida poetisa Adalgisa Nery apresentava-se com os versos de *Símbolo*. Nascida no Rio de Janeiro, onde também atuava como jornalista e prosadora, traz alguns dados biográficos significativos, como a união conflituosa com o pintor Ismael Nery, reconhecido no seu estado de origem, o Pará, como um dos precursores do Modernismo, e uma marcante ligação com a política, elegendo-se deputada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo cassada após o Golpe Militar de 64. Entre as décadas de 40

e 70 escreveu livros que provavelmente tiveram algum alcance em seu meio intelectual, dentre eles, os poemas de *A mulher Ausente* (1940), *Ar do Deserto* (1943) e *Cantos da angústia* (1948). Em 1957, escreve um de seus romances mais famosos, *A imaginária*. Todos demarcadores de uma escritora modernista de dicção sombria. O poema *Símbolo*, pode-se dizer, um legítimo representante desse traço:

Eu ficarei com o meu destino  
 Que é a soma dos destinos alheios  
 Trazidos como o pólen perdido nos ventos sem direção.  
 Os destinos fecundados nas formas sem reflexos,  
 Sem unidades e sem harmonia,  
 Os que desabrocham como as flores raras e sem perfume  
 Que vemos nos galhos das árvores mortas  
 Eu ficarei com o meu destino  
 Fragilmente nascido nos ímpetos das tristes e humildes alegrias

Dos seres que não passaram de sombras imprecisas  
 Afloradas timidamente na imensidade  
 Da noite sem fim.  
 Eu ficarei com o meu destino  
 Serena, firme  
 Sem o exaspero das lágrimas  
 E a contorção do desespero  
 Das almas que caminham no descampado  
 Ficarei estendida entre o céu e os mares na linha do horizonte  
 Com o meu destino que é o destino dos homens perdidos  
 E às vezes serei pressentida  
 No mágico símbolo de um arco-íris (PÁGINA LITERÁRIA, 4 de agosto de 1946).

Apesar de em 1946 as páginas terem circulado por um curto período, alguns escritores tiveram uma presença mais frequente, a exemplo de Rachel de Queiroz. A afinidade da autora do Ceará com o ambiente jornalístico e literário de Alagoas vinha sendo firmada desde os anos 30. Residindo temporariamente em Maceió, firmou laços com os escritores Graciliano Ramos, Jorge de Lima, José Lins do Rêgo, Aurélio Buarque de Holanda, dentre outros, passando a partilhar, portanto, do viço intelectual de uma capital que poderia ser distinguida na história literária brasileira como um capítulo à parte diante do conceito assumido por suas letras em âmbito nacional (retomo aqui as influências da Roda intelectual da Maceió a qual Rachel de Queiroz esteve ligada). Inseria-se, dessa forma, no rol dos autores que exerceram influência sobre os escritores da cidade, ao mesmo tempo em que a cidade favorecia, de certa maneira, a sua formação.

No caso de Rachel de Queiroz, que chegou a Alagoas já trazendo na bagagem as composições de *O quinze* (1930) e de *João Miguel* (1932), digamos ter esse favorecimento

ocorrido, sobretudo, no terreno da crônica. Era uma cronista em potencial. Foram mais de mil textos sobre a vida cotidiana escritos para jornais e compilados em livros. Três deles, *Prosa e verso*, *Partir* e *O suicida*, fizeram parte de algumas edições da *Página Literária* do JA. No ensaio *Prosa e verso*, fez irromper, em tom repreensível, suas posições sobre a involução percebida na congregação de letrados sacerdotes do clero católico, comum àquela época, à proposta de renovação da inteligência de seu tempo. Dizia o ensaio:

A nossa geração se iniciou nas letras com a despreocupação do bem escrever. Surgindo cerca de uma década após a revolução modernista de 1922, ainda não pisávamos em chão bem firme, e o fato é que confundíamos muito a liberdade com mau gosto, brasileirismos, com solecismos. Mas penosamente, esforçadamente, cada um foi melhorando, descobrindo seus excessos, suas falhas, e até mesmo os seus ridículos. A linguagem descosida foi tomando maior unidade. E hoje, afinal, a grande maioria dos escritores brasileiros já é senhor do justo equilíbrio, tão indispensável a todo artista. Chegou a mais, apurou-se de tal maneira, que apresentamos mestres do bem escrever, tais como Ciro dos Anjos, Guimarães Rosa, Cecília Meirelles, para citar poucos. A par dessa evolução opera-se, contudo, em outro setor da inteligência brasileira, um fenômeno de regressão, uma espécie de involução lamentável: o nosso clero católico, que sempre foi um clero de letrados, o maior fornecedor das academias, do magistério e do jornalismo nacionais, apresenta atualmente na imprensa uma equipe singular, cujo estilo de propaganda religiosa, de combate ao ateísmo e ao comunismo, só se pode classificar, com licença da palavra, de capadócio (PÁGINA LITERÁRIA, 14 de julho de 1946).

A crônica *Partir* foi impressa no número de 21 de julho de 1946. É compreensível a identificação de sua narrativa como a alma social marcante à índole da pena queiroziana. Nela, a autora aproveita-se da partida do escritor Monteiro Lobato para a Argentina e discorre sobre a essência de viajante comum a todos os homens, diante do seu desejo de mudar de rumo. E ainda tece molduras sobre o mundo moderno, habitado pelo homem moderno: cansado de “sua vida, de seu nome, de seus amores, de seus desenganos”. *O suicida* foi a narração do domingo seguinte. A história do jovem aficionado por provocar a própria morte, tecida pela lucidez ficcionalizada de Queiroz, dividia o espaço na *página* com os intelectuais Raul Lima e Romeu de Avelar. Alagoanos com contribuição assídua aos exemplares de 1946.

Raul Lima tratava-se de um jovem intelectual de longa estrada na literatura e na imprensa alagoanas. Trazia as mesmas origens de Aurélio Buarque de Holanda. Origens interioranas de Passo do Camaragibe, onde ambos nasceram. Irmão do historiador Félix Lima Júnior, vinha de uma época em que as letras exerciam certo poder e sedução e eram dignas do respeito de quem as lia. Sua história com o *Jornal de Alagoas* começou em 1927, quando passou a assinar a coluna diária *Registro Social* (espaço reservado aos assuntos literários antes do surgimento da *Página*) sob o pseudônimo Ramil. Um dos textos mais marcantes a essa



época foi a crônica sobre a noite maceioense, publicada na edição de 8 de março de 1927 do JA. A composição foi escrita para os exames do curso preparatório de Português do velho professor Higino Belo, sem qualquer intenção de publicização futura. Mas o mestre, como lembra Moacir Medeiros de Sant’Ana (1980), considerou-a publicável.

Foi também no principal diário do estado onde um dos “meninos impossíveis de Alagoas” compôs uma página inteira endereçada ao público feminino, assinada com o pseudônimo Vivian. Mesma época em que ascendeu como jornalista metropolitano (ou jornalista da cidade), outro fato marcante a sua trajetória, após escrever um artigo onde deixava expresso o período significativo vivido pela literatura caeté. *O momento literário em Alagoas* foi publicado na edição de aniversário do jornal carioca *Actualidade*. Também no Rio de Janeiro, para onde *migrou* em 1940, assumiu a direção do suplemento literário do jornal *Diário de Notícias*. Suplemento este que recebeu o Prêmio Paula Brito. E ainda dirigiu o Arquivo Público Nacional (APN). Justamente, uma das instituições a qual dedicou o artigo *Revistas oficiais*, publicado no espaço nomeado de *Momento Literário da Página do Jornal de Alagoas* de 4 de agosto de 1946:

De iniciativas registradas aqui e ali, no campo da publicidade oficial, em condições de servir realmente à cultura, divulgando documentação histórica, estimulando a perquirição sociológica, algumas subsistem e dignas de lembrança e louvor. É interessante notar que as melhores realizações, no gênero, pertencem a prefeituras municipais. Não há estudioso das coisas de São Paulo, de etnia brasileira e de outros altos assuntos, que dispense a leitura da Revista do Arquivo Municipal, da capital paulista, nem, em geral, que não aprecie, depois de conhecê-la. Suas páginas têm recolhido excelentes estudos sociológicos, históricos, etnográficos, econômicos, etc, além de textos de velhos documentos.

[...]

Sente-se que estão a dever a publicação de órgãos seus, dignos de seus misteres, o Instituto Nacional do Livro e a Casa de Rui Barbosa, como também o novo Instituto Rio Branco, todos, aliás, completando iniciativas de maior vulto, como é a nova edição de livros de escritores antigos, patronos quanto às duas últimas instituições. Por outro lado devemos regozijar-nos amplamente de que, enquanto o D. N. I. não passar a compreender que a missão de um serviço oficial de publicidade, não é endeusar a pessoa e as pessoinhas do chefe da nação e seus netos e afilhados, também não esteja editando revista nenhuma (PÁGINA LITERÁRIA, 4 de agosto de 1946).

Lima trazia ainda um histórico com o Grêmio Guimarães Passos. Chegou à agremiação aos 16 anos de idade, recepcionado por Aurélio Buarque de Holanda, para ocupar a cadeira do poeta alagoano Cyridião Durval. De lá saíram muitos dos seus comentários sobre a atuação da juventude das agremiações literárias, que começava a se aproximar do Modernismo pelas vias de Jorge de Lima, e até sobre um suposto ostracismo em que

inevitavelmente a Academia Alagoana de Letras (AAL) iria incorrer se não fosse partícipe de uma renovação no pensamento literário de seus membros. Embora, suas considerações ainda passassem a largo de qualquer postura mais afetiva em relação ao Movimento Modernista. Talvez, Raul Lima tenha sido dos intelectuais alagoanos um dos mais resistentes à poesia moderna, vendo-a como uma “desastrada escola”, denominada “marinetismo”. Era um jornalista declaradamente afeito aos “deuses do parnaso”, dispondo-se à leitura dos sonetos de Alberto de Oliveira e aos versos soltos de Álvaro Moreyra “com o mesmo sorriso de êxtase” Lima (1980 apud SANT’ANA, p. 81-82).

Certamente, essa postura – com trânsito entre a crítica literária e a investigação jornalística – contribuiu para sua participação em praticamente todas as edições da página de 46. Na edição de estreia, no domingo de 7 de julho de 1946, publicou o ensaio *Tipos e personagens*. Além deste, escreveu *Livros chilenos* (21 de julho de 1946), *Bibliografia eceana* – onde reflete sobre os estudos proveitosos da obra de Eça de Queiroz na página de 28 de julho de 1946 – e *Correio de França – A imperialista*, publicado em 11 de agosto de 1946.

Os outros dois alagoanos consideravelmente participativos à *Página* foram Manuel Diégues Júnior e Romeu de Avelar. Diégues Júnior foi uma espécie de modelo intelectual aos seus congêneres. Quando tinha 15 anos, fez de sua residência, no bairro da Pajuçara, ponto de encontro dos rapazes do Guima. Assim fundou o Grêmio Guimarães Passos – com o jornalista Raul Lima como o segundo secretário e o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda o primeiro. Tal fundação foi efetivada no fulgor da poesia modernista em Alagoas, provocado pela notícia da impressão dos 300 exemplares iniciais de *O mundo do menino impossível* (como já citado, o primeiro poema modernista de Jorge de Lima), em tipografia no Rio de Janeiro, dois meses antes do surgimento do Guimarães Passos. Aluno de Gilberto Freyre, formou-se sociólogo, com um extenso número de publicações. Foi um dos autores que mais publicou em Alagoas, entre artigos, livros e discursos, de cunho tanto nacional quanto regional: *Etnias e culturas no Brasil* e *O engenho de açúcar no Nordeste*, ambos publicados em 1952; *População e açúcar no Nordeste do Brasil* (1954); *Estudos de relações de cultura no Brasil* (1955); *Estudos de assimilação cultural no Brasil* (1956); *População e propriedade de terra no Brasil* (1959), dentre outros.

A participação de Diégues Júnior na *Página Literária* do JA ocorreu quando já havia deixado Alagoas para viver no Rio de Janeiro. O artigo *Poesia popular* aparece como uma das mais didáticas contribuições sociológicas ofertadas ao leitor alagoano na edição de 14 de julho de 1946:

Há uma riqueza poética, se não também lírica, na poesia popular. De um lado, sua espontaneidade, suas palavras simples, seus atavios de eloquência; de outro, a naturalidade dos versos, o encanto do lirismo que os penetra; tudo isso faz da poesia popular um dos campos mais interessantes e profundos para ser estudado. Seus diversos aspectos reclamam mesmo maior atenção de modo a observar-se o mundo de sugestões que emanam dessa poesia. Podem encontrar-se dois aspectos fundamentais na poesia popular: aquela que é tradicional e a espontânea ou inspirada no momento, isto é, a improvisada. A poesia tradicional vai passando de poeta a poeta, de cantador a cantador, e quase sempre se refere a assuntos antológicos, históricos, amorosos, geográficos; é o chamado verso feito. [...] Tudo isto tem suas fontes, fontes bem ricas e expressivas; é o povo essa fonte. É o povo que cria tipos ou narra histórias, como as magníficas narrativas de cangaceiros ou romances de amor que se encontram comumente na literatura de cordel (PÁGINA LITERÁRIA, 14 de julho de 1946).

A *Página Literária* de 28 de julho de 1946 trazia como um dos destaques conto assinado pelo autor de um dos mais importantes documentos literários sobre Alagoas. Romeu de Avelar, batizado Luís de Araújo Morais no município alagoano de São Miguel dos Campos, escreveu *Coletânea dos poetas alagoanos* (1959) treze anos após ter publicado *O louva-a-deus e a mosca* na *Página* do JA. Avelar, jornalista e teatrólogo, era também um contista conhecedor das coisas da terra. Falava sobre o inseto de costas curvadas em posição de reza com a intimidade de um poeta crescido no meio rural, como era a localidade de São Miguel dos Campos onde nasceu, nos fins do século XIX. Transformou em fábula uma cena cotidiana à natureza que cerca o viver do homem interiorano; deu-lhe expressão. Sua história com contos e crônicas foi escrita desde o tempo de estudante. Não à toa, foi um dos nomes à frente do lançamento da *Frou-frou*, em 1924, no Rio de Janeiro.

Era uma revista com temas voltados à moda, cinema e eventos sociais. Juntamente com *A cigarra*, havia conquistado a aceitação da leitora brasileira e trazia resquícios das lendárias publicações dirigidas às senhoras do século XIX, como a *Espelho diamantino*, de 1827. Em Maceió dirigiu os jornais *A imprensa* e *Diário de Maceió*; em Recife, a revista *Brasil literário* e no Rio, o jornal *O panfleto*. Com *Crônicas de ontem e de hoje*, conquistou o Prêmio Othon Bezerra de Mello, concedido pela Academia Alagoana de Letras (AAL). Romeu de Avelar era um intelectual preocupado em registrar o percurso dos principais antepassados e dos ilustres que ajudaram a compor o passado letrado do estado. Com esse intento publicou obras como *Figuras da terra* (1963), onde relata ocorrências pitorescas envolvendo alagoanos como Costa Rego, Guedes de Miranda, Graciliano Ramos, Aurino Maciel, Domingos Fernandes Calabar, dentre muitos outros; *Antologia de contistas alagoanos* (1970), além de peças de teatro e artigos, publicados especialmente na revista da AAL.

Além dessa autoria local, participaram da segunda fase da *Página Literária* do *Jornal de Alagoas* de 1946 os intelectuais Mário Souto Maior, Gilberto Freyre, Cândido Mota Filho, Sylvio Rabelo, Ayres da Mata Machado Filho, Permínio Asfora, Túlio Hostílio Montenegro, Paulo de Castro Silveira, José Maria de Albuquerque, Paulo Ronai, J. Silveira, José Mariz de Moraes, Edson Fontes, Homero Senna, A. Simon, Agrippino Grieco, Theophilo de Andrade e Breno Accioly. Tratavam-se estes, e todos os outros nomes aos quais nos referimos neste tópico, de escritores que, se não formalmente neomodernistas, não estiveram alheios aos rumores provocados pela geração de 45. Por sua própria condição na história da literatura brasileira, pergunto até que ponto é legítimo adentrar no suceder histórico dessa geração apenas com a finalidade de situá-la analogicamente a partir do instinto parnasiano e geracional em sentido estrito, sobre o qual se embasa a crítica que a recepcionou.

Desde o princípio, a corrente poética de 45 costumava ser abordada a partir de inferências generalizadas a respeito de uma ideia de poesia retrógrada, de canto das palavras, diante de um regresso à erudição estética vocabular nos critérios da “velha tradição”. Na contramão, é interessante pensar nesses autores dentro de um perduto de um cânone literariamente essencial à aura dos escritores: o do poeta como artífice das palavras, e a poesia como ofício artesanal. Assim, repensando sua índole criativa, inscrevê-los na história da poesia brasileira a partir de uma atitude no poetar que haveria de ser recomposta na bagagem de um Brasil e um mundo envolvidos com as novas propostas econômicas e político-sociais com o fim da era Vargas e da Segunda Guerra. Havia ainda o lamento coletivo das letras nacionais pela morte de Mário de Andrade de um lado; de outro, a celebração ao inovar da linguagem de Guimarães Rosa, revolucionando os conceitos literários até então sedimentados no escritor brasileiro.

Havia uma consciência histórica às referências da geração de 45. De um lado, Domingos Carvalho da Silva, Péricles Eugênio, Tristão de Athaíde e Sérgio Millet; do outro, João Cabral de Melo Neto, Clarice Lispector, Ariano Suassuna, Lygia Fagundes Teles, Mário Quintana, Guimarães Rosa, Ferreira Gullar e, de Alagoas, Lêdo Ivo. O alagoano detinha uma fôrma de poesia e desta se utilizava como uma espécie de tribuna ao falar do povo. Constituiu-se como um poeta representativo das experiências humanas mais pessoais. Sua formação não recebeu a tônica inicial dos homens de 45, de rebuscamento do verbo. Consolidou-se sobre uma palavra poética cujo tratamento era o comum, o cotidiano, que de tão rotineiro e próprio ao homem pareciam imperceptíveis e necessitados do trato do verbo poético para ser visto. Lêdo Ivo tornou-se um dos mais bem quistos autores dessa geração. Sua ausência na segunda fase da *Página* do JA era justificada por um motivo simples: sua

renúncia ao viver alagoano para se fixar no Rio de Janeiro, o que ocorreu três anos antes do aparecimento dos números de 1946. Já residindo na capital carioca, publicou o livro de poesias *As imaginações*, em 1944; *Ode e elegia* (1945) e mais uma diversidade de obras, entre antologias, crônicas, contos e ensaios. Só em 1973 é que publica a sua mais polêmica e conhecida obra: o romance *Ninho de cobras: uma história mal contada* (1973).

Dentre todos os intelectuais defensores dessa corrente, o crítico Sérgio Millet é o único, desta fase, a comparecer à *Página Literária* do JA. Como concluímos parágrafos atrás, nos ensaios do seu *Diário Crítico*, não havia evidências do rigor formal da linguagem retomado pelos primeiros pregadores da corrente vista como neomodernista ou neoparnasiana. No entanto, a escolha de Millet pela análise de *Sagarana*, o livro de um autor considerado o ápice da inovação da linguagem do escritor como foi Guimarães Rosa, legitimando-o como um dos expoentes mais aplaudidos da terceira fase do Modernismo, constitui, por si só, uma maneira de manifestar a ligação – ainda que intrínseca – da literatura daquele momento com a tônica pós-modernista de 1945.

O tom precavido à leitura dos contos de *Sagarana* do ensaio de Millet deu-se justamente pela cintilação da palavra própria à obra. E própria à pena de Guimarães Rosa. Referia-se a recursos linguísticos que de tão originais poderiam ofuscar o entendimento da matéria poética em si, buscada pelas vias do Regionalismo como meio de fazer valer um novo princípio literário de prosa. Como se a palavra fosse minuciosa e cuidadosamente pensada a cada trecho, personagem e discurso da obra, quer direto, quer indireto. Guimarães urgia ser lido como um autor de um “grande temperamento poético”, sendo necessário vencer suas estratégias estilística, recomendava Millet no ensaio, publicado no exemplar da *Página Literária* de 21 de julho de 1946.

Na obra de Guimarães nota-se a exemplificação de um movimento da poesia, percebido por Otávio Paz (2015), em que a linguagem aparece como elemento criador da imagem do poeta, ao mesmo tempo em que o poeta é seu íntimo criador. Assim, a poética tocada pelo moderno se pronuncia em torno de uma adoção de um gesto de escrita que se transforma, na medida em que a *página* abandona sua condição de instrumento de representação do real apenas pela intercessão de palavras que se insinuam:

(...) os homens se servem das palavras; o poeta é seu servidor. (...) A linguagem cria o poeta, e na medida em que as palavras nascem, morrem e renascem em seu interior, ele por sua vez é criador. (...) Todos os livros, todas as línguas e o próprio livro e seu autor são uma voz única, que flui num discurso circular: a palavra, fim e começo de toda história. O poema devora o poeta. (...) A música da poesia é a

música da linguagem: suas imagens são as visões que a palavra suscita em nós, não a linha nem a cor (PAZ, 2015, p. 283-287).

A partir de Guimarães Rosa, pode-se buscar um ponto de convergência do grupo de autores que compôs as páginas de 1946 com a corrente de 45 no sentido de que houve um amparo tanto em relação ao belo criativo descrito pela estética do verbo sobre a natureza quanto ao timbre espiritual sobre uma beleza que se compõe artística pelas impressões do homem-poeta. Homem e palavra vendo-se uníssonos por um instante, ambientados pela prosa ou pelo verso. No cerne do eu-literário que habita o parnaso de 45 há uma compilação de sentimentos que ora o idealiza, ora tenta recompor seu lugar devido no seio da literatura brasileira. E qual seria esse lugar? O lugar de uma poesia concebida a distância de qualquer improvisado, por isso apurada; poesia transformadora (do Modernismo), alheia a repetições arquetípicas, porque também se propôs a um realismo envolvido na experiência pessoal e nas reações do homem em seu meio. Uma poesia projetada como arte da palavra em essência. Arte e palavra lançadas a todos os homens. Indistintamente.

## 5 A POÉTICA DA PÁGINA E A LOCUÇÃO MODERNISTA

Como comprovamos em análises anteriores, a *Página Literária* do *Jornal de Alagoas* figurou como espaço de influências nos campos intelectual e jornalístico da Maceió do século XX, em momentos distintos. Havia em questão duas gerações, se não claramente, de alguma forma evidenciadas nas edições de 1926 e 1946: a modernista e a pós-modernista. Na primeira, ainda sobre os rigores de um Brasil nacionalmente mitológico pela interpretação dos Andrades paulistas (Mário e Oswald) enquanto Alagoas alcançava um crescimento literário muito mais inclinado às doutrinas e indagações sociológicas do regionalismo de Gilberto Freyre; a segunda, rotulada por um suposto retroceder parnasiano, tendo como contrapeso a artística social e o ideal renovador da linguagem nascidos, sobretudo, de homens como Guimarães Rosa.

É fato que a cada corrente de ideias surgida e absorvida pela sociedade leitora, há uma inevitável inclinação, quer por parte dos críticos, quer de estudiosos, a investigações de distintivos evidentes a cada época. Distintivos estes anunciados por indícios possíveis ao reconhecimento e à apreciação argumentativa de determinadas formas de se fazer literatura. Nesse processo, a linguagem proposta pelos escritores de uma época é fulcral ao trabalho analítico no que pese à determinação e à difusão dos discursos literários e sua repercussão no sentido cultural dessa época. É evidente que a causa modernista provocou a reação pública diante de um plano estético indissociável de outras estratégias enquanto movimento e enquanto período. Enquanto movimento, precisava de uma situação nacional propícia à recepção de uma locução assumida por uma lógica renovadora, o que também endossaria suas ações naquele momento de 1922 a 1945, compreendido por seu poder de dinamismo na história literária brasileira.

A atuação da palavra modernista propiciou ao grupo da Semana de 22 condições necessárias para tomar parte das letras brasileiras não só como movimento ou como revolução estética, mas como um “ponto de vista dentro da história da cultura nacional e ponto crítico de um longo processo histórico de diferenciação”, na visão de Alfredo Bosi (1988, p. 118). Tomemos como base alguns consensos: se o discurso que regia os próprios poetas liderados por Mário de Andrade era de que foi no livre-arbítrio sobre a expressão criativa onde esteve a força maior de sua mentalidade literária, orientados pela “tendência para transmitir, sem os embelezamentos tradicionais do academismo, a emoção pessoal e a realidade do país” (CÂNDIDO & CASTELLO, 2012, p. 11-12) e, considerando a interferência definitiva dessa

dicção moderna diante da imagem de um escritor para ser lido por todos, à medida que se desvencilhava da erudição vocabular que acabava por exaltar o caráter elitista e exótico da literatura produzida no Brasil nos anos antecedentes à nova poesia, chegamos ao seguinte raciocínio: a linguagem parece ter sido, a bem da verdade, a grande arma modernista, à medida que, por meio de um (des) modelo de escrita, possibilitou novo senso de visão da escritura poética. A respeito dessa dimensão assumida pela linguagem na evocação de sugestões estéticas, o crítico João Luiz Lafetá escreve:

[...] qualquer nova proposição estética deverá ser encarada em suas duas faces (complementares e, aliás, intimamente conjugadas; não obstante, às vezes relacionadas em forte tensão); enquanto projeto estético, diretamente ligadas às modificações operadas na linguagem e, enquanto projeto ideológico, diretamente atadas ao pensamento (visão-de-mundo) de sua época. [...] na verdade, o projeto estético, que é a crítica da velha linguagem pela confrontação com uma nova linguagem, já contém em si seu projeto ideológico. O ataque às maneiras de dizer se identifica ao ataque às maneiras de ver (ser, conhecer) de uma época; se é na e (pela) linguagem que os homens externam sua visão-de-mundo (justificando, explicitando, desvelando, simbolizando ou encobrendo suas relações reais com a natureza e a sociedade), investir contra o falar de um tempo será investir contra o ser desse tempo (LAFETÁ, 2004, p. 55-56).

Essa abertura à locução, em específico a modernista, abre precedentes a alguns questionamentos:

- 1) Sem o radicalismo da interferência do Modernismo, teria a literatura alcançado o homem comum, trazendo-o ao seu âmbito de atuação, renovando as percepções do leitor e auxiliando sua compreensão sobre o mundo e si mesmo?
- 2) Na afirmação dessa nova concepção linguística, constituída diante de um novo conceito de escritor, como este passou a culturalizar sua linguagem na sociedade do seu tempo?

Interessa-nos, aqui, abordar a locução modernista como fundamento maior à argumentação da postura renovadora do movimento, entendendo a simbologia de “abolição da república velha das letras” (BOSI, 1988, p. 115) como fator elementar ao gesto grupal dos modernos, que veio a modificar a concepção da poética no Brasil. Isso implica na ênfase não apenas sobre a autorização imposta a uma postura livre ao vocábulo, ao verso, ao parnasiano e à academia, assim como suas ligações com o traçado estilístico do nacionalismo mítico, com as nações europeias já desligadas do passadismo moral e social, com as imagens renovadas de um Brasil industrial, maquinário e metropolitano diante do homem inculto, do rústico e do retirante estrangeiro, apoiadas pelo humor disfarçado em paródias. A intenção é enfatizar, na



tentativa de modificar o pensamento literário da nação, como a locução modernista, à maneira como foi empregada, permitiu o estabelecimento de uma nova conceituação sobre a missão social da literatura enquanto prática e enquanto atitude criadora do escritor.

[...] seja tomado como movimento renovador, seja como nova estética, seja como sinônimo de literatura dos últimos quarenta anos, o Modernismo revela, no seu ritmo histórico, uma adesão profunda aos problemas da nossa terra e da nossa história contemporânea. De fato, nenhum outro momento da literatura brasileira é tão vivo sob este aspecto; nenhum outro reflete com tamanha fidelidade e, ao mesmo tempo, com tanta liberdade criadora, os movimentos da alma nacional (CÂNDIDO & CASTELLO, 2012, p. 11).

Nesse contexto interpretativo, as páginas literárias do JA mostram-se, em ambas as fases de circulação, como fios condutores à resolução dessas questões. O principal ponto de análise é extrair do seu projeto de escrita como a locução modernista empregada nesses espaços influenciou a compreensão da sociedade maceioense sobre o sentido moderno da literatura e do ser escritor. Esse comparativo torna-se possível não só pela correlação de sua época à artística do Modernismo brasileiro, mas principalmente, a partir do instante em que condensam um corpo discursivo demonstrativo dessa renovação na abordagem do fato poético, a fim de torná-lo alcançável pelo leitor comum.

É importante lembrar que a composição textual das páginas – mais adiante serão assinaladas as circunstâncias em que isso ocorre – constituiu-se não propriamente diante da imagem heroica de um Brasil e de um brasileiro resolvidos no imaginário como lenda ficcionalizada, modelada pela estética inicial do movimento. Diante das propostas discursivas modernas, advogavam por uma palavra poética sensibilizada pelo senso de contradição e conhecimento das questões humanas universais em um modelo de discurso conquistado pelo amadurecimento dos poetas a certa altura do Modernismo, sobretudo entre os decênios de 1925 e 1935, confirmado por Antonio Cândido e Aderaldo Castello (2012) em obra antológica sobre os efeitos do período na literatura brasileira. Isto é, o ponto de interesse dos colaboradores parecia girar em torno do plano modernista elaborado a partir de uma linguagem manifestada sobre a experiência de vida dos homens para, então, consumá-la no texto literário a partir de seu reconhecimento e reflexão.

Para situar satisfatoriamente essas questões; ou melhor, as ações e influências confiadas à linguagem modernista na *Página* do JA, é preciso levar em consideração que as razões revolucionárias do Modernismo não foram totalitariamente de ordem artística externa. Havia toda uma situação interna – retomando aqui a terminologia de Bosi –, abarcando tanto a

brasilidade heroica, lançada a um Brasil visto de forma mais arlequinal, quanto uma nacionalidade capaz de lidar com as limitações de uma ex-colônia do terceiro mundo, sobre a qual a artística externa iria incidir. Essa situação interna a qual Bosi se refere acabou por aferir a figura de um intelectual propenso tanto à pena ingênua sobre o mito brasileiro quanto à palavra de protesto ao social:

[...] uma inteligência viajeira, curiosa e crítica. Seus focos de consciência movem-se com desembaraço no interior de uma classe inquieta, pronta para zarpar – real ou metaforicamente – para os centros principais da modernidade (Paris, umbigo do mundo).... [...] A fuga do Parnaso, o contato com grupos que já tinham levado longe a dissolução de valores morais e artísticos, produzem um novo modo de ver aspectos fundamentais da existência. A interação familiar, a educação da infância, as relações homem-mulher, homem-paisagem, a vida em sociedade, as instituições políticas e religiosas, tudo vai mudando de imagem e de significado no nível da consciência. Estilhaça-se o espelho em que esta reflete e prolonga a cultura recebida. E os cacos, ainda não rejuntados por uma nova ideologia explícita, vão-se dispondo em mosaico quando os apanha o andamento de uma prosa, solta, rápida, impressionista (BOSI, 1988, p. 116-117).

Ao propor uma linguagem conduzida pelo viver habitual da civilização de seu tempo, os modernistas desestabilizaram o conceito acadêmico e parnasiano do que seria a linguagem literária. Moveram-se diante de um ideário linguístico de retirada dos adornos vocabulares dos antigos padrões vernáculos, e deram espaço a uma estrutura de língua com características não só popularescas, mas etnográficas, folclóricas, sociológicas, históricas. Transformaram os acontecimentos comuns em assunto de poesia e fizeram do escritor uma espécie de tribuna no estabelecimento de diálogos próximos ao leitor. Essa atitude textual induz a outras observações: talvez, o Modernismo não tivesse alcançado os propósitos inovadores que movimentaram suas ações sobre as letras e a nação desde o princípio, se porventura a concentração de sua força criadora houvesse se mantido apenas no primitivo, com os fins de transformar a sensibilidade nacional eivada de comportamentos sociais replicados do europeu. Tampouco, se apenas tivessem se lançado a uma linguagem de louvor à vida mecânica em manifestos, não tivessem alcançado o que se pode entender como cume evolutivo do literário nacional. Esse lugar elevado foi ocupado por um molde de locução que fez os modernistas irem além da subversão à gramática, nas constatações de Antonio Cândido e Aderaldo Castello:

Mesmo quando não procuraram subverter a gramática, os modernistas promoveram uma valorização diferente do léxico, paralela à renovação dos assuntos. O seu desejo principal foi o de serem atuais, exprimir a vida diária, dar estado de literatura aos fatos da civilização moderna. Neste sentido, não apenas celebraram a máquina, como os futuristas italianos, mas tomavam por temas as coisas cotidianas, descrevendo-as com as palavras de todo dia, combatendo a literatura discursiva e pomposa, o estilo retórico e sonoro com que seus antecessores abordavam as coisas mais simples. Daí tenderem por vezes ao estilo epigramático, à concisão elíptica, visando justamente a corrigir esta orientação monumental. [...] ‘pregaram a rejeição dos padrões portugueses, buscando uma expressão mais coloquial, próxima do modo de falar brasileiro. Um renovador como Mário de Andrade começava os períodos pelo pronome oblíquo, adotava a função subjetiva do pronome se, abandonava inteiramente a segunda pessoa do singular, acolhia expressões e palavras da linguagem corrente, procurava incorporar à escrita o ritmo da fala e consagrar literariamente o vocabulário usual (CÂNDIDO & CASTELLO, 2012, p. 12-13).

A referida citação encontra complementação nas alusões de Bosí (1988) sobre o imaginário dos homens de 22, o qual permitiu, entre outras características, ao homem rústico sua representação na obra com o linguajar que lhe era peculiar, não mais com os enfeites da prosa parnasiana:

O Modernismo rompeu, de fato, com o sertanismo estilizado dos prosadores parnasianos. Mas não o fez senão para pôr em prática um primitivismo mais radical e, em certo sentido, mais romântico; e assim fazendo, o imaginário de 22 se encontrava com o renovado irracionalismo europeu. Era um primitivismo culto, que não tolerava mais o jeito parnasiano de falar da vida rústica. Em nome de uma poética do inconsciente, 22 opôs-se às sensoriais do penúltimo nativismo. O ângulo de visão era o de intelectuais mais informados e mais inquietos, que se propunham desentranhar a poesia das origens, o substrato selvagem de uma raça; e que desejavam intuir o modo de ser brasileiro aquém da civilização, ou então surpreendê-lo na hora fecunda do seu primeiro contato com o colonizador (BOSI, 1988, p. 119).

Quanto mais a destituição do discurso solene como matriz estilística da expressão literária era efetivada, a fim de consagrar construções verbais do falar comum aos homens, mais afirmava-se as condições próprias dadas à prosa – e também à poesia e à crônica – pelos modernos. Condições estas que acabaram interferindo na leitura literária do Brasil, entre os mais diversos fatores, no sentido do estreitamento das distâncias entre escritor e leitor, segundo Antonio Cândido (2012). Esta é uma questão digna de nota por ter o grupo modernista se portado numa posição de insurreição contra o rebuscamento verbal que se pretendia clássico, mas que, no fundo, servia de endosso às distâncias elitistas entre a figura do autor e a figura do leitor.

Esse distanciamento só seria vencido no momento em que o escritor tomasse para si a fala usual para expressar temas corriqueiros. E, nesse movimento, em que o fato cotidiano se

transforma em matéria de poesia à maneira coloquial, há o encontro entre o sujeito que escreve e o sujeito que lê, partilhado também em meio ao entrelaçamento de interesses entre as condutas não mais conservadoras da linguagem em prosa de ficção e da linguagem em versos, como explica Antonio Cândido:

O Modernismo levou muito mais longe do que o Romantismo a subversão dos gêneros literários. Antes de mais nada, houve uma espécie de permuta: a poesia aproximou-se do ritmo, do vocabulário, dos temas da prosa; a prosa de ficção adotou resolutamente processos de elaboração da poesia, como é notório na fase dinâmica de 1922-1930. [...] Na poesia, nota-se desde logo um abandono das formas poéticas consagradas, que haviam sido cristalizadas pelo Parnasianismo. Há uma espécie de extravasamento geral do lirismo em formas livres, sob as quais não reconhecemos mais as estruturas tradicionais, a não ser quando o poeta intencionalmente as pratica, em sentido quase humorístico, ou com qualquer outra intenção. Na fase combativa do Modernismo, a prosa não teve o realce da poesia, mas sofreu uma transformação de igual significado, seja na ficção, seja no gênero muito importante dos escritos polêmicos e ensaísticos, que procuravam definir e defender o movimento. Em ambos os casos, assumiu feições novas. Fez-se em períodos curtos, densa, não raro elíptica, pesada de imagens, que compensavam a parcimônia da frase pela tensão expressiva de cada palavra (CÂNDIDO & CASTELLO, 2012, p. 21-28).

O experimentalismo lançado à prosa, tanto ensaística quanto ficcional, e a informalidade da poesia sobre temas, formas e ritmos, produziram uma concepção imediata sobre a artística da linguagem dos modernos, principalmente no que concerne – como já dissemos – à perda do caráter de pompa verbal, favorecendo consequentes avanços na comunicabilidade do literato diante do conservadorismo imposto pelas convenções literárias ao modo de fazer poesia. Há de se considerar elementar a presença do jornal nesse processo de integração da prosa e da poesia modernas na sociedade brasileira e, consequentemente, na proximidade entre o criador textual e o público de literatura. A interpretação da crítica de Alfredo Bosi (1988) aos anseios do sistema modernista leva a crer ter a estruturação própria dada ao discurso prosaico servido de consistência ao projeto ideológico que havia por trás da locução modernista, a qual iria encontrar nos meios impressos uma inevitável estabilidade, no momento em que também necessitava incorporar uma concisão aos moldes telegráficos:

A prosa experimental acharia nesse novo estado de coisas e de espírito a sua fecunda matriz. Prosa em que há uma alta frequência de construções nominais, de períodos breves, de deslocamentos de significado. Prosa que aspira à impressão imediata e forte, à velocidade; prosa que persegue o estilo telegráfico e a metáfora lancinante, e que vai selar alguns dos melhores textos produzidos entre 22 e 30. [...] Prefere-se o efeito de síntese à minúcia descritiva. E a história esticada no tempo cede aos faits

divers e à anedota fulminante. O modelo dessa escrita é o jornal ou o cinema. E do que restou da convenção acadêmica faz-se paródia (BOSI, 1988, p. 117-118).

Aos jornais coube fazer repercutir essa dicção da prosa e da literatura modernista em si, concedendo-lhe meios definitivos de efetivar a aproximação entre os que escreviam e os que liam. Da mesma forma que propiciaram à leitura literária ser vista como um hábito coletivo ao brasileiro desde as histórias folhetinescas do século XIX, favorecendo a integração da palavra literária à sociedade – o que acabou sendo estendido ao terreno livresco –, os meios impressos favoreceram a expansividade do novo modo de ler e escrever proposto pela locução modernista, o que pode ser visto como uma contribuição de mesmas proporções oitocentistas ofertada pela imprensa à literatura brasileira do século XX.

Nessa lógica textual de favorecimento do literário pelo jornal, a *Página* do JA podia ser vista como um veículo jornalístico quase hegemônico à prosa ensaística e ficcional (marcada na maioria das edições das duas fases) de aproximação e familiaridade do público com a palavra poética. Buscaram esse contato com o leitor alagoano não mais como um espaço restrito e exclusivo ao homem culto, diferenciado por um repertório linguístico e por um intelecto apurado para poder consumi-lo. Compreendia-se como um veículo a serviço do homem e da vida comuns de uma Alagoas então marcada pelo Regionalismo e relutante – até a adesão de Jorge de Lima ao Modernismo – às novas formas poéticas provocadas pelas palavras de ordem de Filippo Marinetti e por uma tradição oscilante. Nesses termos, uma questão a ser colocada é que essa apresentação textual da “realidade trabalhada por meio de recursos poéticos, com apelo à sugestão, à alusão, à metáfora e ao trocadilho” (CÂNDIDO & CASTELLO, 2012, p. 28) da locução modernista, não foi adotada igualmente nas duas fases da *Página*.

Nas edições inaugurais de 1926, o sistema de escrita ainda apresentava resquícios do formalismo vocabular parnasiano. Seria compreensível que essa situação textual tivesse suas origens colocadas diante das desconfianças perante a possibilidade de domínio do Futurismo – já que o ano de estreia da *página* foi o mesmo da visita de Marinetti ao Brasil – e as atitudes antipassadistas, a princípio, como atenta Alfredo Bosi (1988, p. 122), evocadas por uma poesia concentrada na “técnica e no instinto, promovida por modernistas da primeira hora – rentes ao Futurismo”.

Diante da interrogativa sobre as influências do plano linguístico do Modernismo sobre o alcance da literatura, e diante das possibilidades de leitura proposta pela *página*, será dado enfoque aos ensaios *Psicologia brasileira do caráter*, *O monumento* e *A consagração de um*

*sabugueiro*, cuja interpretação abre possibilidade ao diálogo com o lema da locução moderna de estabelecimento de elo com o sujeito leitor e de constituição do ser escritor. Ainda que sob a ausência de uma evidente consagração do vocábulo usual, os referidos textos podem ser exemplificadores de uma fisionomia discursiva em que temas e conceitos diários adquirem contornos literários em prol do leitor comum – aquele que não é o crítico profissional nem o especialista em literatura. Nesse plano de composição, a proposta do ensaísta, memorialista e diplomata sergipano Gilberto Amado propõe esses contornos ao percorrer, pelas vias do poético, a imagem construída pelo Brasil do homem de boas e o de más condutas. *Psicologia brasileira do caráter* tem início com a seguinte afirmação:

O que convencionamos chamar bom caráter, no Brasil, é o homem anódino, quase sempre sem gosto literário ou artístico, que não briga, não tem opiniões próprias, não toma responsabilidades, sorri gravemente, cumprimenta com austeridade, procura ganhar a vida sem aborrecer os outros, logrando na sombra de uma aparente doçura irritar o menos possível, não suscitar reação, seguindo caminhos abertos pelos outros, ficando no seu canto, com boa cara e postura sossegada. Lutou, perdeu o caráter. Sujeito que fale, discuta, arremeta contra a injustiça e o que lhe pareça errado, seja humano, capaz de paixões humanas, esse, já se sabe, não será nunca, salvo exceções que circunstâncias especiais explicam, catalogado entre os homens verdadeiramente sérios, que a nossa gente verdadeiramente acata e respeita. Enfim, o homem de caráter, segundo o conceito popular no Brasil, é de maneira geral o homem de meio termo, da medida curta, da proporção razoável, de equilíbrio perfeito, homem com quem Molière conviveu e que Ibsen pintou na figura daquele bailio que fez oposição a Brand (PÁGINA LITERÁRIA, 15 de agosto de 1926).

Um primeiro ponto a se destacar é a tonalidade de “conversa”, característica da prosa ensaística, sobre a qual o autor se debruça para se dirigir ao leitor. Ao constituir, por meio da linguagem da observação, a imagem dos indivíduos sobre os quais recaem os critérios valorativos de ausência ou presença de comportamentos socialmente convencionados como exemplares, Amado faz uso de uma linguagem permissiva ao leitor no sentido de seu reconhecimento, esquívamento ou reflexão sobre a figura desses homens. Homens universais, possíveis de serem encontrados em qualquer localidade do universo humano, que acabam por selar o contato do intelectual com seu possível leitorado. O ensaio abre ainda precedentes à experiência de Mário de Andrade a respeito da renovação modernista sobre a prosa de ensaio, com a qual o texto de Gilberto Amado demonstra relação pela vivacidade e flexibilidade prosaica próprias à textualidade do líder do Modernismo:

A experiência de Mário de Andrade (outra grande matriz de renovação) se processou em sentido algo diverso, visando sobretudo à experiência léxica e sintática, com forte apoio na fala coloquial, caso do romance *Amar, verbo intransitivo* (1927), dos contos de *Primeiro andar* (1925) e de *Belazarte* (escritos de 1924 a 1926, publicados em livro em 1934). À prosa de ensaio, Mário levou a mesma liberdade, contribuindo para quebrar a solenidade e fazer dela um instrumento flexível e vivo, aproximando o leitor do autor, o que foi, de modo geral, uma conquista definitiva dos modernos (CÂNDIDO & CASTELLO, 2012, p. 29).

Assim, o ensaísta coloca-se na posição de observador das ações e do comportamento do homem, pelos critérios da mimese crítica, ao fazer uso de uma adjetivação subjetiva da personalidade humana, como o é o caráter. Uma questão que a qualquer tempo e lugar dá brechas a diversos posicionamentos, em virtude da posição dada a essa virtude nas sociedades modernas. A mimese crítica, cuja veemência dignificou a escrita social da obra romanesca de alagoanos como Graciliano Ramos, envolveu o escritor em contradições que a representação do heroísmo mitológico sobre o Brasil, do início do movimento, seria insuficiente.

Ainda na observação dos discursos ensaísticos experimentais integrados à lógica modernista, há a identificação de *O monumento*. O ensaio, assinado pelo alagoano José Gomes Calheiros e publicado na *página* de 29 de agosto de 1926, caracteriza-se pela dicção contestadora, cuja condição narrativa assegura a posição assumida pela expressão modernista de desvelamento de situações cotidianas as quais o escritor se propõe a atingi-lo. A personagem da Mãe Preta, sobre a qual o autor de *Fogo de Palha* (1927) alude, até o princípio do século XX, figurou na História do Brasil em representação à servidão, como abnegadas cuidadoras e amas de leite dos filhos dos homens brancos. A pena de Calheiros buscou abordá-la como elemento à discussão sobre a resistência social do brasileiro na aceitação do negro como integrante da constituição étnica da nação e, portanto, das suas origens mais primitivas.

As críticas do autor estruturam-se diante de um fato social (a instalação do monumento à Mãe Preta) sobre o qual, a bem da verdade, apenas a abordagem factual do jornalismo daria conta de publicizá-lo. Levemos em conta que todo fato cuja relevância o leva à publicização é detentor de um leque extenso de possíveis abordagens. A iniciativa de erguer um monumento, por sua própria constituição e pelo cunho histórico do termo, configura-se como uma medida artística por se tratar de peça de arte e por pressupor a presença de um ser criador a sua composição. Uma vez erguido, todo monumento passa a ser visto como exemplar urbano e, portanto, a integrar a memória da cidade. Assim sendo, a estátua da Mãe Preta, de fato social, passa a se constituir como fato cultural e, como tal, elemento propício à abordagem poética.

É importante ressaltar que uma das medidas estéticas do Modernismo foi a possibilidade de a qualquer acontecimento da civilização moderna ser dado “estado de poesia”, nas palavras de Antonio Cândido e Aderaldo Castello (2012, p. 12). Todavia, abordar poeticamente um fato não significa envolvê-lo apenas pelos recursos da ficção. Significa utilizar os atributos próprios à criação literária, adentrando em suas vísceras ou peculiaridades, a fim de extrair contornos narrativos oriundos de uma observação particular do autor sobre a ação ou situação, o que resulta em uma escrita que vai além da proposta de apenas informar. A intenção ensaística de José Calheiros foi justamente percorrer as inúmeras significâncias embutidas na instalação da estátua da Mãe Preta, lançando sobre ela o olhar sensível do poeta, a fim de problematizar socialmente as implicações históricas que uma peça daquela natureza trazia consigo. Como o próprio autor expressa no texto, há uma ânsia do brasileiro em se reconhecer como “homem branco” por meio do ofuscamento a sua condição mestiça, o que justifica a estruturação textual do ensaio. Vejamos como isso se confirma nos posicionamentos assumidos por José Calheiros:

Não creio na sinceridade da intenção com que se pretende justificar o faustoso espetáculo de um monumento à Mãe Preta. Com franqueza, lastimo a especulação, que melhor aproveitaria a quem tivesse bastante humor para pregar uma peça a uma parte dessa gente. Como? De um modo simples e original. Um órgão qualquer, de crédito firmado no conceito popular, patrocinaria uma lista, ou coisa que o valha, com o fim de obter, não uma quantia por mais exígua, mas a simples adesão de quantos no Brasil não se julguem extremes da mescla africana. O resultado seria patusco. Claro, acorreriam aqueles, cujas características mais acentuadas da raça pudessem comprometer a recusa. Duvido que a outra parte, a absoluta maioria que melhorou o cabelo e a cor da pele, a que acoroçoa, num estardalhaço de reclamo, a equívoca nobreza nacional, tivesse a coragem de ser honesta, vindo arrolar-se como mestiço. Que fazer, se é esta a miséria instintiva dos mulatos nacionais? Que duvidar, se é este o defeito ou covardia peculiar aos dessa condição, como se o fato da descendência inculposa de uma origem inferior constituísse maior lástima do que a de semelhante abjuração (PÁGINA LITERÁRIA, 29 de agosto de 1926).

Observemos, como dito antes, que a presença de um certo rebuscamento verbal não inviabiliza nem o contato com o leitor nem a proposta da locução empregada à compreensão expressiva do tema. Note-se a desenvoltura do autor na busca de uma expressividade que precisava dar conta da atitude crítica a qual o discurso se propõe, a fim de promovê-lo à reflexão pública.

Essa urgência modernista de lançar ao poeta possibilidades de abordagem sobre episódios do cotidiano por caminhos além dos elaborados pela imaginação, também está declarada na crônica *A consagração de um sabugueiro*. Ocupando quase duas colunas da



edição de 26 de setembro de 1926, as primeiras linhas reafirmam o encontro de outras formas de se dar tom ao poético: “Nem só a ficção traz a matéria-prima da poesia”, escreveu o autor Luiz Carlos. Para tal constatação, a crônica traz como base de sua afirmativa o comentado soneto de Alberto de Oliveira “ao tempo em que ainda jazia em terra estrangeira os sagrados despojos do grande Raymundo” (PAGINA LITERÁRIA, 1926). Efetiva-se em cima de duas características dignas de comentários: a visível formalidade nos critérios vocabulares e a originalidade não propriamente no tema, mas no desenrolar do tema.

A formalidade verbal talvez encontre justificativa na origem parnasiana do autor em questão. Alberto de Oliveira figura na história literária brasileira como um escritor essencialmente formado nas bancas do Parnasianismo. E a veia parnasiana, de certo modo, ainda resistia na índole textual da *página* e no ambiente letrístico de Alagoas à época, sobretudo por parte dos autores mais antigos. A leitura das estrofes de *O sabugueiro de Raymundo Corrêa* possibilita uma clara percepção dessas induções:

Esse arbusto feliz, que teve o teu cuidado  
 E melhor refloria, quando escavado um dia.  
 Da raiz lhe afastar-te a pedra que o tolhia  
 Vive ainda. Lá está no mesmo chão plantado  
 Ancião, porém, o caule o tempo lhe há gretado  
 E sente a antiga seiva exauri-lhe, à pórfia  
 Bracejando feroz a prole verde e esguia  
 Em graças rebentões a exuberar-lhe ao lado  
 Vi a planta e pensei, meu piedoso Raymundo  
 Que uma pedra também os teus membros franzinos  
 Ora constrange e esmaga em torrão estrangeiro...  
 Não poder afastá-lo alguém, para que ao mundo  
 Ressurjas com o fulgor e a pompa de teus himos  
 Refloriado e vivaz como o teu sabugueiro (PÁGINA LITERÁRIA, 26 de setembro de 1926)

A linguagem formal ainda se pronuncia ao correr da crônica, embora mantendo-se intactos os recursos libertários dado à experiência pela prosa modernista: a maneira como o autor discorre sobre o sabugueiro e sua relação com o poeta Raymundo permite pôr em evidência uma outra característica anunciada pela locução moderna: a capacidade figural da palavra poética na representação de cenas e objetos capazes de serem apresentados como imagens na medida em que são expressos.

Não se julgue o leitor ludibriado pelo falso encanto de uma divina mentira. A verdade, aqui, se manifesta em todo o seu esplendor, dissipando a mais leve sombra

poeta de suspeição, como, no vale, a luz de sol desperta as brumas, afugentando-as no seu espreguiçamento dissolvente... Raymundo Corrêa afeiçoara-se a um sabugueiro do seu quintal. Todos os dias, pela manhã e à tarde, não resistia ao enlevo de ficar em tácito colóquio com o arbusto querido. E era de ver o carinho que o grande poeta lhe dispensava. Ninguém lhe cortasse um galho, sequer! Fôra, desde logo, motivo de azedume para o seu glorioso amigo. Aos pássaros e insetos disputava a volúpia de aspirar o perfume da flor do sabugueiro, uma vez que não podia aurir-lhe o néctar. E o arbusto chegava quase a inspirar ciúme à família de Raymundo. Aquilo já era uma obsessão de amor... (PÁGINA LITERÁRIA, 26 de setembro de 1926).

As descrições do autor sobre a árvore do sabugueiro tonificam, assim, a capacidade imagética concedida ao texto literário como a nenhum outro discurso, ao mesmo tempo em que reafirmam o processo natural pelo qual passa todo escritor: o de escrever como se estivesse a compor imagens por meio das letras. Isto é, ao ler é dado o sentido do ver pela apresentação da palavra poética.

Já as páginas publicadas em 1946 prosseguiram com o entendimento da locução modernista no que diz respeito ao seu caráter de originalidade na evocação do universalismo cotidiano, na escrituração permitida ao poeta de decifração do mundo e na busca da expressão da essencialidade dos seres e coisas. Havia agora um outro sentido, vindo sobretudo da locução revolucionária de 30 e do pós-guerra, uma causa social a ser privilegiada e uma proposta de palavra já instrumentalizada na consciência literária-sociológica de homens como Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo, Gilberto Freyre e tantos outros. A bem da verdade, durante esse período, a *página* definira seu projeto editorial sabendo dos recursos que a ela se impunham e que à literatura não bastava apenas se vangloriar pela cultura, mas pela cultura como identificação dos fatos que representassem entrave ou favorecimento ao crescimento do Brasil. Era ao intelectual brasileiro a quem cabia essa abertura, com o escritor na linha de frente.

O romance das décadas de 1930-1940 já havia incorporado essa “cultura como inteligência histórica de toda a realidade brasileira presente, isto é, aquele imenso e difícil ‘resto’, aquele denso intervalo físico e social que se estende entre os extremos do mundo indígena e do mundo industrial” (BOSI, 1988, p. 123) com efeitos bastante razoáveis à constituição da imagem do intelectual brasileiro. Ainda nas considerações de Alfredo Bosi (1988) ao escritor foi dada munição no sentido da disposição de sua obra e se ver disposto a orientar sua obra por um viés crítico e agônico sobre o nacionalismo, capaz de recompor o brilhantismo do princípio do século XX de escritores como Euclides da Cunha e Lima Barreto e afirmar a personalidade literária de atuais como Graciliano Ramos:

A modernidade de um romance como *Angústia*, de Graciliano Ramos (para ficar só com um ponto alto) consiste em ter trabalhado até a maceração a imagem do intelectual que morde a própria impotência e, com a mesma intensidade, acusa as razões objetivas dessa impotência, que estão na estrutura material e moral da província onde capitalismo e desequilíbrio são sinônimos perfeitos. Não cabia na consciência de Graciliano, nem no melhor romance de 30-40, tematizar as conquistas da técnica moderna ou entoar os ritos de um Brasil selvagem. O mundo da experiência sertaneja ficava muito aquém da indústria e dos seus encantos; por outro lado, sofria de contradições cada vez mais agudas que não se podiam exprimir na mitologia tupi, pois exigiam formas de dicção mais chegadas a uma sóbria e vigilante mimese crítica (BOSI, 1988, p. 123).

Assim, as edições de 46 não se constituíram diante do retorno ao fazer poético formal evocado pela geração de 45 ou neomodernistas diante da sua maneira de ver e escrever o mundo. Pelo contrário, envolveram-se em um visível abandono da expressão oratória em relação aos números de 1926, engajaram-se ao compromisso histórico-social e acabaram por verbalizar brechas sedutoras à literatura como culturalização da linguagem do escritor, dando-lhe um novo sentido. O sentido moderno.

## 6 A CULTURALIZAÇÃO DA LINGUAGEM DO ESCRITOR

Toda arte é passível de um sentido prático, medido pela observância das impressões mais imediatas na sociedade. Posta em perspectiva histórica, a literatura, desde o axioma de arte da linguagem, evidencia-se como prática social no seu campo de atuação cultural: o campo das ideias e das palavras. Na confirmação de Antonio Cândido (2011), mede-se a atitude literária como realização social a partir do instante em que esta se mostra capaz de reforçar ou modificar condutas e concepções de mundo e, assim, modelar o meio em que foi concebida. Na *Página Literária do Jornal de Alagoas*, esse caráter modelar se apresenta sob uma relação peculiar com a locução modernista, a qual acabou dando forma a uma literatura cuja fisionomia é descrita por Alfredo Bosi (1988) no ensaio *Modernismo, meio século depois*:

[...] uma literatura penetrada de pensamento, uma literatura que faz da autoanálise, da pesquisa do cotidiano (rústico, urbano, suburbano, marginal), do sarcasmo e da paródia o seu apoio para contrastar o sentido das ideologias dominantes; uma literatura que vive em tensão com os discursos da rotina e do poder; e que se faz e refaz no nível da representação arduamente trabalhada pela linguagem... [...] já se desfez aquela mistura ideológica e datada de mitologia e tecnicismo que o movimento de 22 começou a propor e algumas vanguardas de 60 repetiram, até virarem esquema e norma. Mas a vida cotidiana dos vários grupos que, no seu embate, constituem a sociedade brasileira de hoje, continua encontrando modos de escrever atentos à perplexidade e à opressão que a todos envolve. Saber descobrir o sentido ora especular, ora resistente dessa literatura moderna sem o modernismo é uma das tarefas prioritárias da crítica brasileira (BOSI, 1988. P. 126).

O sentido de realização literária, portanto, será dado aqui pela aquisição do termo culturalizar, remetido ao significado de difusão e investigação de diversas atitudes artísticas pelas mais diferentes formas de divulgação. A ação sobre a qual nos apropriamos é a da disseminação da linguagem do escritor dando o sentido da cultura literária às sociedades modernas. Todo processo de culturalização acontece mediante uma prática social, a qual produz efeitos sobre os sujeitos: “Modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais”, segundo estudo de Antonio Cândido (2011, p. 30). De antemão, o intuito aqui exposto é o de interpretar a literatura enquanto difusão de seu bem maior: o da representação pela palavra artística ou criativa (a palavra

modelada pelo trabalho de enunciação do escritor), pelas vias da imprensa alagoana, mediante possíveis influências sobre o meio:

Há neste sentido duas respostas tradicionais, ainda fecunda conforme o caso, que devem, todavia, ser afastadas numa investigação como esta. A primeira consiste em estudar em que medida a arte é expressão da sociedade; a segunda, em que medida é social, isto é, interessada nos problemas sociais. Assim poderemos chegar mais perto de uma interpretação dialética, superando o caráter mecanicista das que geralmente predominam. Algumas das tendências mais vivas da estética moderna estão empenhadas em estudar como a obra de arte plasma o meio, cria o seu público e as suas vias de penetração, agindo em sentido inverso ao das influências externas (CANDIDO, 2011, p. 28-29).

Ao afirmar a literatura como modelo de conhecimento à textualidade dos escritores, isto é, sua capacidade de interferir na cultura do seu tempo, e não apenas de absorção dessa cultura, dá-se um posicionamento a literatura sobre duas etapas fundamentais: primeiro, pensá-la como “confidência” – a palavra-chave proposta por Antonio Cândido (2011) – saída da relação entre o autor e a civilização do seu tempo e transcrita para a obra. Relação esta sobre a qual houve o empenho do Modernismo ao particularizá-la diante dos fatos, situações e ações cotidianas evocadas pelo movimento, já interpretados no capítulo anterior. Em seguida, pensar nesses mesmos discursos assumindo uma postura particular, a sua própria maneira de ser, a partir do instante em que a palavra é disposta na *página*. Assim, o texto seria consumado de dois modos: pela magia verbal exercida pela lida do escritor com a linguagem a cada produção textual e pela personalidade narrativa apresentada, aparentemente autônoma às digitais do autor que a ela deu forma. Isso induz a se pensar ainda ser toda obra consumada pelo processo forma mais espírito. Espírito como condutor ao autor no registro de sua percepção de mundo; e forma, como atitude que torna possível tal registro.

Nesse processo, há ainda a questão da sociabilidade do texto poético a fluir como ponto relevante no tratamento da literatura como culturalização da linguagem do escritor. Pela perspectiva da *Página Literária* do JA, chegamos a uma lógica óbvia a qualquer espaço que se propõe à democratização de cultura pelo empenho do intelecto crítico: tratava-se de uma congregação de escritores eminentes, envolvidos pelos mesmos ideais artísticos e jornalísticos de composição discursiva e regidos pelos mesmos estímulos: o da realização enquanto autor publicado e o de aferir seu desempenho à estratégia moderna de fisgar o leitor pelo contato com o cotidiano coletivo. Contato este que, à medida que opta pelo literário expandido no

jornal, sobressai-se pela prática cotidiana própria a todo veículo impresso como meio de informação de todo dia.

A bem da verdade, sem a existência da escritura literária como meio de expressão e referencial de cultura (passada ou presente, afinada ou desarticulada ao poder, participante ou questionadora das estruturas sociais); como base de reflexão de temáticas universais por vezes entocadas na história; como porta-voz de um olhar artístico sobre o homem e o mundo; e, finalmente, como elemento dinâmico à formação da identidade do seu meio, talvez jamais se chegasse a sobrevoar questões como as do papel das letras para o homem moderno, e, principalmente, a uma visão de artística do verbo, que, ao mesmo tempo que culturaliza a linguagem do escritor, fixa no homem moderno uma maneira própria de entendimento do mundo mediante uma posição singular da palavra na expressão do mundo. Assim, a linguagem poética evidencia-se como participante de um universo não necessariamente ficcional, mas compreendido por um modo próprio de ver, consumado numa escrita que reúne visão e crença em apenas uma oferta de leitura.

A constatação de que as páginas do JA, ao surgirem pelos mananciais do Modernismo, serviram a essa percepção pública de um real que adquire significância pela pena poética e de fatos que talvez passassem à distração humana sem o olhar artístico do poeta profissional ou de homens que, de alguma forma, voltam-se ao pensamento artístico, consolida-se mediante a inferência de que a estrutura ideológica e literária da linguagem do Modernismo funcionou como meio eficaz à identificação dessa culturalização pela própria índole textual sobre a qual o movimento se impôs ao Brasil.

Ora, se para haver literatura é necessário, antes de tudo, uma maneira de processar um idioma e um escritor se impondo à realização da obra, não seria incorrer em obviedades dela tratar como meio de reconhecimento cultural de seu bem maior: a linguagem? Sim, se a essa linguagem não fossem dados meios próprios ou artísticos de expressão do conhecimento dos fatos envolvendo as civilizações. O que não significa falar propriamente sobre arte, mas abordar e discorrer sobre o universo com arte. Já apresentamos anteriormente como essa culturalização ocorreu nas páginas de 1926, a partir da notoriedade da locução modernista. Em relação a 1946, isso se deu praticamente nos mesmos termos, à exceção da ausência do preciosismo vocabular, cuja presença constatamos nos números iniciais.

Na primeira edição dessa fase, a qual circulou em 7 de julho de 1946, Cândido Motta Filho, ao discorrer sobre *A arte de furtar* (livro escrito no século XVII, e de autoria anônima), o célebre estudo de Afonso Pena Júnior, publicado em dois volumes, permitiu ao leitor maceioense a exemplificação do que pode ser inferido como um novo sentido revolucionário

proposto pela tônica moderna – e que utilizamos como suporte argumentativo à conceituação de literatura como culturalização da linguagem do escritor. O sentido de revolução, no ensaio, constitui-se mediante à efetivação da palavra no pensamento para, em seguida, materializar-se no plano da escritura. O que é representativo desse sentido é o poder argumentativo da locução do escritor sendo empregado a qualquer contexto, quer bíblico, quer social, quer histórico, quer político. O verbo divino, como em Vieira, semeado entre todas as suas possibilidades.

Ao documentar a fisionomia da Portugal do século XVIII, sobre vários aspectos – o trecho de *A arte de furta* –, a palavra é identificada como único recurso ao homem social, mediante suas conveniências e deturpações de valores. A palavra como símbolo do sentido revolucionário moderno: “A luta pela dignidade do homem ou pelo homem honesto devia se efetivar-se no plano mental pela palavra e pelo livro. Cristo defendia-se do Diabo pela escritura, e o Diabo atentava a Cristo pela escrita!”. A obra comentada por Cândido se apresenta ainda sobre outra condição sobre a qual defendemos: a de um discurso que, uma vez composto, assume maneiras de ser independentes das do autor: “[...] o estudo da obra, como a própria obra, vai também mais distante que a intenção que a motivou. A malícia do autor, que não é do autor, mas da obra, passou para a malícia da crítica, que talvez não seja propriamente do crítico” (PÁGINA LITERÁRIA, 7 de julho de 1946).

O sentido revolucionário aqui inferido, de certa forma, transcende as pretensões modernistas. Em um comparativo com a Semana de 22 e sua tentativa de eternizar um conceito de revolução pontuado por uma recusa ao passado em busca de uma entrega ao atual, de uma autenticidade nativa como afronta ao academicismo clássico, e, como considera Bosi (1988, p. 120), ainda emoldurado pelo caráter irracional das expressões dadaístas, surrealistas e expressionistas, a inovação desse sentido estaria posicionada na proposta do escritor de integrar sua linguagem à cultura, diante das conquistas modernistas contrárias à inacessibilidade dos discursos literários pela velha palavra e de instituição da linguagem usual com vistas à integração da literatura entre as massas.

Pelas características do ensaio e a conseqüente escolha editorial por sua disposição como texto principal da *página* de estreia da temporada de retomada nas publicações após duas décadas de ausência no corpo editorial do *Jornal de Alagoas*, parecia anunciar a ideologia literária assumida por aqueles espaços dali em diante. Ideologia esta dinamizada por um novo ideal de literatura, embasado em um novo sentido de moderno revolucionário, a partir de uma visão renovada de literatura, que seria assumida pelas demais publicações dali

em diante, como documento à cultura, capaz de culturalizar a locução iniciada pelos modernistas:

Reúne, por fim, num mesmo pensamento, numa mesma atmosfera cultural, vários espíritos, várias conjecturas e verdades. A arte de furtar não aparece, assim, como um livro, mas como um clima cultural, como um aspecto de uma cultura, como um problema humano de grandes e graves consequências. A obra, quase esquecida, se renova oportuna a atuadora. [...] A arte de furtar, assinalando as mais terríveis insuficiências humanas, aponta os caminhos para corrigi-las. E expõe os meios condenados para adquirir fortuna, numa época em que a aquisição de fortuna ainda não se tornara a predominante filosofia da vida, como em nossos dias.

[...]

No tempo em que foi escrito *A arte de furtar*, amanheciam ainda as primeiras inquietações sociais e políticas. O rei era ainda rei pela graça de Deus e dentro desse conceito as estrelas continuavam em seu lugar no céu. Mas o que percebe o livro é que essas primeiras inquietações vinham da profundidade porque vinham no próprio caráter humano.

[...]

A obra vale pelo seu conjunto. Vale pela erudição que demonstra e pelo amor às letras que confessa (PÁGINA LITERÁRIA, 7 de julho de 1946).

A crônica *Vizinho*, sobre a personalidade artística-filosófica de Tobias Barreto, leva a outro aspecto interpretativo da literatura que deve ser considerado: o tema poético tratado como “elemento de beleza”, na terminologia de Antonio Cândido (2012). Toda obra é fruto de uma intenção. E essa intenção requer uma forma estética ou criativa para ser expressa. Forma esta que só assume condições de existência diante do chamado “sentimento técnico”, segundo Charles Lalo (2012 apud Cândido). De maneira simplista, trata-se da emoção com a qual o poeta contempla o mundo e suas arestas, das mais objetivas às mais abstratas, e as modela com os caracteres da arte. Na literatura, tudo se modela pela palavra. Palavra como técnica, meio e criação de intenções:

Em literatura, o problema se complica tremendamente porque o seu próprio material, a palavra, já começa por ser um valor impuro; não é meramente estético como o som, o volume, a luz, mas um elemento imediatamente interessado, uma imagem aceita como força vital, tocando por si só o pensamento e os interesses do ser. E, assim, a literatura vive em frequente descaminho porque o material que utiliza nos leva menos para a beleza que para os interesses do assunto. E este ameaça se confundir com a beleza e se trocar por ela. [...] Que o assunto seja, principalmente em literatura, um elemento de beleza também, eu não chego a negar, apenas desejo que ele represente realmente uma mensagem como na obra de um Castro Alves. Quero dizer: seja efetivamente um valor crítico, uma nova síntese que nos dê um sentido da vida, um aspecto do essencial (CÂNDIDO & CASTELLO, 2012, p. 111).



O autor Sylvio Rabello adotou medidas peculiares para demarcar a intenção e a ela conceder beleza pela emoção técnica para compor a personalidade do respeitado filósofo sergipano Tobias Barreto. A beleza artística do ensaio manifesta-se em uma situação de favorecimento à culturalização do assunto por um simples detalhe: a liberdade e a vivacidade, gestadas pelo Modernismo, com que a palavra poética de Rabello é empregada ao evocar aspectos íntimos da trajetória do homem Tobias Barreto. Importante salientar a maneira como o ensaio se define, levando-se em conta os riscos de ofuscamento da emoção estética pelo assunto. O que não ocorreu, sobretudo pela forma como foram posicionadas as palavras do autor:

A história do pensamento brasileiro é muito desconexa. Somos um povo mais rico em vida que em filosofia, mais cheio de ardor que de ideias. [...] o próprio Tobias Barreto, um cérebro excepcional na paisagem intelectual do Brasil, morto aos cinquenta anos, impressionou mais pela vida que pela obra, marcou mais pelo destemor e pela violência das atitudes que pela profundidade do pensamento, não obstante sua cultura gigantesca. Mestiço de beijo grosso, de cabelo crespo, de olho abotocado, Tobias Barreto estampava na fisionomia e nos gestos toda a ebulição vulcânica da tempestade interior que lhe crestava a vida e a alma. Toda a sua veemência tendia mais para destruir que para construir. Nas suas mãos, a pena era espada e sua profissão era a luta. Encarava o mundo como um touro selvagem, a cabeça baixa, os músculos tensos, pronto para atirar pelos ares o primeiro que lhe atravessasse na frente. Não escondia a agressividade, antes a proclamava aos quatro ventos, não sem orgulho ingênuo de lutador profissional (PÁGINA LITERÁRIA, 11 de agosto de 1946).

A culturalização da palavra do escritor ocorre no exato momento em que a estética da expressão mantém um distanciamento do assunto o suficiente para não comprometer nem a beleza nem o sentido da mensagem proposta pelo texto. Vale salientar que só há difusão da locução literária, no sentido estrito do termo, mediante a fusão tema/artística textual. Ou melhor, diante da manutenção e consolidação da evocada magia verbal, como a mais poderosa arma de ascensão e de constituição do sentido revolucionário da literatura moderna. Agora, sem os horizontes do modernismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços destinados à literatura, nada mais são que uma forma coletiva de expor à apreciação pública a matéria poética por meio de um modelo particular de escrita, na expressão de uma impressão singular de mundo. A *Página Literária* do *Jornal de Alagoas* permitiu a esta pesquisa meios de investigar e, sobretudo, refletir sobre essa sistemática verbal criativa como algo além de um simples gesto artístico. Em outras palavras, a reflexão a que nos propomos é a da absorção da literatura como uma prática social passível de ser revista como forma distinta de compreensão do mundo. Um mundo que, ao ser tocado pelos apanágios da poesia, não o faz menos real; o faz expressivamente real.

Para dar conta de tal afirmativa, é primordial o reconhecimento do Modernismo brasileiro como o momento de tomada de consciência do poeta do seu compromisso mais urgente: o de fazer ver e fazer crer um cotidiano que necessitava ser visto e escrito como forma de aproximá-lo do tom expressivo permitido ao literário mais do que a qualquer outra forma de arte; e este, das massas leitoras. Sem a ousadia dos homens de 22, talvez a literatura permanecesse uma leitura velada ao confessionário das mentes cultas e acadêmicas ou nas bancadas dos críticos. Tampouco, houvesse a tentativa de hipotetizar a real posição da palavra literária nos discursos das civilizações, como parte privilegiada da cultura e tendo na linguagem o bem maior de todo ato narrativo. Isso aponta para o instante em que a linguagem do escritor foi destituída do trono suntuoso, o qual deixava às vistas o seu proprietário intelectual (o poeta) como um ser, de certa forma, inalcançável ao homem comum.

Em outros termos, a locução modernista permitiu à literatura emergir do reducionismo, ainda vigente no senso-comum, de acomodá-la no terreno da distração, do imaginativo ou do ficcional. A *página* do JA serve de modelo a esses caminhos tomados pela literatura desde o conhecimento dos sonhos modernistas. Viu-se representativa da maneira de dizer moderna, bem como do trato da vida de todo dia, vivida pelo sujeito comum, esquematizada por sua visão de mundo e pela utilização do tom coloquial na representação do sujeito e sua existência. Mostrou-se, em ambas as fases de publicação (1926 e 1946), como meio de afirmação de uma literatura propícia a ir além da atitude analítica sobre o poético (crítica) ou do mérito de democratização desse poético (jornal ou livro).

Esse processo se efetiva ao ser posta em análise a estrutura textual e editorial assumida por essas publicações diante da interpretação do “ser escritor” e da conseqüente proposta de sua palavra. O que nos permitiu chegar à culturalização da linguagem do escritor como o

sentido primordial da literatura para a sociedade moderna. Nesse entendimento, o método interpretativo, aqui sugerido, aponta para os caminhos tomados pela locução modernista como bem maior da revolução do movimento paulista ao incorporar a dicção informal como máxima representativa do homem brasileiro, nordestino, alagoano, universal. Não só o Modernismo enquanto ideário a ser seguido ou confrontado. Mas toda uma geração de humanistas que os jornais ajudaram a construir.

O grupo de intelectuais integrado às páginas literárias do JA passou a ser demonstrativo dessa literatura culturalizada a partir de um comportamento textual provocativo a (re) pensar a figura do escritor diante de uma genialidade assegurada por uma linguística exemplar e de uma abordagem do mundo pela lógica da arte. O que comprova a existência de uma exemplaridade verbal atuando num desvelamento do fato cotidiano. O escritor, portanto, mostra-se um indivíduo que se aventura a dar provas da ocorrência do fato social, à medida que o transforma em “estado de poesia” (CÂNDIDO & CASTELLO, 2012), na expressão de maneiras de o perceber permissiva à autoridade da estética modernista.

Assim, a textualidade da *Página Literária* do *Jornal de Alagoas*, através da revolução modernista, ainda se viu provocada a retomar o caráter missionário da palavra do escritor. Palavra esta cuja proposta era ser lida e vista, pelos critérios de Alfredo Bosi (1988), tanto pelo homem esclarecido quanto pelo alheio às coisas de poesia. É importante destacar o cerceamento desse alheamento quando as coisas de poesia passaram a ser as coisas da vida e o homem comum, medidos por seus interesses mais simbólicos. É evidente que tratando do homem comum, sendo a ele dada a sua própria fala, há o reconhecimento desse homem pelo leitor, ao mesmo tempo em que se estabelece o elo entre o sujeito que escreve e o sujeito que lê, com a linguagem do escritor buscando se personalizar e se afirmar em meio aos discursos da humanidade.

Nessa situação textual e autoral adquirida a partir da instituição da poesia moderna, é do interesse desta pesquisa tonificar o termo culturalizar por meio das mais diversas realizações literárias: disseminando a linguagem do escritor, assentindo a cultura literária às sociedades modernas; interpretando a literatura a partir de seu bem cultural maior: a palavra artística (artística porque modelada pelo poeta em virtude de dar significância as suas impressões sobre o real); e, finalmente, instituindo a linguagem da arte como técnica, meio e criação de intenções, integrando-a a uma visão do poeta como intérprete, decifrador ou porta-voz do mundo.

Tomando como base o escritor no sentido de porta-voz da humanidade, os exemplares da *Página Literária* do *Jornal de Alagoas* moveram-se – como qualquer outro espaço de

literatura – como ponto de convergência entre o fazer literário e o fazer jornalístico. Reconhecendo-se como mensageiro da realidade e evocador da linguagem como sua principal matéria-prima, escritor e jornalista se tocam de forma definitiva. Este pelo ato de informar; aquele, voltado a fazer notar o imperceptível ao olhar do homem não-poeta. Ambos capazes de interferir no meio e nos modos de pensar e agir. E ambos participantes da cultura, nela interferindo e sendo inseridos. É preciso entender a literatura por critérios de distinção que passam pela magia verbal (manuseio da linguagem capaz de tornar possível um arsenal de sentimentos ao leitor, despertados durante o ato da leitura pela plenitude figural prevista à palavra literária como a nenhum outro verbo) e pela personalidade narrativa (a maneira como cada autor estrutura de maneira diversa cada tema).

As hipóteses aqui propostas giram em torno de uma compreensão das páginas como lugar de compreensão da arte literária, onde estiveram reunidos intelectuais das mais distintas áreas e cujo grau de instrução não se via restrito ao contexto local. Ocupavam-se em percorrer o que movia a poesia além da província das Alagoas durante os anos 20 e 40. Assim, posicionaram-se na história local, mantendo o significado como documentos importantes à investigação da identidade do alagoano e da vida cidadina do maceioense. Ainda que tratar de literatura, em folhas específicas, fosse uma atitude habitual ao jornalismo adquirida desde a apoteose do escritor, na imprensa brasileira do século XIX, as páginas literárias do *Jornal de Alagoas* se afirmam, a este estudo, como elementos interpretativos de uma época valiosa, porém discretamente exaltada ou ainda não devidamente posicionada na dinâmica das letras nacionais.

Em outros termos, resgatar ou tentar reconstituir o perfil biográfico de colaboradores alagoanos como Moreno Brandão, Lobão Filho (o editor da *página*), Romeu de Avelar, Raul Lima, Aurélio Buarque de Holanda, e tantos outros, já daria a direção necessária à existência deste estudo acadêmico como uma tentativa de constituição sistematizada de parte significativa da história literária de Alagoas.

Em acordo com o que se delineia ao longo dos seis capítulos, a resposta dada por essas publicações, ao promover o estabelecimento do olhar do poeta sobre o habitual a partir de critérios de originalidade sobre os versos ou a prosa, permite chegar a um entendimento de literatura como prática social capaz de culturalizar a linguagem do escritor na civilização de um povo. Escritor este plausível de ser identificado pelo meio social de seu tempo não mais pela erudição vocabular como principal aspecto de sua ascensão, e sim como desbravador de uma impressão particular de mundo. Ambos, escritor e literatura, passíveis de serem interpretados pela perspectiva de um sentido moderno sobre o qual passam a se afirmar.

Assim sendo, a *Página Literária* do *Jornal de Alagoas* se evidencia, portanto, como elemento do Modernismo Brasileiro, como patrimônio da imprensa alagoana e como pecúlio das letras do estado de Alagoas. Detentora de uma forma de fazer literatura comprometida a instigar estudiosos e autores mais contemporâneos, como José Lins do Rêgo o fez naquele 1957 em que foi publicado *Presença do Nordeste na literatura*, a registrar “o lugar cabível as letras alagoanas na Literatura Brasileira”. Um lugar definitivamente escrito e não mais referenciado pelos horizontes do Modernismo.

**REFERÊNCIAS**

ALTAVILA, Jayme de. *Gênese e desenvolvimento da literatura alagoana*. Maceió: TYP. Oriental, 1922.

\_\_\_\_\_. *História da civilização das Alagoas*. Maceió: Biblioteca Pública Estadual, 1967.

ARANHA, Graça. *Espírito moderno*. São Paulo, 1925.

AVELAR, Romeu de. *Antologia de contistas alagoanos*. Maceió: DEC/Senec/Imprensa Oficial, 1970.

\_\_\_\_\_. *Figuras da terra*. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1963.

BARROS, Francisco Reinaldo A. *ABC das Alagoas – Dicionário Biobibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas*. Tomo I. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

\_\_\_\_\_. *ABC das Alagoas – Dicionário Biobibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas*. Tomo II. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BELTRÃO, Luiz. *Iniciação à filosofia do jornalismo*. Rio de Janeiro: 1960.

BOPP, Raul. *Movimentos modernistas no Brasil: 1922-1928*. Rio de Janeiro, 1966.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOSI, Alfredo. *Céu, inferno: Ensaio de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

BRANCO, Aloysio. *José Lins do Rêgo*, *Jornal de Alagoas*, 17 de julho, 1928, p. 1.

BRANDÃO, Alfredo. *Chônicas alagoanas: (história, lendas e etnografia)*. Maceió: Casa Ramalho, 1939.

BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1909.

CABRAL, Dias João Francisco. Esboço histórico acerca da fundação e desenvolvimento da imprensa nas Alagoas. *Revista do Instituto Histórico, Archeológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, p. 1-100, dez. 1874.

CAVALCANTI, Valdemar. *Jornal literário*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.

CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: Estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CÂNDIDO, A.; CASTELLO, J. A. *Presença da literatura brasileira: Modernismo – História e antologia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARNEIRO, André. *A geração de 45*. Revista da Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo. V. 53. p. 155-160. Jan/dez. 1995.

CASTRO, Gustavo; Galvão, Alex de (Org.). *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002.

COSTA, Craveiro. *Maceió*. Maceió - São Paulo: Edições Catavento, 2001.

\_\_\_\_\_. Cem anos de jornalismo (Memória histórica sobre o jornalismo alagoano). *Revista do Instituto Histórico, Archeológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, p. 91, 1931.

COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: Escritores jornalistas no Brasil 1904 @ 2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COSTA, Murillo Leite da Silva. *Alagoas histórica e geográfica*. Maceió: Sergasa, 1974.

\_\_\_\_\_. *Lembranças de Maceió*. 2. ed. Alagoas, 1970.

DINES, Alberto. *O papel do jornal*. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

DUARTE, Abelardo. *O periodismo literário nas Alagoas*. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. *A língua, o povo e os escritores*. Maceió: Casa Ramalho, 1951.

FACINA, Adriana. *Literatura & sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FISH, Stanley. Como reconhecer um poema ao vê-lo. *Palavra 1*, p. 156-165, 1993

FRANCHETTI, Paulo. *Estudos de literatura brasileira e portuguesa*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. Maceió: Ufal, 1976.

GOULART, Ramulfo. *Guimarães Passos*. Maceió: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, Arquivo Público de Alagoas, 1967.

IÓRIO, Fernando. *Estudos literários*. Maceió, 1966.

INOJOSA, Joaquim. *Tradição e tradicionalismo*. Revista de Pernambuco, Recife, maio de 1925.

JORNAL DE ALAGOAS: O jornal de ontem e de hoje na visão de pesquisadores, jornalistas e leitores – 80 anos. Maceió, maio de 1988.

JÚNIOR, Félix Lima. *Maceió de outrora*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1976.

- JÚNIOR, Manuel Diegues. *História de um grêmio*. A Pihéria, Recife, 24 de setembro, 1927.
- LAFETÁ, João Luiz. *A dimensão da noite e outros ensaios*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2004.
- LEONEL, Maria Célia de Moraes. *Estética e modernismo*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1984.
- LIMA, Raul. *Presença de Alagoas*. Maceió, 1967.
- \_\_\_\_\_. Por que Guimarães Passos. *Gazetinha*, Rio de Janeiro, 15 de fev. de 1971.
- LIMA, Jorge. Um discurso de Jorge de Lima. *Jornal de Alagoas*, 10 de julho, 1927, p. 1.
- \_\_\_\_\_. A propósito do futurismo. *Jornal de Alagoas*, 28 de junho de 1929.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O modernismo (1916-1945)*. 4. ed. Rio de Janeiro, 1966.
- MARTINS, Vicente. Os poetas da geração de 45. *Revista Partes*, São Paulo, 2000-2003.
- MARROQUIM, Mário. A moderna corrente literária. *Jornal de Alagoas*, 19 de janeiro de 1930.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MENEZES, José Rafael de. *A geração de 45*. João Pessoa: A União Editora.
- MOLITERNO, Carlos. *Notas sobre poesia moderna em Alagoas*, Maceió, 1965.
- PEREZ, Renard. Aurélio Buarque de Holanda. In: \_\_\_\_\_. *Escritores brasileiros contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1970.
- PÁGINA LITERÁRIA. Maceió: *Jornal de Alagoas*. 18 de jul. de 1926 a 15 de out. de 1926 – 7 de jul. de 1946 a 1 de set. de 1946.
- RÊGO, José Lins. *Presença do Nordeste na literatura*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957.
- \_\_\_\_\_. O príncipe dos prosadores. *Jornal de Alagoas*, 17 de abril, 1928, p. 3.
- RODRIGUES, Geraldo Pinto. A geração de 45 na poesia brasileira. In: \_\_\_\_\_. *Poetas por poeta*. São Paulo: Marideni, 1988.
- ROCHA, Tadeu. *Modernismo e regionalismo*. Maceió, 1963.
- SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *História do Modernismo em Alagoas (1922-1932)*. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 1980.



SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Primórdios da imprensa em Alagoas*. Maceió: Edufal, 1981.

\_\_\_\_\_. *História da imprensa em Alagoas (1831-1981)*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

\_\_\_\_\_. *Documentário do Modernismo (Alagoas: 1922/31)*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1978.

SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SETTE, Mario. Quando Alagoas viu o primeiro prelo. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 24 de out. 1934, p. 3.

SILVA, Simone. A roda de Maceió e o projeto regionalista: uma perspectiva etnográfica das disputas ocorridas no mundo do livro dos anos 1930. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 42, n. 2, p. 91-107, jul./dez. 2011.

TRAVANCAS, Isabel. *O livro no jornal*. Granja Viana. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2001.

VERÍSSIMO, Érico. *A liberdade de escrever*. São Paulo: Globo, 1999.